



Gênero e o impeachment de Dilma Rousseff

Uma análise de Páginas de
Facebook Feministas e de
Mulheres Ativistas na Amazônia

Discente: Luciana Gouvêa
Hage de Castro

MULHERES
MULHER
PODE



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
INSTITUTO DE LETRAS E COMUNICAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO COMUNICAÇÃO, CULTURA E
AMAZÔNIA
MESTRADO ACADÊMICO EM CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO

LUCIANA GOUVÊA HAGE DE CASTRO

GÊNERO E O IMPEACHMENT DE DILMA ROUSSEF:
Uma análise de páginas de *Facebook* Feministas e de Mulheres
Ativistas na Amazônia

BELÉM - PARÁ
2018

LUCIANA GOUVÊA HAGE DE CASTRO

GÊNERO E O IMPEACHMENT DE DILMA ROUSSEF:
Uma análise de páginas de *Facebook* Feministas e de Mulheres
Ativistas na Amazônia

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação
Comunicação, Cultura e Amazônia da Universidade Federal
do Pará, como requisito parcial à obtenção do título de
Mestre em Ciências da Comunicação. Área de
Concentração: Comunicação. Linha de Pesquisa:
Comunicação, Cultura e Socialidades na Amazônia.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Célia Regina Trindade Chagas
Amorim

BELÉM - PARÁ
2018

LUCIANA GOUVÊA HAGE DE CASTRO

GÊNERO E O IMPEACHMENT DE DILMA ROUSSEF:
Uma análise de páginas de *Facebook* Feministas e de Mulheres
Ativistas na Amazônia

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação
Comunicação, Cultura e Amazônia da Universidade Federal
do Pará, como requisito parcial à obtenção do título de
Mestre em Ciências da Comunicação. Área de
Concentração: Comunicação. Linha de Pesquisa:
Comunicação, Cultura e Socialidades na Amazônia.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Célia Regina Trindade Chagas
Amorim

RESULTADO: () APROVADO () REPROVADO

Data:

Prof.^a Dr.^a Célia Regina Trindade Chagas Amorim- Orientadora - (PPGCom/UFPA)

Prof.^a Dr.^a Danila Gentil Rodriguez Cal Lage (PPGCom/UFPA)

Prof.^a Dr.^a Marise Rocha Morbach (PPGCP/UFPA)

BELÉM-PARÁ
2018

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Pará
Gerada automaticamente pelo módulo Ficat, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

- H141g Hage, Luciana Gouvêa
Gênero e o Impeachment de Dilma Rousseff : Uma análise de páginas de Facebook feministas e de mulheres ativistas na Amazônia / Luciana Gouvêa Hage. — 2018
128 f.
- Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-graduação em Comunicação (PPGCOM), Instituto de Letras e Comunicação, Universidade Federal do Pará, Belém, 2018.
Orientação: Profa. Dra. Célia Regina Trindade Chagas Amorim
1. Gênero. 2. Dilma Rousseff. 3. Comunicação. 4. Cidadania. 5. Amazônia. I. Trindade Chagas Amorim, Célia Regina, *orient.* II. Título
-

CDD 302.209811

TERMO DE RESPONSABILIDADE

Eu, Luciana Gouvêa Hage de Castro, mestranda do Programa de Pós-Graduação Comunicação, Cultura e Amazônia (PPGCom/UFPA), matriculada sob nº 201625170005, por meio do presente instrumento, isento minha Orientadora e a Banca Examinadora de qualquer responsabilidade sobre a autoria do conteúdo existente na dissertação intitulada “Gênero e o impeachment de Dilma Rousseff: uma análise de páginas de *Facebook* Feministas e de Mulheres Ativistas na Amazônia”, assumindo que a realização deste foi proveniente de minhas reflexões e pesquisas. Declaro ainda que a dissertação que ora apresento e submeto à Banca Examinadora constituída por docentes do PPGCom/UFPA e do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política (PPGCP/UFPA) não é cópia de nenhum trabalho ou de material acadêmico já produzido. Responsabilizo-me pela veracidade destas afirmações e estou ciente das implicações legais a que estou sujeita, caso esta declaração falte à verdade.

Belém/PA, 28 de fevereiro de 2018.



Luciana Gouvêa Hage de Castro

AGRADECIMENTO

Nada na vida pode ser construído apenas pelo próprio esforço. Outras forças são relevantes no processo de toda caminhada. Na minha não foi diferente.

Agradeço ao Ser Supremo que rege este universo, que me deu o dom da vida e a possibilidade de partilhá-la com pessoas que me ensinam a caminhar e a me lembrar que nunca estarei sozinha.

Agradeço à Professora Alda Costa, mestra da generosidade e das palavras doces contundentes, sem falar na elegância impar e inspiradora. Foi ela quem me apresentou, numa conversa aparentemente despretensiosa o olhar para a academia. Talvez ela nem saiba o quanto aquelas palavras de incentivo me trouxeram até aqui.

Depois daquela conversa fui parar na UFPA. Busquei e descobrir que poderia aprender muito também sendo aluna-ouvinte. Ao longo de 2015 cursei 4 disciplinas e levei a sério a “brincadeira” de ser mestre.

Gratidão ao apoio financeiro da CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, que possibilitou o aporte financeiro para que esta pesquisa fosse concluída.

Obrigada aos Professores Fábio Castro, Célia Amorim e Otacílio Amaral por me apresentarem Derridá, Haidegger, Vilém Frusser, Walter Benjamin, Lúcio Flávio Pinto, Gramsci, Cecília Peruzzo, Habermans, Guy Debord, entre tantos outros. A Amazônia se revelava diante de mim em cada uma daquelas aulas. Benedito Nunes, Violeta Loureiro e João de Jesus Paes Loureiro passaram a ser meus maiores bens do conhecimento.

Mas nem tudo foi construído em sala de aula, por isso, agradeço demais a doce e sempre amável Juliana Ranieri e a querida e companheira Eliane Campello, duas amigas que sempre torceram por mim e sempre me deram todo o apoio moral possível. Meninas, vocês foram mais que demais.

Ao amado amigo, Hans Costa, companheiro de muitas caminhadas, com quem desabafo e rio muito até hoje. Uma pessoa fantástica e sempre disposta a fazer da minha vida mais doce e mais leve. Nossas conversas reveladoras e terapêuticas que tínhamos nos trajetos de casa pra UFPA quase que diariamente, são inesquecíveis. Amores, desamores, querências e ambições. Muitas diferenças nos separam, mas o que nos une nos é muito mais relevante e só faz crescer cada vez o amor que sinto por ti, Amigo.

Aos amigos de longa caminhada, Helder Leite e Patrick Ferreira, que a Unama me deu de presente. Com vocês aprendo a importância de ter amigos/irmãos para uma vida inteira. E a

pequena doce Laila Vieira, que tem feito de minha rotina um constante passeio pela arte e sensibilidade.

Às companheiras Lídia Rodarte e a Jússia Carvalho, duas das mais lindas inspirações que conheci na turma de 2015. À Aline Freitas, esposa, mulher e amiga querida. A Lorena Meira, nossa referência e modelo de orientanda a ser seguido. Camille Nascimento, que com seu sorriso fácil não se furtava a compartilhar seus saberes. E a minha colega de profissão Patrícia Nogueira que foi, para mim, uma corajosa guerreira e destemida nessa caminhada de sucesso. Um carinho muito especial aos colegas Érika Siqueira, e Dominik Giust. Essa é uma parte apenas da turma do “mestrado do amor”. Muito obrigada, mulheres!!

Aos colegas da minha turma, de 2016, que dividiram comigo muitas experiências de aprendizado em sala, e fora dela também. Jamais esquecerei da ajuda de todos e todas no muito no momento mais difícil financeiramente que vivi, quando vocês estavam prontos a comprar meus sanduiches e biscoitos de castanha. Muito obrigada, companheiros e companheiras de caminhada, desejo a vocês enorme sucesso.

Aos amigos da turma de 2017 e a companheira a Juliana Miranda, da Unama, obrigada pela parceira incrível no EPCA 2017. Aprendi muito com todos vocês.

Um agradecimento profundo aos amigos Vitor Lopes, Sergio Ferreira e Nara Bandeira pelos momentos de trocas de conhecimento e de experiências de vida, que marcaram minha alma. Vocês me ensinam a ser uma pessoa melhor a cada dia. Gratidão!

À Profa. Marize Morbach, e as amigas Alessandra Gaia e a Alana Fontenele, companheiras de aprendizado. Obrigada pelos ensinamentos e experiências no Grupo de Pesquisa Sociabilidade On Line.

Obrigada ao amigo Oswaldo Vasconcelos, que me permitiu ler suas lindas reflexões desenvolvidas no seu mestrado e me possibilitou conhecer Jôse Kimberly e sua triste trajetória de uma vida curta. Obrigada, Oswaldo!

Às amigas Cinara Rodrigues e Gabriela Tavernard, pessoas incríveis com quem tenho o prazer de compartilhar minha vida, ainda que estejamos a maior parte do tempo longe em corpo, mas nossas almas estarão conectadas por todas as vidas que tivermos.

À Danila Cal, pessoa que sempre me incentiva e me inspira enquanto ser humano e professora. Agradeço pelos caminhos que me mostraste no Grupo de Pesquisa Comunicação e Política na Amazônia - COMPOA, que me ajudaram a construir uma parte da minha dissertação.

Agradeço profundamente a minha orientadora, Profa. Dra. Célia Amorim, que entre aulas e atividades do Grupo de Pesquisa Mídias Alternativas na Amazônia, conseguiu arrancar de mim as palavras necessárias para que meu aprendizado fosse materializado em dissertação. Entre tensões, divergências e muito afeto, MUITO AFETO, nossa relação, creio, é um intenso aprendizado de vida. Muito obrigada por sua disposição em estar comigo nesse momento!

Ao primo Hugo Rogério Hage Serra, Professor-Doutor, pelas palavras de incentivo, conversas e indicações de leitura, que enriqueceram meu trabalho e enriquecem minha vida. Muito obrigada!

Minha mãe, Oneide Hage, mulher marajoara Pontapedrense, sempre pronta a chorar minhas lágrimas e dizer que me amava, mesmo que fosse quase sempre forçada a isso. Minha referência de decência humana e honestidade. Te amo mais que tudo nessa vida, minha velha!

Ao meu amado irmão Edson Hage, com quem aprendi, antes de qualquer pessoa, a importância de dividir uma vida. À cunhada Rita Oliveira, mulher corajosa e forte que trouxe ao mundo o anjo de nossas vidas, Gabriel Hage de Oliveira, meu sobrinho/afilhado que todos os dias me fortalece na certeza de que Deus está presente em nossas vidas. Amo vocês!

À D. Vanda Coelho, sogra, mãe e amiga amada, que me coloca no colo sempre que preciso e atende a todos os meus “mimos”, enchendo meu coração de amor. Da mesma maneira minhas cunhas/ irmãs, Adriana Coelho e Andrea Corrêa, vocês são luzes na minha vida.

E ao meu marido, Anderson Coelho, companheiro, amigo e amante de todas as horas. Foi quem enxugou minhas lágrimas e que por muitas vezes me fazia levantar do estado letárgico que me colocava em diversos momentos, por pura insegurança. Nunca me deixou desacreditar em minhas potencialidades e sempre tinha uma palavra forte a me dizer. Te amarei de janeiro a janeiro até o mundo acabar, amor meu. Nossos filhos, Pedro e Helena Coelho Silva Castro (que neste momento ainda são projetos divinos), sentirão muito orgulho de nossa história e do que construímos para eles.

Obrigada a todos e todas!

RESUMO

O processo político do impeachment da então Presidenta Dilma Rousseff, primeira mulher eleita ao mais alto cargo do executivo no Brasil, é a moldura contextual da pesquisa aqui apresentada, que analisará as comunicações de quatro comunidades do *Facebook*, administrados por mulheres a partir de Imperatriz (Feministas de Imperatriz – Fórum de Mulheres e Afim - Articulação Feminista de Imperatriz), Manaus (Feminismo em Manaus) e Rio Branco (Bate Papo Feminista Acre). A análise temporal foi delimitada a partir das três principais fases do processo de impeachment, são elas: a aceitação da denúncia pelo então presidente da Câmara dos Deputados Eduardo Cunha; a votação deste processo na referida Câmara; e o veredicto final dado pelos Senadores. Como questão problema apresenta-se: De que forma foi abordado o impeachment de Dilma Rousseff nas construções comunicativas nos perfis feministas/ de mulheres ativistas amazônidas? A hipótese parte do pressuposto de que as comunicações dos perfis, embora tenham na centralidade um ativismo político para a causa da mulher, não discutiram a questão de gênero no processo de afastamento de Dilma Rousseff, houve na realidade um silenciamento no que diz respeito a esse tema. Como metodologia, parte-se para a pesquisa qualitativa, tendo como base a análise de conteúdo à luz de Laurence Bardan (2002). Tais elementos científicos irão possibilitar as bases necessárias para a melhor compreensão da questão problema e dos objetivos propostos, embasados nas discussões sobre o movimento político de mulheres, movimento feminista, cidadania, ciberfeminismo e ativismo político. Sendo assim, os autores que fundamentaram a investigação foram: Simone de Beauvoir (1949); Judith Buther (2003); Maria Luzia Álvares (1995,1997;2001); Manuel Castells (2015); Flávia Biroli (2014), dentre outros. Essa pesquisa pretende ser uma colaboração para o melhor entendimento da participação política da mulher amazônida diante do cenário vivido no *impeachment* da presidenta Dilma Rousseff; e de um modo geral, das causas das mulheres, que diariamente lutam por um espaço mais igualitário na sociedade, especialmente na Amazônia.

Palavras-chave: Gênero, Dilma Rousseff, Comunicação; Cidadania; Amazônia.

ABSTRACT

The political process of the impeachment of then-President Dilma Rousseff, the first woman elected to the highest executive position in Brazil, is the contextual framework of the research presented here, which will analyze communications from four Facebook communities run by women from Imperatriz Feminists of Imperatriz - Women and Affinity Forum - Feminist Articulation of Imperatriz), Manaus (Feminism in Manaus) and Rio Branco (Feminist Chat Acre). The temporal analysis was delimited from the three main phases of the process of impeachment, they are: the acceptance of the denunciation by the then president of the Chamber of Deputies Eduardo Cunha; the vote on this case in that Chamber; and the final verdict given by the Senators. As a problem question is presented: How was Dilma Rousseff's impeachment in communicative constructions approached in the feminist / women activist profiles of Amazonian women? The hypothesis is based on the assumption that profile communications, although they have a political activism in the cause of women, did not discuss the gender issue in Dilma Rousseff's removal, there was in fact a silencing with regard to this issue. theme. As a methodology, we start with qualitative research, based on content analysis in the light of Laurence Bardan (2002). These scientific elements will provide the necessary basis for a better understanding of the problem issue and the proposed objectives, based on the discussions about the women's political movement, the feminist movement, citizenship, cyberfeminism and political activism. Thus, the authors who founded the investigation were: Simone de Beauvoir (1949); Judith Buther (2003); Maria Luzia Álvares (1995, 1997; Manuel Castells (2015); Flávia Biroli (2014), among others. This research intends to be a collaboration for a better understanding of the political participation of the Amazon woman in the scenario lived in the impeachment of the president Dilma Rousseff; and in general, the causes of women, who daily struggle for a more egalitarian space in society, especially in the Amazon.

Keywords: Gender, Dilma Rousseff, Communication; Citizenship; Amazonia.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Capa da revista <i>Isto É</i> , edição n. 2417, 1 abr. 2016.....	17
Figura 2 - Adesivos para veículos com montagem de Dilma Rouseff.....	18
Figura 3 - Posts de Comunidades "Nacionais"	21
Figura 3 - Dilma Rouseff quando foi presa pelo regime militar.....	46
Figura 4 - Dilma Rouseff enquanto presidenta	48
Figura 5 - Marcha Mundial das Mulheres em Quebec	70
Figura 6 - Marcha Mundial das Mulheres no Brasil	70
Figura 7 - Registro da Manifestação 8M 2017 em Belém.....	74
Figura 8 - Primeira postagem da Comunidade Feministas de Imperatriz – Fórum de Mulheres, de 25/07/2012	84
Figura 9 - Primeira postagem da Comunidade Bate-Papo Feminista Acre, em 14/05/2015...	85
Figura 10 – Primeira postagem da Comunidade AFIM – Articulação Feminista de Imperatriz, de 22/03/2016	86
Figura 11 - Primeira Postagem do Feminismo em Manaus, de 22/06/2016	87
Figura 12 - Posts analisados no período de 22/11 a 12/12/2015	95
Figura 13 - Posts analisados no período de 22/11 a 12/12/2015	96
Figura 14 - Registro do dia 17/04/2016 na Esplanada dos Ministérios.....	97
Figura 15 - Posts analisados no período de 10 a 30/04/2016	101
Figura 16 - Posts analisados no período de 10 a 30/04/2016	102
Figura 17 - Posts analisados no período de 21/09 a 10/10/2016	110
Figura 18 - Posts analisados no período de 21/09 a 10/10/2016	111
Figura 19 - Posts analisados no período de 21/09 a 10/10/2016	112
Figura 20 - Posts analisados no período de 21/09 a 10/10/2016	113
Figura 21 - Posts analisados no período de 21/09 a 10/10/2016	114
Figura 23 - Posts de Comunidades "Nacionais"	116

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Informações gerais dos perfis	77
Quadro 2 - Total de Posts Por Perfil no período de análise	83
Quadro 3 - Demonstrativo dos Posts Analisados	89
Quadro 4 - Demonstrativo dos Posts Analisados no 2º Período	97
Quadro 5 - Demonstrativo dos Posts Analisados no 2º Período	104

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	14
2	ALÉM DO SER MULHER	26
2.1	Mulher como sujeito do feminismo e do ativismo político	27
2.2	As ondas dos movimentos feministas na história	32
2.3	Discussões sobre teoria política feminista	37
2.4	O sistema político para elas: o cenário nacional e dos estados Pará, Amazonas, Maranhão e Acre	42
2.5	Dilma Vana Rousseff: a primeira mulher eleita presidenta do Brasil	45
3	CIDADANIA E MULHER	50
3.1	Breve contexto da cidadania	51
3.2	Discussões sobre cidadania e globalização	56
3.3	A cidadania para elas	61
4	COMUNICAÇÃO E MULHERES EM REDE	64
4.1	Ciberfeminismo	66
4.2	Mulheres em marcha	68
5	O IMPEACHMENT NOS PERFIS FEMINISTAS E DE MULHERES NA AMAZÔNIA	76
5.1	Redes metodológicas da pesquisa: as escolhas e os limites	76
5.2	A Análise de Conteúdo	81
5.3	Descrição dos objetos	83
5.3.1	Feministas de Imperatriz – Fórum de Mulheres	84
5.3.2	Bate-Papo Feminista Acre	85
5.3.3	AFIM – Articulação Feminista de Imperatriz	86
5.3.4	Feminismo em Manaus	87
5.4	A dinâmica dos perfis	88
5.5	As análises dos perfis feministas	88
5.5.1	1º Período de Análise: 22/11 a 12/12/2015. Aceite da denúncia contra presidenta	89
5.5.2	2º Período de Análise: 10 a 30/04/2016. Votação da admissibilidade do pedido de impeachment de presidenta na Câmara dos Deputados em 17/04/2016	96
5.5.3	3º Período de Análise: 21/08 a 10/09/2016. O afastamento definitivo de Dilma Rousseff pelo Senado Federal em 31/08/2016	103
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS	115
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	119

ANEXO A - NOTA DE REPÚDIO DO FÓRUM DE MULHERES DE IMPERATRIZ.....126

ANEXO B - POSTAGENS DOS PERFIS ANALISADOErro! Indicador não definido.

1 INTRODUÇÃO

Dilma Vana Rousseff entrou oficialmente para a história brasileira quando se tornou a primeira mulher eleita, em 2010, e posteriormente reeleita em 2014, presidenta do Brasil, pelo Partido dos Trabalhadores (PT). Foram seis anos de governo, sendo os dois últimos marcados por constantes tensões no cenário político, que culminou com o seu afastamento definitivo, num processo de *impeachment* conturbado e que teve início antes do fim de seu primeiro mandato, como afirmou Jessé Souza (2016, p.130) “com a derrota do assalto ao poder executivo do candidato Aécio Neves, reinicia-se o movimento que já havia se formado em junho de 2013. Se não fosse por bem, ou seja, nas eleições, a experiência petista terminaria por mal, ou seja, pelo golpe de Estado”.

Foi ao final do ano de 2015 que ganhou contornos de legalidade, num ritual político, jurídico e midiático, na ocasião em que o então Presidente da Câmara dos Deputados, Sr. Eduardo Cunha, do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), aceitou o pedido para votação do processo de *impeachment* no dia 02 de dezembro daquele ano.

Com esse primeiro passo, deu-se início ao processo de *impeachment*, ou como os contrários a este ato denominaram, golpe. A questão central, que justificou esse processo, foi centrada na acusação acerca do crime de improbidade administrativa, com as chamadas “pedaladas fiscais”¹, as quais a Presidenta teria cometido, o que até hoje não foi comprovado. Reforçando a ideia de golpe, Juremi Machado da Silva (2016, p. 17) diz: “e é golpe. Dizer que não é golpe porque o *impeachment* está na Constituição é uma falácia”.

O segundo evento marcante nesse contexto foi o voto de 504, dos 513, Deputados Federais naquele domingo, dia 17 de abril de 2016, sendo 367 a favor e 137 contra o *impeachment*. “A votação, aberta, é um evento midiático e político sem precedentes no Brasil, com direito a transmissão televisiva ao vivo”. (MORENO, 2017, p.235)

O ponto final nesse processo jurídico se deu dia 31 de agosto de 2016, quando o Senado Federal, por 59 votos a 21, decidiu pelo fim da trajetória de Dilma Rousseff como Presidenta do Brasil. Após esse *veredicto*, em seu discurso no Palácio da Alvorada no dia mesmo dia, Dilma, deposta do cargo, afirmou:

¹ Elas são manobras fiscais que consistem no atraso de pagamentos a bancos públicos, não informado de maneira clara, para que se maquie as contas públicas, ou seja, se informe ao Congresso Nacional que a situação está melhor do que de fato está. Com isso, o Governo acaba por pagar juros a mais, o que causa impacto no Orçamento. (BEDINELLI, 2016, on-line).

Hoje o Senado Federal tomou uma decisão que entra para a história das grandes injustiças. Os senadores que votaram pelo impeachment resolveram rasgar a Constituição Federal. Decidiram pela interrupção do mandato de uma presidenta que não cometeu crime de responsabilidade. Condenaram uma inocente e consumaram um golpe parlamentar. Com a aprovação de meu afastamento definitivo, políticos que buscam desesperadamente escapar dos braços da justiça, tomarão o poder unidos aos derrotados nas últimas quatro eleições (EX-PRESIDENTE..., 2016, on-line).

O caso da presidenta foi muito discutido nos mais diversos meios de comunicação e setores da sociedade civil – até mesmo nos ambientes mais informais o assunto estava presente. Podemos dizer que até nos dias de hoje esse assunto é recorrente. Basicamente o debate gira em torno de ser justo ou não o crime que estava sendo imputado à presidenta. Uns sendo a favor de que ela fosse julgada e condenada, outros, contra o julgamento por acreditarem que não houve tal crime. Contudo, outra questão ainda é bastante comentada, principalmente após a votação na Câmara, o fato de ser ela mulher. A presidenta estaria sofrendo não apenas um processo político e jurídico com pano de fundo ideológico (conservadorismo, etc.), mas também um processo baseado em misoginia?

A própria Dilma apontou esse fato no seu discurso em 31 de agosto de 2016, declarando “o golpe é misógino. O golpe é homofóbico. O golpe é racista. É a imposição da cultura da intolerância, do preconceito e da violência” (EX-PRESIDENTE..., 2016, on-line).

Um debate rico e cheio de nuances, que abarca vários canais de comunicação, uns considerando o fator mulher no afastamento da então presidenta e outros, rejeitando-o; sobretudo, um debate no qual não se pode furtar das questões de gênero. Diante disso, nasceu a motivação desta pesquisa, centralizando tais discussões a partir da visão de algumas mulheres amazônidas que atuam com perfis feministas na internet.

A partir disso, a atenção deste estudo começou a se voltar para a tentativa de compreender a maneira como a relação gênero-impeachment estaria sendo abordada pelas ativistas políticas, feministas e grupos de mulheres. Afinal, trata-se da primeira mulher presidenta, algo que isoladamente já teria relevância em ser debatido.

Percebendo que dentro desse contexto as redes sociais digitais, sobretudo o *Facebook*, têm sido palco de verdadeiros embates sobre política e também sobre gênero, dentre outros temas, havia evidente possibilidade para se investir no estudo a partir desse canal, propício a ser objeto de estudo. Assim, começou-se uma investida em busca de coletivos de mulheres ativistas que propusessem a discussão feminista, pois assim acreditava-se que haveria mais elementos para observar as pautas valorizadas por elas no debate político público. Desta forma, optou-se por buscar movimentos sociais que não fossem institucionalizados, de legendas

partidárias ou mesmo de personalidades de ampla penetração midiática, para melhor compreender o movimento das mulheres sem o peso de uma Organização, mas sem desconsiderar que, mesmo dentro de um movimento plural e sem legendas, poderiam existir e há filtros e controle de conteúdo.

Diante do exposto, foi possível escolher como objetos de análise quatro perfis do *Facebook*, todos na categoria “Comunidade”, são eles: Feministas de Imperatriz – Fórum de Mulheres, criado em 25/07/2012 e atualmente com 741 seguidores; Bate-Papo Feminista Acre, criado em 14/05/2015, hoje com 731 seguidores; Articulação Feminista de Imperatriz, criado em 23/03/2016, sendo atualmente seguido por 512 pessoas; e Feminismo em Manaus, com 722 seguidores, que teve sua criação data em 22/06/2016. Os números de seguidores foram medidos até 22/02/2018. Como os próprios nomes sugerem, essas comunidades são administradas por mulheres de Imperatriz (MA), Rio Branco (AC) e Manaus (AM).

A escolha dessas comunidades amazônidas se deu porque também a pesquisa se desenvolve em um Programa de Pós-Graduação, o PPGCom da Universidade Federal do Pará, cujo interesse está na relação entre Comunicação, Cultura e Amazônia. Não obstante, essa escolha ocorre por se entender que é fundamental produzir, estudar e conhecer melhor os produtos e processos comunicacionais no espaço amazônico.

O *corpus* analítico das publicações dos perfis está nos três principais momentos que constituíram o processo de afastamento da presidenta, ou seja, 2 de dezembro de 2015; 17 de abril de 2016; e 31 de agosto do mesmo ano. A partir dessa demarcação, foram analisadas as construções comunicativas feitas na semana anterior, na semana dos fatos e na semana posterior a esses fatos.

Em grande parte do processo de pesquisa, trabalhou-se com a inclusão de mais dois perfis, na categoria de Grupo Fechado, administrados por mulheres de Belém. Um deles, inclusive, muito próximo politicamente da autora desta pesquisa. Contudo, infelizmente, não foi possível obter autorização desses grupos para inseri-los no trabalho, já que não são publicações públicas e cuja visualização é restrita aos seus membros.

Para melhor refletir sobre a discussão de gênero no impeachment, que motivou o desenvolvimento desta pesquisa, aponta-se alguns fatos que são relevantes para o entendimento de que o gênero se trata de um dos fatores para se refletir a respeito desse acontecimento histórico.

A capa da revista *Isto É* de abril de 2016 (Figura 1) é um excelente exemplo disso. Dias antes da votação na Câmara dos Deputados, a revista trouxe em sua manchete uma pretensa

análise do perfil emocional da presidenta, atribuindo a ela descontrole emocional e histeria, que estariam prejudicando a governabilidade do país. Por esta matéria a revista em questão foi processada pela Advocacia Geral da União (AGU) e foi obrigada a conceder direito de resposta à excelentíssima presidenta.

Figura 1 - Capa da revista *Isto É*, edição n. 2417, 1 abr. 2016



Fonte: YAROCHEWSKY, 2016.

Outro exemplo foram os adesivos para veículos automotores (Figura 2) comercializados em lojas virtuais, cujo cunho sexual expunha a presidenta em uma imagem vulgar, reforçando o discurso de que, por ser mulher solteira e sem um companheiro, precisaria ter sua intimidade publicamente apresentada e servindo para piadas de baixo calão. A comercialização se deu em julho de 2015, meses antes do início do rito oficial do impeachment, que ocorreu em 02 de dezembro de 2015.

Figura 2 - Adesivos para veículos com montagem de Dilma Rouseff



Fonte: TERRA, 2015.

Nesse contexto político de grande efervescência, que envolvia a chefe máxima do Poder Executivo do Brasil, outros sites abordaram a questão sob uma perspectiva mais política, com o foco em questões de gênero. O blog da Marcha das Mulheres publicou, em 11 de maio de 2016, um texto assinado por Bianca Pessoa com a seguinte afirmação

Quando parei para refletir sobre a atual conjuntura política, me veio à cabeça: o golpe é também uma questão de gênero. No meio de tantas notícias sobre quem fez o que, quando e onde, parei para observar as críticas feitas diretamente à presidenta Dilma. Minha primeira percepção foi nítida: o sexismo é o elemento fundamental de crítica contra o seu governo. Não digo isso à toa. Digo porque boa parte das críticas feitas à figura da presidenta não são sobre sua atuação na política, mas muito mais sobre o fato de ela ser mulher. Vemos isso nos adesivos que foram colados nos carros no ano passado; vemos isso quando sites de notícias publicam matérias sobre suas roupas “inadequadas e fora de moda”; vemos nos comentários repletos de ódio que são publicadas em páginas na internet. (PESSOA, 2016, on-line).

No trecho acima, é perceptível que falar sobre política nesse cenário requer também que se fale sobre o fato de ser uma mulher, não um homem, a governar o Brasil. É possível perceber que as palavras sugerem que as críticas sobre a maneira de governar, sobre o rumo mais adequado que o Brasil deveria caminhar, estão ligadas nesse caso ao gênero da governante. Se fosse o contrário, provavelmente o teor seria mais objetivo e focado na (in)competência para tais propostas.

Outro site, Brasil 247, em um texto da Deputada Federal do Partido dos Trabalhadores Érika Kokay, em 3 de junho de 2016, trouxe um trecho da fala da própria presidenta na ocasião da abertura da 4ª Conferência Nacional de Políticas Públicas para Mulheres, ocorrida em Brasília, antes de seu afastamento definitivo pelo Senado Federal

A história ainda vai dizer quanto de violência, quanto de preconceito contra a mulher, tem nesse processo de impeachment golpista. Nós sabemos o quanto existe de misoginia, de machismo em algumas visões. Mas nós vamos reafirmar a nossa perspectiva de gênero. Nós sabemos que um dos componentes desse processo tem como base o fato de eu ser a primeira presidenta eleita pelo voto popular do Brasil (ROUSSEFF apud KOKAY, 2016, on-line).

De outro lado, há outros canais que discordam da ideia de machismo nesse contexto, por considerar que esse é um argumento fraco e não colabora para a discussão do fato em si. Marco Aurélio Nogueira, em seu blog Política e Sociedade em Tempos de Turbulência, no site do *Estado de São Paulo*, em 27 de junho de 2016, afirmou

Dizer que o impeachment está associado ao machismo é dessas boutades que não honram nenhuma causa. Impede que se veja a realidade, a escamoteia e distorce. Converte a mulher num subcidadão, um ser passivo sempre submetido à exploração e à dominação masculina. Apresenta a política como uma luta entre sexos e gêneros, não entre classes e indivíduos. Seu mote principal — estou a ser afastada por um bando de homens reacionários por ser a primeira presidenta eleita pelo voto popular no Brasil — mostra bem como falta uma explicação política razoável para o que se passa no Brasil. (NOGUEIRA, 2016, on-line)

No site do Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado (PSTU), também foi publicada matéria sobre a questão de gênero no processo de impeachment, na qual se considera a existência de machismo na política, mas se nega que esse fator tenha algum peso no desfecho do ocorrido. Diego Cruz, em 19 de setembro de 2016, escreveu que

Dilma caiu não por ser mulher, mas porque traiu as mulheres trabalhadoras quando “vendeu” as reivindicações históricas dos movimentos de mulheres como a legalização do aborto e a lei do salário igual para trabalho igual. Ao se calar vergonhosamente quando foi retirada do Plano Nacional de Educação a meta que tratava da promoção da igualdade racial, regional, de gênero e de orientação sexual ou quando vetou o kit anti-homofobia nas escolas. Quando prometeu que construiria 6 mil creches e aumentaria o investimento no enfrentamento à violência contra as mulheres através do programa Mulher Viver Sem Violência, promessas que nunca foram cumpridas. E tantas outras mais. Caiu não por ser mulher, mas porque não basta ser mulher, tem que governar para as mulheres trabalhadoras e isso ela não fez. (CRUZ, 2016, on-line).

Em matéria publicada em 29 de agosto de 2016, intitulada “O mote da misoginia”, o jornalista paraense Lúcio Flávio Pinto, em blog que traz seu próprio nome, afirmou não acreditar que o impeachment teve relação com o fato de Dilma ser mulher, mas sim com sua incompetência no percurso da gestão pública, pois

Ela não se elegeu apenas por ser mulher. Foi vitoriosa porque o presidente que encerrou seu mandato com a mais elevada aprovação na história brasileira a carregou. Ela foi rejeitada pela maioria do povo, conforme as ruas e as pesquisas mostraram, numa inversão da votação de pouco antes, a partir do início do seu segundo mandato, não por ser mulher, mas por ser incompetente. Tão incompetente que recorre a um discurso primário para se defender criando as razões da acusação para assim convencer num discurso viciado. Danado de ruim. (PINTO, 2016, on-line)

Apesar da crítica, o jornalista enfatiza que a presidenta sofreu os efeitos de um ambiente político comandado por uma ampla maioria de homens, quando afirma que “[...] é claro que muitos machistas se colocaram contra Dilma Rousseff por ela ser mulher, por puro e raivoso preconceito, por intolerância anacrônica”. Mas ele não acredita que esses machistas tenham peso na vida pública de Dilma e complementa seu argumento dizendo que “[...] mesmo assim, ela venceu duas eleições, tendo ao seu lado a maioria – por pequena que tivesse sido – do país, os decantados 54 milhões de eleitores” (PINTO, 2016, on-line)

Algumas comunidades feministas do *Facebook*, de uma amplitude nacional, também abordaram o impeachment de Dilma a partir de uma percepção da discussão de gênero (Figura 3). Como exemplo, houve postagens do Blogueiras Feministas, de 10 de dezembro de 2015, alguns dias depois do aceite da denúncia contra Dilma, em que trouxe matéria de produção própria, com o seguinte questionamento “Dilma será impeachmada por ser mulher?”.

Outra comunidade que também abordou a questão foi a página Brasil Feminista, que no dia 20 de abril, dois dias depois da votação na Câmara dos Deputados, compartilhou a matéria do site Brasil Post, intitulada “Nem de Golpe, nem de namorado: Dilma precisa ser respeitada enquanto mulher”.

A SOS Corpo – Instituto Feminista Para a Democracia, de 29 de agosto de 2016, dois dias antes da votação no Senador Federal, também publicou uma matéria de produção própria com o título “Resistir sempre!”, ilustrada com um cartaz que anunciava “Sem Democracia não há direito”.

Figura 3 - Posts de Comunidades "Nacionais"

Blogueiras feministas
10 de dezembro de 2015

Hoje no #BlogFem, Catarina Corrêa levanta algumas perguntas sobre o machismo na política.

Um homem com a mesma conduta sofreria a ferrenha oposição ou seria admirado pela rigidez no comando político? Líder e não bossy?

É claro que reconhecemos que ela falha e falhou, tanto na execução de políticas, quanto do ponto de vista da articulação. Mas e seus interlocutores? A respeitam enquanto mulher? Enquanto política? Enquanto presidenta? Ou enxergam uma capacidade inerente, quase sem querer admitir?

Ao contrário de assumir uma postura tradicionalmente associada ao estereótipo feminino, voltado à sensibilidade e à maternidade (ou mesmo à sensualidade), questões que inclusive foram alvo de críticas durante sua primeira campanha, Dilma entra no jogo com as mesmas regras, porém com padrões duplos.

Ora, se ela será impeachmada por ser mulher eu não sei, mas que as razões que levaram ao impeachment estão intrinsecamente ligadas ao machismo que a presidenta sofre, isso eu arrisco dizer.

Do contrário, não haveria tantas piadas, não haveria adesivos, não haveria os shows de ridicularização, de comentários sobre peso, roupas, sobre coisas que afinal de contas os homens, políticos, nunca passaram – e mesmo o mais recente capítulo da história, a Carta do Vice-Presidente não seria tão machista

Brasil Feminista
20 de abril de 2016

"Independente das críticas que possam ser feitas ao PT, é surreal pensar em como o Brasil está agindo em relação à presidente", escreve Stephanie Ribeiro no HuffPost Brasil. Com lucidez e coragem, a ativista analisa o festival de preconceitos associado à maioria das críticas que Dilma recebe. Um texto que merece ser lido e compartilhado.



Nem de 'golpe', nem de 'namorado': Dilma precisa ser respeitada como mulher

Dilma é ofendida simplesmente por ser mulher. Argumentos como os usados pelo texto citado acima e a violência da hashtag só demonstram o sentimento de parte...

BRASILPOST.COM.BR



Dilma será impeachmada por ser mulher?

Texto de Catarina Corrêa para as Blogueiras Feministas. Não, é claro que não (eu sei, eu sei, a rigor nem sabemos se ela será impeachmada). O argumento que está posto à mesa, as discussões feitas n...

BLOGUEIRASFEMINISTAS.COM

SOS Corpo - Instituto Feminista para a Democracia
compartilhou um link.
29 de agosto de 2016



Resistir sempre!

Nota do SOS Corpo Instituto Feminista para a Democracia, no dia 29 de agosto de 2016. Estamos acompanhando o julgamento político, injusto e ilegítimo, da Presidenta Dilma Rousseff, eleita democratically...

SOSCORPO.ORG

Fonte: BRASIL FEMINISTA [20--]; BLOGUEIRAS FEMINISTAS [20--]; SOS Corpo – Instituto Feminista para a Democracia

Recordando o *impeachment* de Fernando Collor de Melo, em agosto de 1992, é possível perceber que sobre ele não houve questionamentos pelo fato de se tratar de um homem. Mas Dilma constantemente teve sua competência questionada associada diretamente a seu gênero. Essa diferença permite trazer o resumo do entendimento de Simone de Beauvoir (1949) sobre tais diferenças, quando disse ela: “é particularmente entre os psicanalistas que o homem é definido como ser humano e a mulher como fêmea: todas as vezes que ela se conduz como ser humano, afirma-se que ela imita o macho”. (BEAUVOIR, 1949, p 72)

Ou seja, em se tratando da mulher no exercício de atividade política, terreno majoritariamente comandado por homens, ela estará sempre sendo julgada e constantemente

sendo questionada quanto sua competência para exercer tal função. Flávia Biroli (2016) sobre as construções discursivas sobre isso disse

O sexismo atravessa todas as relações em uma sociedade como a nossa, mas os discursos misóginos – que anulam as mulheres como sujeitas igualmente competentes na política, que definem como portadoras de características que não seriam adequadas para a atuação na política – vinham ao longo do tempo tornando-se mais fracos e muitas vezes quase desaparecidos da programação da mídia empresarial. As narrativas enunciadas durante o processo de impeachment nos mostraram que os discursos misóginos não estavam, de maneira alguma, neutralizados (BIROLI, 2016, p. 103).

A partir desse cenário e observando a dinâmica discursiva dos objetos, apresenta-se a seguinte questão problema: De que forma foi abordado o impeachment da Presidenta Dilma Rousseff nas construções comunicativas nos perfis feministas amazônidas? E como hipótese partiu-se do pressuposto de que as comunicações dos perfis, embora tenham na centralidade um ativismo político para a causa da mulher, não discutiram a questão de gênero no processo de afastamento de Dilma Rousseff, a primeira mulher eleita presidenta do Brasil. Na realidade houve um silenciamento da questão nos perfis analisados.

Como conjunto metodológico foi utilizada uma vasta pesquisa bibliográfica, buscando autores que tratam das discussões acerca do objeto e possibilitaram a melhor construção do *corpus*. Seguidamente foi feita a pesquisa qualitativa e a Análise de Conteúdo, a partir de Laurence Bardin (2002), por entender que desta maneira o objeto se mostrará da melhor forma no processo da pesquisa.

Tendo isso, o objetivo geral foi o de analisar a construção comunicativa dos perfis feministas amazônidos na internet sobre o processo de afastamento da primeira mulher presidenta do Brasil.

E de maneira mais específica foi feito um mapeamento das comunicações dos perfis nos períodos que correspondiam aos três principais momentos do processo de impeachment, citados anteriormente; além de analisar os temas, as abordagens relativas à questão de gênero associado ao impedimento nos momentos mais relevantes do rito de todo esse processo.

Tendo definidos os pontos mais importantes do trabalho, havia a necessidade de investigar as interações a partir da internet e a estrutura física para o acesso à rede mundial de computadores, especialmente na Amazônia, onde ainda é um problema e um fator que será considerado ao longo desta pesquisa, pois há que se pensar nessa dificuldade como uma importante fragilidade na construção das discussões sobre a efetividade da internet como ferramenta de cidadania e ativismo político em várias partes do mundo. Logo é possível pensar

que a Amazônia pode estar ainda não usufruindo do potencial técnico desse dispositivo tecnológico.

Para se ter uma noção da fragilidade técnica, buscamos no estudo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística relativos a 2014 (IBGE, 2016) os dados mostram que na região Norte, somente 44,6% dos domicílios possuem internet e, desse percentual, a maioria (92,5%) acessa a rede pelo celular. No Pará e no Acre, esse índice cai para 41%; no Amazonas, melhora para 50,9%. Isso mostra que a região pode não estar construindo maiores possibilidades de interações a partir das redes digitais, o que, no entanto, não quer dizer que elas não aconteçam, já que as mídias sociais se constituem a partir do compartilhamento e disseminação de informações.

Desse modo, podemos afirmar que as discussões sobre política, como a questão da presidente Dilma e seu afastamento do mais alto cargo do país, são fundamentais para pensar as lutas por mais cidadania da mulher, em diversos espaços da sociedade, dentre eles o da internet, colaborando para avanços nos debates das pautas da mulher. Em razão disso, entendemos a internet como um espaço de “participação, engajamento cívico e tecnologias para comunicações digitais *online* [...] como o mega-ambiente de conexões via computadores”. (GOMES, 2011, p. 19).

A luta por igualdade de direitos e maiores espaços de debates e participação política são pautas antigas das mulheres, as quais ainda não foram atendidas de maneira ampla. E quando uma mulher alcança um cargo de poder em alguma instituição, seja pública ou privada, é cobrada freneticamente para ser exemplo de retidão humana, atender aos anseios do que se entende por mulher exemplar, leia-se mãe, esposa, carinhosa e meiga, ainda tenha que justificar constantemente os motivos que a tornam capaz de ocupar o lugar que conquistou.

Fugir a qualquer um desses, e tantos outros, requisitos de modelo feminino, amplia ainda mais os questionamentos sobre o “merecimento” daquela mulher de exercer e representar um determinado grupo social. A quebra desse modelo por parte de Dilma Rousseff, mãe, divorciada e independente, foram fatores que pesaram nos julgamentos políticos e midiáticos no cenário que a depôs da presidência. Como afirmaram Luís Felipe Miguel e Flávia Biroli (2014)

As visões que se consolidam a partir da posição parcial das mulheres tornam patente o fato de que as posições hegemônicas são também perspectivas e posicionadas, mas foram, a partir da experiência masculina (e não de qualquer homem, mas dos homens brancos e proprietários), amplamente traduzidas como “humanas” e “cidadãs”. Aparecem, assim, desprovidas de marcas de gênero, de classe, de pertencimento num sentido mais amplo (MIGUEL; BIROLI, 2014, p. 14).

Em *Feminismo: o ponto de vista marxista*, Zuleika Alambert (1986) já discutia de forma crítica a respeito dos grandes avanços na sociedade, ao mesmo tempo que destacava que a humanidade ainda não conseguiu respostas para questões urgentes e necessárias como a causa da mulher.

[...] apesar de seus grandes êxitos, o Homem não conseguiu ainda solucionar problemas vitais da humanidade, como a fome, as guerras, a depredação do meio ambiente, o racismo e as desigualdades sociais. Entre estas, uma das mais graves, porque atinge metade da humanidade, é a sofrida pelas mulheres (ALAMBERT, 1986, p. 1)

E é de certa forma conveniente lembrar de que muitas questões sobre a mulher trazidas nos discursos atuais são historicamente recorrentes, levantadas há séculos, e ainda continuam sem respostas. Percebe-se que as discussões sobre o tema são fundamentais ainda que não haja solução pronta e acabada para as diversas demandas sociais, econômicas e políticas. Como disse Heleieth Saffioti (1987, p. 98) sobre o que representa o feminismo “trata-se, pois, na luta política, de saber se se deseja uma democracia para poucos, uma democracia para muitos ou uma democracia para todos”.

Os dados do IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística no último censo, em 2010, traz reflexões sobre isso quando apontam que elas ainda recebem um salário menor que os homens, mesmo tendo mais tempo de estudo que eles. Em média o rendimento mensal das mulheres é estimado em R\$1,097,93 enquanto eles de R\$1.518,31 (IBGE, 2010).

No que se refere aos dados das violências sofridas no lar, os dados são ainda mais preocupantes. Conforme dados divulgados no *Atlas da Violência 2016*, elaborado e divulgado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), com base nas informações do Sistema de Informação sobre Mortalidade (SIM) de 2014, 13 é o número de mulheres assassinadas diariamente no Brasil, totalizando um número de 4.757 vítimas naquele ano (IPEA, 2016).

Ainda segundo os dados do IPEA, mesmo com a promulgação da Lei 11.340 de 2006, conhecida como Lei Maria da Penha (LMP), e com a Lei 13.104 de 2015, que torna o feminicídio um crime hediondo, ainda há muita resistência da sociedade em reconhecer e debater o assunto como uma questão de políticas públicas, o que é um fator agravante nos índices de violência contra a mulher (IPEA, 2016).

Diante do exposto, os capítulos desta dissertação serão importantes para entender como vêm se constituindo as comunicações e reivindicações dessas mulheres nas plataformas da internet, por meio das quais se apresentam à sociedade como sujeitos que necessitam ser melhor

inseridos nas discussões políticas, no geral, e ampliação do debate sobre questões de gênero, particularmente.

Essa pesquisa pretende constituir-se em contribuição para o melhor entendimento da participação política da mulher amazônida diante do cenário vivido no impeachment da presidenta Dilma Rousseff, de modo específico, e das causas e lutas das mulheres, de modo mais geral.

Primeiramente serão apresentadas, no segundo capítulo, a mulher e as ondas feministas na história, a fim de contextualizar de quem se fala quando se estuda a mulher ativista dentro dos mais diversos movimentos relativos à causa. Para isso, essa mulher será discutida a partir das reflexões de Butler (2003), Beauvoir (1970), Angela Davis (2016), Biroli (2013), Miguel e Biroli (2014) e Álvares (1995, 1997, 2010).

No terceiro capítulo, a discussão será acerca da cidadania, de modo mais amplo, e sobre a cidadania das mulheres, de maneira mais particular. Foram trazidos os trabalhos de Pinsky e Pinsky (2013), Gorczewski e Martin (2011), Arendt (2007), Walby (2004), entre outros.

No quarto capítulo, a temática será a comunicação, especificamente a comunicação em rede, mediada pela tecnologia digital, como relevante no processo de construção também da cidadania da mulher. As referências deste capítulo são: Castells (2013, 2015); Gohn (2013); Wolton (2006); Moraes (2007); Gomes (2014); e Maia (2011).

No quinto capítulo, serão trabalhados os procedimentos metodológicos utilizados na pesquisa. Assim sendo, este trabalho privilegiou a pesquisa bibliográfica, seguida de pesquisa qualitativa, tendo como base a análise de conteúdo a partir de Laurence Bardin (2011). Nesse espaço, também ampliaremos o olhar sobre os perfis analisados, suas funcionalidades técnicas e dinâmicas ativistas de abordagens.

Encerrando o trabalho com as considerações finais, que vai nos permitir apontar algumas considerações sobre a pesquisa, visando o enriquecimento e contribuições com base nos resultados obtidos. O que nos possibilitará dialogar com a sociedade sobre a relevância desse estudo.

Intitulado “Além do ser mulher”, o capítulo a seguir dará início à construção mais aprofundada sobre a pesquisa cujas premissas vimos até o momento apresentando.

2 ALÉM DO SER MULHER

Esta pesquisa tem o propósito de fornecer subsídios necessários para o entendimento das articulações comunicacionais que mulheres ativistas vêm desenvolvendo na contemporaneidade, especialmente fazendo uso da internet na construção de debates políticos travados nesse ambiente digital. Diante desses debates políticos, a atenção recairá sobre o impeachment de Dilma Vana Rousseff, a primeira mulher eleita presidenta do Brasil, uma mulher ativista, eleita duas vezes, em 2010 e 2014, ao cargo maior do Executivo brasileiro.

Antes, porém, de entrar nas questões mais sistemáticas dos movimentos feministas e do movimento de mulheres², cumpre dizer que este capítulo está subdividido em cinco partes para uma melhor compreensão do debate em questão:

a) o sujeito mulher no feminismo, que visa a abordar quem é essa mulher ativista e a importância dela para os movimentos atuais;

b) as ondas dos movimentos feministas na história, abordando um pouco a respeito da trajetória desses movimentos e o quanto eles são relevantes para contextualizar a mulher na atualidade;

c) discussões sobre teoria política feminista, para trazer a mulher como ator político no cenário social;

d) o sistema político para elas, mostrando o cenário nacional e dos estados do Pará, Maranhão, Amazonas e Acre, complementando a ideia da mulher ativista no sistema vigente no Brasil e como é essa participação na Amazônia;

e) perfil de Dilma Vana Rousseff, a primeira mulher eleita presidenta do Brasil, para falar sobre a pessoa, mulher e política que é o foco da pesquisa.

Dito isso, a relação entre o movimento feminista, mulher e comunicação irá permear este trabalho. Trata-se de fazer uma análise de como esse tripé tem dialogado entre si, no sentido de construir, ou não, um cenário favorável de discussões, especialmente a partir da utilização das novas tecnologias de comunicação, como as redes sociais digitais, especialmente a plataforma do *Facebook*, ambiente desta pesquisa.

² O movimento de mulheres antecede o movimento feminista e ao longo do tempo vêm construindo história. “O termo Feminismo não necessariamente contempla o de associações de mulheres” (ÁLVARES, 2017, p. 19)

2.1 Mulher como sujeito do feminismo e do ativismo político

A proposta desta seção é estabelecer uma discussão teórica a respeito do sujeito mulher, entendendo que mulher não é um sujeito com definições objetivas, mas um processo de construção social, como já abordaram autoras clássicas, como Simone de Beauvoir (1970) e Judith Butler (2003). A finalidade é contribuir na interpretação das discussões sobre os feminismos e sobre a mulher que os compõe e deles se apropria para fortalecer suas lutas.

A intenção não é imergir nas questões sobre identidade, como se esta fosse uma forma única, como se as mulheres fossem seres únicos e sem complexidade. Pelo contrário, discutiremos sobre esse sujeito para trazer as discussões sobre as mulheres militantes da internet e compreender como elas se aproximaram dos debates sobre o impeachment da presidenta Dilma Rousseff.

Historicamente, a sociedade em geral, quando inferia questões relacionadas às mulheres, pelo menos até mais da metade do século XX, perpassava muito mais sobre as dimensões dos estereótipos a ela imputados. A “mulher” era pensada como uma categoria indiscutível. Pensava-se até então que o mundo já lhes havia determinado os comportamentos sociais dentro de um domínio restrito e sem possibilidades de mudança ou questionamento, abarcando elementos como seu modo de vestir, afazeres domésticos, o destino lógico de ser mãe e esposa de um homem, entre tantos outros rótulos.

Ainda que esses rótulos perdurem para alguns grupos mais conservadores, que insistem em enquadrar as mulheres em um universo pré-determinado, é possível perceber um avanço na discussão sobre essa mulher na sociedade do século XXI e uma resistência em aceitar tais rótulos. Com isso, muito estudos vêm acompanhando e ajudando a elucidar as configurações, avanços e tensões que são parte desse cenário de mudança social, focando em questões como as ações de ativismo e protagonismo das mulheres, em movimentos sociais ou não.

Afinal, o que é, de fato, esse sujeito mulher, base para os feminismos e ativismos na contemporaneidade? Já que é neste espaço-tempo que os questionamentos acerca da mulher têm-se intensificado, também as multiplicidades dos movimentos feministas vêm ganhando mais visibilidade. Os movimentos das mulheres negras, lésbicas, transexuais, indígenas, entre outros, podem ser exemplos disso.

Não há uma resposta pronta para determinar quem é essa mulher. É preciso admitir que as discussões em torno de gênero, feminino e mulher não contemplam uma resposta única e simplista, pelo contrário. Por isso, problematizar essas relações é fundamental ter claro que o

universo que envolve tais temáticas e no qual elas se atravessam pode não ser suficientes para a concepção de uma representação política para as mulheres.

Neste sentido, Judith Butler (2003, p. 8 e 9) questiona: “ser mulher consistiria um ‘fato natural’ ou uma performance cultural ou seria a ‘naturalidade’ constituída mediante atos performativos discursivamente compelidos [...]?” Tais perguntas buscam reflexões e provocações no sentido de confrontar o entendimento que a sociedade tem sobre a mulher a partir de “instituições definidoras”, as quais a autora afirma serem a raiz da manutenção dos papéis já definidos, que elas devem perpetuar; entre eles: o falocentrismo e a heterossexualidade compulsória. Afirma, então, que

A genealogia toma como foco o gênero e a análise relacional por ela sugerida precisamente porque o “feminino” já não parece mais uma noção estável, sendo seu significado tão problemático e errático quanto o de “mulher”, e porque ambos os termos ganham seu significado problemático apenas como termos relacionais. (BUTLER, 2003, p. 9).

No imaginário social coletivo, as mulheres são construídas sob uma base masculina, centralizadora e determinante para os papéis pré-determinados para elas. A esse respeito, Simone de Beauvoir diz que

A humanidade é masculina e o homem define a mulher não em si mas relativamente a êle; ela não é considerada um ser autônomo. [...] Ela não é senão o que o homem decide que seja; daí dizer-se o "sexo" para dizer que ela se apresenta diante do macho como um ser sexuado: para êle, a fêmea é sexo, logo ela o é absolutamente (BEAUVOIR, 1970, p. 10, grifo da autora).

Diante de tais problematizações, pode-se incorrer de imediato na busca pelas questões de identidade, para enfim determinar quem seja esta mulher, especialmente para justificar a existência dos movimentos que por ela levantam bandeiras. Em razão disso, ocorre uma busca frenética em discutir a mulher como um sujeito universal, pelo qual se justificam as lutas feminista. Mas Judith Butler (2003) nos defronta com outra inquietação

Além disso, já não está claro que a teoria feminista tenha que tentar resolver as questões da identidade primária para dar continuidade à tarefa política. Em vez disso, devemos nos perguntar, que possibilidades políticas são consequência de uma crítica radical das categorias de identidade? Que formas novas de políticas surgem quando a noção de identidade como base comum já não restringe o discurso sobre políticas feministas? E até que ponto o esforço para localizar uma identidade comum como fundamento para uma política feminista impede uma investigação radical sobre as construções e normas políticas da própria identidade? (BUTLER, 2003, p. 9-10).

A partir disso, percebeu-se a necessidade de ampliar a discussão sobre mulher, pois a realidade que ora se apresentava na sociedade precisava romper com as normas estabelecidas, que facilmente, e equivocadamente, determinavam o lugar dela. Para o movimento feminista foi um ganho, já que

Entre os/as acadêmicos (as) que dialogavam com as discussões feministas, o conceito de gênero foi abraçado com entusiasmo, uma vez que foi considerado um avanço significativo em relação às possibilidades analíticas oferecidas pela categoria “mulher”. Essa categoria passou a ser quase execrada por uma geração para qual o binômio feminismo “mulher” parece ter se tornado símbolo de enfoques ultrapassados (PISCITELLI, 2002, p. 1)

Na perspectiva de gênero, a categoria “mulher” deixa de ser a simplificação e o “fardo” do sexo feminino e ganha projeções múltiplas, pois, como diz Butler (2003, p. 24), “gênero são significados culturais assumidos pelo corpo sexuado, não se pode dizer que ele decorra, de um sexo desta ou daquela maneira”.

Observando essa trajetória no Norte e Nordeste do Brasil, os estudos também avançaram, mas no sentido de aprofundar a abordagem com o foco na mulher, que ainda era incipiente até então. As discussões de gênero ainda não aparecem neste período. Contudo, esses estudos provocaram reverberações positivas nos anos 90 do século XX e fomentaram pesquisas neste segmento nas universidades dessas regiões, proporcionando uma ampliação das discussões do tema nos diversos ambientes sociais e inserindo com isso as vivências das mulheres locais, antes negligenciadas nos processos científicos desses estudos no âmbito nacional. Álvares (1997) afirma à época que

A trajetória percorrida tem sido considerável na recuperação da presença feminina na história social do espaço amazônico. Os resultados das pesquisas sobre a questão da mulher na Amazônia têm beneficiado a quebra do ocultamento em que se achavam. Conquistaram um lugar na produção científica incorporando questionamentos ao saber e aos conhecimentos já existentes sobre a história da região, beneficiando o olhar das Ciências Humanas, enriquecida com essa nova postura que torne visível um sujeito presente na trama das relações sociais, mas de fora da geração clássica de estudos (ÁLVARES, 1997, p. 125-126).

É possível dizer, assim, que a busca por uma identidade não é o ponto central nos debates sobre gênero. Pode-se refletir que se trata de uma questão que atravessa as discussões sobre a mulher, sua história e o movimento feminista, abrangendo muito mais as diferenças do que a unidade entre os indivíduos e seus grupos sociais. “Dessa nova potência de diversidades de

abordagens, um tema como o feminismo cria características e formas no espaço de discussões aberto com as análises sobre as identidades de gênero” (ÁLVARES, 1997, p. 126).

É relevante trazer as discussões de Simone de Beauvoir (1970), quando dizia que um homem não precisaria afirmar-se como tal para qualquer enunciado que viesse a fazer, mas a mulher sim. Então, o entendimento sobre o que é ser mulher torna-se importante, da mesma forma como fazer a diferença elas e os homens.

O homem representa a um tempo o positivo e o neutro, a ponto de dizermos "os homens" para designar os seres humanos, tendo-se assimilado ao sentido singular do vocábulo vir o sentido geral da palavra homo. A mulher aparece como o negativo, de modo que toda determinação lhe é imputada como limitação, sem reciprocidade. (BEAUVOIR, 1970, p. 9)

Nessa perspectiva, a autora nos faz pensar que a feminilidade sempre assombrou as sociedades, criticamente discorrendo sobre a realidade misteriosa e ameaçada desta feminilidade ao afirmar que

Todo ser humano do sexo feminino não é, portanto, necessariamente mulher; cumpre-lhe participar dessa realidade misteriosa e ameaçada que é a feminilidade. Será esta secretada pelos ovários? Ou estará congelada no fundo de um céu platônico? E bastará uma saia ruge-ruge para fazê-la descer à terra? Embora certas mulheres se esforcem por encarná-lo, o modelo nunca foi registrado. (BEAUVOIR, 1970, p. 7).

A partir disso, pode-se levantar uma das principais temáticas do universo mulher, que envolve principalmente os movimentos organizados. Afinal, o que define esse gênero? Seria a mulher aquela que possui o órgão genital designado a ela biologicamente? A maternidade seria um outro fator a declarar o que é ser mulher? Ou seriam as vestimentas a determinar quem faz parte do universo feminino?

São questionamentos ainda muito latentes nas pautas femininas, pois existem outros elementos de gênero que não podem mais ser ignorados nas discussões da sociedade contemporânea, na qual cada vez mais a pluralidade está sendo colocada em foco e em cheque. Há cada vez mais necessidade de se alargarem os espaços sociais e de poder.

No caso de Dilma Rousseff, ela foi a primeira mulher na história do país a exercer o mais alto cargo da nação, a presidência do Brasil, por quase dois mandatos (2011-2016). Outros exemplos são as mulheres transexuais, aquelas que nasceram num corpo biologicamente masculino, mas que se identificam com o sexo oposto, lutando também para se legitimar na sociedade, com muitas pessoas fazendo cirurgia de redesignação sexual, outras não. Diante

dessa temática, confirma-se a ideia de que não há como definir a mulher sob uma única perspectiva, como se fosse um sujeito pronto e acabado.

Esse encontro das diferenças possibilitou a percepção da riqueza, da amplitude e dos conflitos que permeiam as relações e as conduções das pautas discutidas nos movimentos que trabalham temas da mulher. Busquei olhar para essas mulheres no encontro com outras e com os aspectos de interferência entre elas, os quais as fazem estar unidas em um propósito de inserção política e participação de discussões sobre temas que as afetam maciçamente.

Essas perspectivas possibilitaram analisar os objetos dessa pesquisa, pois forçam o olhar para a forma pela qual se dão as interações, que no caso desta pesquisa é no ambiente digital, onde as relações acontecem mesmo através da internet.

Analisar como acontece o ativismo feminino na internet em um sistema de oposições e contrastes do individual diante do coletivo é uma das maneiras de encarar as discussões sobre as lutas das mulheres, que compõem um sistema de diferentes culturas e sociabilidades. Na Amazônia, na serra gaúcha ou no sertão, trata-se de mulheres com expressões diferentes de suas linguagens, culturas e arte.

O presente encontra no passado as razões pelas quais se justificam os anseios que as mulheres buscam desde sempre em sua história – a igualdade de direitos e o fim das diferenças entre elas e eles, que as colocam em uma condição, antes e agora, de inferioridade, de subalternidade. Valorizar a mulher como sujeito do feminismo foi, e continua a ser, o valor que move os movimentos institucionalizados ou não. Judith Butler (2003) diz que

O sujeito é uma questão crucial para a política, e particularmente para a política feminista, pois os sujeitos políticos são invariavelmente produzidos por via de práticas de exclusão que não ‘aparecem’, uma vez estabelecida, a estrutura jurídica da política” (BUTLER, 2003, p. 19).

Ou seja, não se pode negar a importância da constituição do sujeito “mulher”, assim como não se pode reduzi-lo a uma unidade. É necessário discutir, então, não feminismo, mas feminismos. Sobre isso Gleidismara Franzoni, em sua tese de doutoramento, afirma que existiram vários feminismos, com diversas perspectivas e múltiplas características. Portanto, o feminismo contemporâneo é fruto de inúmeras concepções, que estiveram atreladas às demandas e às reivindicações de cada época, questionando certezas científicas e morais (FRANZONI, 2009).

Assim sendo, é necessário perceber o movimento feminista em toda a sua complexidade no contexto de uma sociedade com movimentos intelectuais e políticos de amplo espectro que buscam questionar estruturas e crenças naturalizadas pelo senso comum e adotadas pelo status

quo. Por isso, os vários feminismos – desde seu advento, mas sobretudo a partir dos que (res)surgiram na década de 60 na cultura ocidental – têm enfrentado constantes desafios de várias ordens, alguns parcialmente superados, outros ainda merecendo cuidadosa atenção (ASSIS; MINELA; FUNCK, 2014, p. 11).

Para inferir sobre a atuação política dos movimentos sociais feministas, organizados ou não em instituições formais, a seção seguinte trará a abordagem desses movimentos à luz de suas temporalidades na história. Caracterizadas como ondas feministas, de acordo com as perspectivas e necessidades de cada época, nelas os movimentos e pautas se organizaram e exigiram da sociedade e do poder político instituído o reconhecimento de seus direitos.

2.2 As ondas dos movimentos feministas na história

Torna-se relevante fazer um breve histórico do pensamento feminista moderno e as ondas feministas para fundamentarmos os seguintes passos desta pesquisa na interpretação das lutas das mulheres em busca de cada vez mais cidadania.

Assim sendo, é necessário reconhecer que o movimento feminista tem sido um importante condutor para as discussões, antigas e atuais, de conquistas, retrocessos, avanços e anseios das mulheres ao longo do tempo.

Nunca poderemos perder de vista o papel desempenhado pelo movimento feminista, que tem se constituído, desde o século passado, no melhor instrumento de luta que a mulher pôde criar para servir-lhe simultaneamente de bússola e arma de combate, numa revolução que sabemos será a mais longa da história da humanidade (ALAMBERT, 2004, p. 26).

Quando a autora destaca que a relevância das reivindicações do movimento feminista “será a mais longa da história da humanidade”, trata-se de indicação de que a incessante busca por igualdade de direitos, tão pautada nos movimentos das mulheres, ainda terá um longo caminho para se tornarem efetivos na vida cotidiana de homens e mulheres.

Zuleika Alambert (2004) ainda lembra que já existiram na pré-história clãs maternos, nos quais o papel da mulher era preponderante, inclusive sendo a paternidade desconhecida, dando a ela um *status* superior ao do homem.

Eram exceções, é claro, mas isso leva à reflexão sobre a possibilidade real do sujeito feminino como protagonista e não secundário. Falamos, então, de algo possível e não de um ideal ainda não experimentado, como tende-se a crer diante de tamanhas distinções

reproduzidas ao longo da história. Alambert (2004) descreve aquele período passado com uma certa poesia nas palavras, quando diz que

Ela trabalhava a terra, domesticava animais, cuidava das crianças, velhos e doentes, além de criar vasilhames, utilizar o fogo, preparar unguentos, poções, enquanto o homem ia à caça de alimentos. Era muito respeitada por essas atribuições”. (ALAMBERT, 2004, p. 27)

Talvez seja difícil o entendimento desse universo nos discursos atuais pelo fato de que “esses tipos de sociedades igualitárias existentes na pré-história são pouco conhecidos, porque os homens excluíram as mulheres da história da humanidade e não se detiveram na pesquisa desse período” (ALAMBERT, 2004, p. 28).

Em grande parte dos trabalhos vistos na academia, por exemplo, não é raro encontrar as variadas interpretações a respeito dos movimentos feministas ao longo do tempo até os dias atuais. Destacam-se as chamadas ondas feministas; no Brasil, Matos (2010) destaca quatro grandes períodos assim designados. A primeira é anterior a 1960, denominada de feminismo e o capitalismo estatal, cujo foco estava no tripé economia-cultura-política, sobretudo, descentralizando o viés androcêntrico que imperava na política naquele momento. Nesta fase, mais precisamente em 1922, acontece no Brasil a criação da Federação Brasileira Pelo Progresso Feminino, que objetivava também a participação política e o direito de trabalhar sem a autorização do marido (AZEVEDO; NEPOMUCENO, 2016).

No Pará, como afirma Luzia Álvares (1995), o movimento das sufragistas chega efetivamente em 1931, nove anos depois de sua organização no Brasil, com uma concepção que em nada ameaçava as tradicionais práticas sociais da época. “Entretanto, nas discussões que se observa, na imprensa, há reações às transformações que este pudesse acarretar ao papel feminino expresso, através da trilogia conservadora (fragilidade, incapacidade intelectual e dependência)” (ÁLVARES, 1997, p. 139).

A segunda, ocorrida entre 1960 e 1970, identificada como feminismo e o capitalismo estatista ditatorial militarizado, conhecida como o feminismo anti-economicismo militarizado, que lutou contra as arbitrariedades do regime militar, resistindo aos abusos políticos da época e também para incorporar justiça política ao capitalismo estatal (MATOS, 2010).

A terceira, nos anos 1980 e 1990 (MATOS, 2010), é o feminismo e o novo espírito do capitalismo, que trazia a bandeira do anti-economicismo ressignificado, buscando o reconhecimento das diferenças e das identidades, favorecendo o surgimento de diversas ONGs feministas de diferentes expressões políticas. Esse período foi marcado por intensos acontecimentos políticos, como o impeachment do primeiro presidente eleito por voto popular,

Fernando Collor de Melo (em 1989). Seguida pela dupla eleição de Fernando Henrique Cardoso (1994 e 1998), conhecido pela implementação do Plano Real (SARMENTO, 2017).

Há ainda a elaboração de estudos sobre uma quarta onda feminista, percebida no Brasil e na América Latina, conforme estudos de Marlise Matos entre 2008 e 2014. A autora diz que o desenvolvimento do seu trabalho se centrou nas dinâmicas sociais e políticas recentes, a partir das quais aferiu que “estariam reconstruindo uma nova fase de configuração ou desenho dos feminismos na região” (MATOS, 2014, p. 3)

Entendo, então, que o contexto mais ampliado dos nossos feminismos, especialmente a partir dos anos 2000, organizou um novo formato que poderia ser brevemente descrito como o de um movimento multinodal de mulheres ou que parte de diferentes “comunidades de políticas de gênero” (como tem sido mais comum se referir no Brasil) que é, por sua vez, completamente 4 distinto daquilo que estaria acontecendo em países do norte global (ou hegemônicos), por exemplo. (MATOS, 2014, p. 3)

Esta nova fase se inicia nos anos 2000, adotando uma visão mais ampla da multidimensionalidade do reconhecimento e das representações do movimento feminista, fortalecendo as lutas por justiça social e resistência ao capitalismo, racismo e machismo, com o feminismo pós-neoliberalista. (MATOS, 2010). Fase marcada pela ascensão do Partido dos Trabalhadores (PT), com as eleições de Luís Inácio Lula da Silva (2002 e 2006) e de Dilma Rousseff (2010 e 2014), que durou 10 anos (SARMENTO, 2017).

Emerge, ainda dentro dessa etapa, a internet, quando os meios digitais ganham *status* de meio de comunicação de massa, dando às mulheres uma amplitude ainda não experimentada nos debates e elaborações de pautas, que saem do micro e vão para o macro no ambiente digital, potencialmente alcançando mulheres em todo o planeta, com trocas de experiências e agregando discussões sobre temas mundiais que envolvem as mulheres (AZEVEDO; NEPOMUCENO, 2016), uma das discussões centrais desta pesquisa.

Um exemplo muito recente desse período foi a divulgação e a mobilização em torno da hashtag *#MeuPrimeiroAssédio*, em 2015, criada após uma menina de 12 anos de idade ter sofrido assédio, pelas suas redes sociais digitais, enquanto participava do programa *MasterChef Júnior*, exibido pela Rede Bandeirantes de Televisão no mesmo ano, retransmitido em Belém através da Rede Brasil Amazônia de Comunicação (RBA), canal 13 (AZEVEDO; NEPOMUCENO, 2016).

Neste período, de modo geral, as feministas ampliaram as discussões, incluindo no debate as demandas mais coletivas das mulheres e com isso conquistando importantes avanços de representatividade e visibilidade política nas organizações governamentais, além da inclusão

de uma das leis mais importantes de proteção à mulher que sofre com a violência doméstica. Como afirma Rayza Sarmento:

Uma conquista do feminismo organizado, já no início dos anos 2000, foi a criação da Secretaria de Políticas para as Mulheres, durante o primeiro governo Lula e também a aprovação de uma legislação inovadora de combate à violência doméstica e familiar contra a mulher, conhecida como Lei Maria da Penha (SARMENTO, 2017, p. 139).

Fazendo aqui um adendo para enfatizar a relevância da Lei Maria da Penha (LMP), vale contextualizar minimamente sua implementação. Em 7 de agosto de 2006 foi promulgada, pelo então presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, a Lei 11.340, que é mais conhecida como Lei Maria da Penha (LMP). No caput da referida destaca-se

Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do § 8º do art. 226 da Constituição Federal, da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres e da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher; dispõe sobre a criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher; altera o Código de Processo Penal, o Código Penal e a Lei de Execução Penal; e dá outras providências. (BRASIL, 2006)

Neste cenário, é possível compreender a LMP como uma importante ferramenta de combate contra a violência doméstica sofrida por mulheres, inclusive as mulheres transexuais, que podem acioná-la no sistema jurídico para os casos de agressões físicas e/ou psicológicas, lesões sofridas pelos companheiros ou companheiras, oferecendo às vítimas alguma segurança nas situações de risco que envolvem essas questões. Ainda que o amparo legal desta ferramenta jurídica não tenha extinguido o número de casos, não se pode negar sua relevância.

No estado do Pará, dados do *Mapa da Violência 2015*³, que coletou dados até 2013 sobre a violência contra a mulher, mostram que desde 2006, quando a LMP foi promulgada, houve um aumento de 64,3% no índice de assassinato contra as mulheres, indo de 140 para 230 assassinatos por ano.

Não é possível afirmar que foi um aumento no número de crimes ou no número de denúncias feitas aos órgãos responsáveis, que recebem essas queixas das mulheres. Ambas as situações podem ter ocorrido, mas é provável, que a partir de uma consciência maior de seus

³ Este estudo foi desenvolvido pelo Prof. Julio Jacob Waiselfisz, formado em Sociologia pela Universidade de Buenos Aires e Mestre em Planejamento Educacional pela Universidade Federal de Rio Grande do Sul. Coordenador da Área de Estudos sobre Violência da Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais (FLACSO), que promoveu este trabalho.

direitos, as mulheres tenham-se sentido mais confiantes, e por isso mais motivadas a buscar apoio jurídico, logo aumentando os índices das informações.

Voltando ao contexto das ondas feministas, é importante dizer que no resto do mundo as demandas foram mais fortes e articuladas do que no Brasil (AZEVEDO; NEPOMUCENO, 2016). São categorizadas em três ondas, sendo a primeira no início do século XX, conhecido como o movimento das sufragistas, no qual as mulheres pautavam sua luta no direito ao voto, que antes era apenas concedido aos homens.

A segunda onda, que inicia em 1960, é uma busca por novas conquistas a partir das vitórias adquiridas com o primeiro momento. A partir daquele momento, fazia-se necessário que a luta das mulheres se fortalecesse para alcançar novas etapas na construção das reivindicações. Neste período, a luta foi por regulamentações legais que pudessem garantir suas subjetividades e sua cidadania, ao mesmo tempo em que pudesse corrigir as falhas deixadas no período anterior (AZEVEDO; NEPOMUCENO, 2016).

A terceira surge nos anos noventa do século XX e segue até os dias de hoje, com a proposta de agregar as novas demandas das mulheres, considerando a ampla diversidade que já era constitutiva do movimento, sobretudo, nas suas configurações contemporâneas, mas que fora silenciada – talvez por ser o momento inicial um espaço para as questões mais universais. Desse modo,

Feministas passaram a questionar o foco central da segunda onda, ter sido em mulheres brancas de classes sociais privilegiadas em detrimento de mulheres negras, pobres e vulneráveis socialmente. [...] Inicia-se o feminismo da diferença, e a luta para tornar o movimento cada vez menos homogêneo. Surge o feminismo negro, trans, lésbico... A discussão deixa de ser sobre as mulheres e passa a ser sobre as relações de gênero (AZEVEDO; NEPOMUCENO, 2016, p. 3).

Nesse panorama, depreender sobre a história do movimento de mulheres através das ondas feministas é fundamental para contextualizar as conquistas já alcançadas e as pretensões que figuram nas pautas de cidadania delas na contemporaneidade. Entendendo de onde já se partiu é também valorizar o que já foi feito e buscar avançar nos quesitos ainda não resolvidos, além de possibilitar melhor mobilização das questões atuais e futuras.

As abordagens sobre os feminismos há muito tempo deixaram de ser restritas apenas às temáticas da mulher e passaram a desvelar a complexidade que o tema exige. Há outros entendimentos que permitem admitir que os feminismos vão além da questão simples de gênero, pois este não diz respeito apenas às mulheres, mas sim às questões amplas de gênero e aos locais de fala delas e deles também, como afirmam Miguel e Biroli:

O feminismo não se debruça sobre uma questão ‘localizada’. As relações de gênero atravessam toda a sociedade, e seus sentidos e seus efeitos não estão restritos às mulheres. Onde há desigualdades que atendem a padrões de gênero, ficam definidas também as posições relativas de mulheres e de homens (MIGUEL; BIROLI, 2014, p. 8).

Os feminismos, termo no plural, refere-se aos variados sujeitos que compõe o grupo mulher, constituído sob inúmeras perspectivas culturais, sociais, étnicas, sexuais e regionais. Como definiu Judith Butler, o sujeito não pressupõe uma identidade comum, na medida em que “se alguém é uma mulher, isso certamente não é tudo o que esse alguém é” (BUTLER, 2003, p. 20).

Assim sendo, trazemos a questão discutida por Maria Amélia Teles quando diz que o feminismo:

É uma filosofia universal que considera a existência de uma opressão específica a todas as mulheres. [...]. Em seu significado mais amplo, o feminismo é um movimento político, questiona as relações de poder, a opressão e a exploração de grupos de pessoas sobre outras. Contrapõe-se ao poder patriarcal. Propõe uma transformação social, econômica, política e ideológica da sociedade (TELES, 1999, p. 10).

Portanto, os movimentos feministas podem ser considerados também como “a resistência à interpretação falocêntrica da diferença sexual. É a luta pela desconstrução do ‘outro’ feminino como objeto de domínio e subordinação” (SANTOS; BARROS. 2015, p. 3), o que ocorre também nos dias atuais, seja nas ruas seja nas redes digitais.

O movimento em ondas historicamente relatado é uma maneira de enxergar de maneira ampla e sistematizada tais desenvolvimentos. Contudo, não é possível pensar nesse cenário apenas a partir de uma única perspectiva, como dito anteriormente, já que cada sociedade percebeu e continua a perceber o movimento de acordo com a realidade vivida na época, que pode apresentar tensões, nuances e diferenças em relações historicamente situadas e socialmente estruturadas.

2.3 Discussões sobre teoria política feminista

É preciso abordar algumas discussões a respeito da teoria feminista, para melhor entendimento sobre o sujeito feminino político e o ativismo de movimentos sociais. Refletir o quanto são amplas as pautas, indo ao encontro das vastas discussões que envolvem o universo

das mulheres, especialmente no que diz respeito aos temas que as colocam no mesmo nível de igualdade com os homens.

De modo mais amplo, a teoria política feminista é conceituada como “a complexidade da composição do grupo de mulheres”, (MIGUEL, BIROLI, 2014 p. 12). Junto com ela, a questão central da teoria política feminista está ancorada na “discrepância entre influência política e presença na sociedade. Sendo as mulheres, afinal, pouco mais de 50% da população”. (MIGUEL; BIROLI, 2014 p. 13)

As relações de poder na vida cotidiana, por vezes é desconsiderada nas teorias políticas, sendo, porém, fundamental para pensar o sujeito político no feminismo. A política no feminismo reformula as prioridades no debate político (MIGUEL; BIROLI, 2014), trazendo à superfície social questões como a importância de acesso a recursos materiais e simbólicos quanto à formalização dos direitos iguais entre indivíduos (BIROLI, 2013).

Essas relações se dão também na medida em que os discursos sobre a mulher, construídos socialmente e midiaticamente amplificados, reforçam na cultura a premissa de que ela possui um local próprio e que apenas sobre ele deve falar – geralmente um local secundário, subalterno e inexpressivo do lar, da maternidade e da esposa.

Neste sentido, o valor de autonomia (MIGUEL; BIROLI, 2014) é um dos fatores preponderantes nos debates travados na teoria feminista, pois no feminismo “a difícil equação entre igualdade, respeito às diferenças e garantias à autonomia individual ganha assim, contribuições relevantes” (BIROLI, 2013, p. 11). Essa autonomia “compreende a soberania dos indivíduos em relação a si mesmos e aos outros, correspondendo à capacidade de estabelecer as leis morais sob as quais vive como leis morais universais”. (BIROLI, 2013, p. 24).

Para Birolí (2013), o que há de mais contributivo na construção sobre o feminismo é compreender também a sua crítica feita à dualidade entre o público e o privado, o que afeta diretamente as relações sociais das mulheres.

Um dos sentidos da defesa da politização da vida privada no feminismo é a exposição do caráter político das relações de poder em domínios da vida que são exteriores aos limites convencionais da política. (BIROLI, 2013, p. 11)

A diferença entre homens e mulheres, que possivelmente está presente em muitas sociedades mundo afora, nem sempre foi problematizada. Pelo contrário, por muitos séculos ela foi tratada como natural para manter uma pretensa ordem da vida social. O pensamento feminista rompeu com essa naturalidade e passou a expor com preocupação as opressões sofridas pelas mulheres nos ambientes públicos, sobretudo, e posteriormente no privado, em

relação ao qual os reflexos das opressões domésticas foram também colocados na vitrine social, para que houvesse mais atenção e a tal diferença fosse debatida e solucionada. “Vivemos numa sociedade onde a dominação de um sexo sobre outro não somente é vista como normal, como também a única opção de organização” (PANKE, 2016, p. 27).

A dominação masculina foi questionada pelas mulheres nas últimas décadas, agregando à teoria política um olhar mais amplo quanto às questões centrais até ali – que aliás, são centrais até os dias atuais, principalmente no que diz respeito ao próprio indivíduo, a espaço público, autonomia, igualdade, justiça e democracia. “O pensamento feminista tornou-se o que é hoje: um corpo altamente elaborado de teorias e reflexões sobre o mundo social” (MIGUEL; BIROLI, 2014, p. 18).

Na contemporaneidade, não é mais possível tratar de teoria política sem considerar a teoria feminista, que tem como ponto de partida as questões de gênero (igualdade de direitos entre homens e mulheres, etc.), para que se discuta todo o sistema social no qual estamos inseridos, a fim de que todos e todas possam desfrutar de uma sociedade justa e democrática.

Não é mais possível discutir a teoria política ignorando ou relegando às margens a teoria feminista, que nesse sentido, é um pensamento que parte das questões de gênero, mas vai além delas, reorientando todos os nossos valores e critérios de análises (MIGUEL; BIROLI, 2014, p. 17).

Patriarcado ou dominação masculina. O segundo parece ser mais apropriado, pois dá conta de um fenômeno mais geral do que o primeiro. “Instituições patriarcais foram transformadas, mas a dominação masculina permanece” (MIGUEL; BIROLI, 2014, p. 19).

O feminismo, como movimento, não se trata apenas de considerar que homens e mulheres têm os mesmos valores sociais, pois “o feminismo se definiu pela construção de uma crítica que vincula a submissão da mulher na esfera doméstica e à sua exclusão da esfera pública. E surge na virada do século XVIII para o século XIX” (MIGUEL; BIROLI, 2014 p. 19).

Na primeira fase do feminismo, século XVIII, as questões levantadas foram a educação das mulheres, o direito ao voto e a igualdade no casamento, sobre este último a fim de que elas pudessem também dispor de suas propriedades. Nesse cenário, surgem os estudos de Mary Wollstonecraft, que em 1789 responde criticamente à Constituição Francesa e reivindica a emancipação da mulher, além de tratar a questão da educação das mulheres como foco central de direitos a serem garantidos; seus estudos foram fundantes para a construção de uma teoria política feminista. “Ela é também uma autora singular pela maneira como, ao tratar dessas

questões [...], combina a adesão (quase inevitável) a ideias dominantes da época com elementos de inusual radicalidade” (MIGUEL; BIROLI, 2014, p. 21). Pode-se compreender que os estudos de Wollstonecraft foram primordiais na construção da teoria política feminista.

Já o Feminismo Socialista, nascido no século XIX, possuía propostas radicais e ficava distante do que se discutia entre as sufragistas, pois levantava outras questões para além da educação e da inserção da mulher ao voto, tais como: legitimidade das relações homoafetivas, o amor livre e a responsabilidade coletiva pelas crianças. As socialistas entendiam que a família e o casamento, por exemplo, eram estruturas opressivas, às quais a mulher estava socialmente fadada a se resignar.

É importante ressaltar que nesse contexto existia também a questão da mulher negra escrava, ainda que não tenha tido uma abordagem amplamente discutida nas arenas do debate e conhecimento político, já que não foi considerada nas discussões do feminismo até este momento. Como disse Ângela Davis, “as mulheres eram vistas, não menos que os homens, como unidades de trabalho lucrativas, para os proprietários de escravos elas poderiam ser desprovidas de gênero” (DAVIS, 2016, p. 17).

São fundantes as questões que envolvem a mulher negra para pensar na efetividade da igualdade de direitos, pois a invisibilidade dessas mulheres não permitiu que os olhares das demais ampliasse o espectro e incluísse a escravidão como uma questão prioritária. Novamente sobre isso, Angela Davis afirma

A julgar pela crescente ideologia da feminilidade do século XIX, que enfatizava o papel das mulheres como mães protetoras, parceiras e donas de casa amáveis para seus maridos, as mulheres negras eram praticamente anomalias (DAVIS, 2016, p. 17-18).

Angela Davis retrata uma realidade norte americana, mas é possível, diante de todo o contexto histórico de escravidão mundo afora, que as realidades sejam bem parecidas nos cenários vividos pelas mulheres negras nos países onde elas, assim como homens, foram vítimas de tais violências e violações.

Foi somente ao longo do século XX que o feminismo se consolidou no ocidente, quando boa parte dos países concedeu às mulheres o direito ao voto até os meados de 1970. As mulheres passaram a ter acesso a todos os níveis do sistema de educação, ainda que de forma tímida nos tidos cursos de melhor remuneração e status social.

No casamento, o Código Civil trouxe a questão da igualdade entre os cônjuges. Foram conquistas primordiais para o avanço do processo de luta das mulheres, colocando-as, mesmo que de forma incipiente, no cenário de uma dominação masculina. Contudo, não se pode deixar

de salientar que ainda há de maneira explícita uma grande diferença no tratamento social e político dessa mulher. Sobre elas ainda são colocados rótulos de sagrada, mãe protetora, que deve ser resguardada do prazer e liberdade sexuais permitidos aos homens. Assim como a elas ainda é imputada uma certa incompetência, ou mesmo fragilidade emocional, quando se propõem a fazer parte do sistema político como representantes nas casas dos poderes executivos.

Diante de passos significativos como esses, em que algumas demandas foram atendidas formalmente, o feminismo precisou olhar para as opressões que não eram tão evidentes, aquelas que estão incorporadas na cultura das sociedades, que tendem a ser naturalizadas pelo tempo e pela necessidade de se manter a ordem. Sexualidade, aborto, subalternização na família, na escola, na política passaram a ser cuidadosamente analisadas e desveladas, já que nelas poderia habitar a invisibilidade. “Com isso, o feminismo foi obrigado a focar mecanismos menos evidentes de reprodução de subordinação das mulheres” (MIGUEL; BIROLI, 2014, p. 25).

Diz-se que o feminismo contemporâneo nasce com a célebre frase de Simone de Beauvoir, “não se nasce mulher, torna-se mulher”, a partir da percepção de que ela pode decidir entre aceitar ou não o que lhe é imposto socialmente. “O segundo sexo permanece como ponto de partida incontornável do feminismo contemporâneo” (MIGUEL; BIROLI, 2014, p. 27). Trata-se de uma obra que marcou o movimento feminista dos anos de 1960, quando trouxe as esferas privadas para relevantes debates nos espaços públicos, na medida em que compreendeu que a política é feita também no ambiente doméstico e que ele interfere diretamente na política da sociedade. Por isso, esse livro

teve importância por contribuir a redefinição das fronteiras da política, indicando a profunda imbricação entre o pessoal e o social, o público e o privado. Abrindo o caminho, enfim, para o provocativo *slogan* ‘pessoa é político’, que seria a marca do movimento feminista a partir dos anos de 1960. (MIGUEL, 2014; BIROLI, p. 28).

Após as discussões teóricas, passaremos às abordagens sobre a participação política no sistema institucional, do Estado, da representação coletiva. Apresentaremos um panorama geral, das mulheres do Norte, especialmente nas cidades de Imperatriz, Manaus e Rio Branco, nos estados do Maranhão, Amazonas e Acre, respectivamente, no qual analisaremos os perfis de grupos feministas ativistas e suas construções comunicacionais e dialógicas nos períodos formais do impeachment da presidenta Dilma Rousseff.

2.4 O sistema político para elas: o cenário nacional e dos estados Pará, Amazonas, Maranhão e Acre

No sistema político formal, há muitas diferenças de representatividade entre homens e mulheres. É possível perceber tais diferenças na medida em que ainda há poucas mulheres nos parlamentos brasileiros. É uma diferença que se destaca quando observamos, por exemplo, que o Brasil, até os dias atuais, teve apenas uma mulher como presidenta a governar o país. Ainda que se saiba que há prefeitas e governadoras, os números ainda são muito inferiores aos representantes do sexo masculino.

Essa é uma realidade que ocorre desde o Império até a República, pois as leis que norteiam os processos eleitorais no Brasil, desde sempre colocaram as mulheres em uma escuridão social, na qual a naturalidade dos papéis a elas designados, como o exercício da política em “praça pública”, estava na seguinte categoria: “não é coisa de mulher”, ou ainda “política é coisa de homem” e “mulher não combina com política, e tantos outros infames rótulos. “Nesses códigos, vértebras da participação e da representação política nacional pela formação de partidos e da justiça eleitoral, há clara exclusão da cidadania política das mulheres” (ÁLVARES, 2008, p. 901).

Entre avanços e retrocessos, ainda é grande a luta por maior representatividade política nas casas do Legislativo e Executivo. Não é uma luta recente, ao contrário, ela é percebida ao longo da história. Há muito tempo elas vêm reivindicando esses espaços, ainda dominados por homens. Esse desequilíbrio representativo tem reflexo até hoje. Vejamos que em 1932,

As leis eleitorais que incorporavam as cláusulas do Código Civil dificultaram o percurso das brasileiras nos degraus de acesso à representação política, determinando os procedimentos de submissão patriarcal instruídos pela cultura e pelos costumes estabelecidos (ÁLVARES, 2008, p. 919).

Quando se volta a pensar que no contexto da recente democracia brasileira, além de Dilma Rousseff, tivemos outras duas candidatas mulher ao mesmo cargo. Livia Maria Pio, em 1989 (PANKE; LIMA, 2017), e Marina Silva, em 2014, tendemos a pensar melhor o que Alambert (2004) afirma quando diz que a revolução das mulheres será a mais longa da história.

Em um estudo realizado em 2014, Maria Luiz Álvares analisou os perfis de 62 mulheres que foram eleitas em 31 cidades do Pará em escrutínios de 2008, mostrou que grande parte delas não tinha engajamento em movimento de mulheres. Das nove prefeitas eleitas, apenas

uma participava de movimentos de mulheres. Com relação as vereadoras, das 53, quatorze eram ativistas e uma não respondeu. Afirma a autora:

O engajamento nos movimentos de mulheres também é baixo. Na pesquisa sobre a relação entre as associadas desses movimentos e o processo eleitoral constatou-se que embora haja um percentual significativo de associadas desses movimentos filiadas aos partidos (58,77%), contudo, nas eleições de 2008, muito poucas ofereceram seu nome ou foram indicadas/selecionadas/recrutadas para sair candidata (ÁLVARES, 2014, p. 2262).

Algumas aferições podem ser feitas a partir da constatação da autora. Uma delas é que cada vez mais o sistema político eleitoral exige investimentos financeiros, os quais as mulheres engajadas em movimentos sociais de base não alcançam. Outra possibilidade pode estar relacionada com a tradicional percepção de que os homens são melhores representantes das questões políticas, mesmo sobre pautas de mulheres. Essa segunda hipótese, ainda que pareça ilógica, não pode ser desconsiderada, já que estamos no seio de uma sociedade que ainda desconsidera as habilidades delas nesse cenário político formal.

Nas casas legislativas, por exemplo, é possível perceber o quanto as mulheres ainda são subjugadas por seus pares do sexo oposto. No trabalho de Mary Ferreira (2009), que analisou a atuação de mulheres no exercício de suas atividades parlamentares na Assembleia Legislativa do Estado do Maranhão (Alema), há o seguinte argumento

As relações de gênero são construções, que, efetivamente, interditam o exercício parlamentar das mulheres, seja por atitudes explícitas, seja por ações sutis, que tendem a intimidar a participação das deputadas no trabalho cotidiano do legislativo, em especial, no uso da tribuna e intervenções no plenário. (FERREIRA, 2009, p. 72)

Como reflexo desse cenário no sistema político formal de hoje, nota-se que as mulheres ainda são muitas vezes inclusas apenas pelo requerimento legal das cotas, que obrigam os partidos a terem no mínimo 30% das vagas em disputa eleitoral para elas, conforme a lei 9.504 de 30 de setembro de 1997. É bem verdade que muitas ainda não se sentem capazes de se tornar representantes, tamanha é a invisibilidade que as cerca historicamente. Como afirma Luciana Panke (2016, p. 24), “é fato que uma questão é estar nos parlamentos ou cumprir cotas, outra é fazer parte da tomada de decisões”. As sociedades tradicionais amalgamam capacidade intelectual, gerencial e gênero, seguindo um discurso moralista que tenta denegrir qualquer forma de distribuição de poder, fomentando desinformação (PANKE, 2016, p. 26).

Por exemplo, mulheres possuem pouca representatividade nas Câmaras de Vereadores e Assembleias Legislativas, bem como nos mais altos cargos do Executivo. Em Belém, são

apenas três vereadoras que compõem a Câmara Municipal de Belém (CMB) e outras três deputadas na Assembleia Legislativa do Pará (Alepa) (CMB, [201-]; ALEPA, [201-]).

Em Manaus, dos 41 vereadores, apenas quatro são mulheres (CMM, [201-]); e na Assembleia Legislativa Amazonense, dos 24, apenas 1 representante é mulher (ALEAM, [201-]). Em Rio Branco, são apenas duas mulheres entre os 17 vereadores, e na Assembleia Legislativa são 4 entre os 24 deputados (CMRB, [201-]; ALEAC, [201-]). Em Imperatriz, são ao todo 21 vereadores, dos quais apenas 3 são vereadoras. Na Assembleia Legislativa do Maranhão, entre os 44 deputados, 6 representam a ala feminina. (CMI, [201-]; ALMA, [201-]).

No cenário nacional, os números não são diferentes no que tange aos três estados que englobam esta pesquisa, além do estado do Pará. Nas Câmaras dos Deputados Federais, Amazonas e Acre possuem, cada um, apenas uma mulher entre os 8 deputados eleitos em 2014. O Pará possui duas mulheres entre os 17 representantes do estado. O estado do Maranhão, entre os 18 deputados, tem duas deputadas federais.

No Senado Federal, são apenas 45 mulheres entre os 513 senadores. Desses, os estados do Pará, Maranhão e Acre não possuem nenhuma representação feminina; já o estado do Amazonas, apenas uma mulher entre os três senadores daquele estado.

Diante desses dados é necessário discutir o papel representativo e democrático da mulher no sistema político brasileiro. Entre outros fatores, a cidadania da mulher pode estar comprometida na medida em que suas demandas ainda continuam sendo recebidas e encaminhadas por grupos de homens.

Mulheres no Brasil são a parcela da população mais pobre do que os homens, ainda ganhando salários menores e tendo as maiores responsabilidades no ambiente familiar doméstico. No entanto, são elas que constituem “um dos segmentos que mais se destacam na luta pela universalização dos direitos civis e políticos” (MORAES, 2013, p. 495).

Mesmo com tudo isso, a mulher ainda precisa justificar cotidianamente suas capacidades, habilidades e competências para desconstruir o estereótipo do “sexo frágil”, mesmo tendo por lei direitos iguais entre homens e mulheres, assegurados pela Constituição Federal de 1988. No dia a dia, a realidade tem-se mostrado ainda diferente disso, especialmente nas relações do ambiente familiar. “O tema da violência é primordial quanto se trata de direitos de cidadania, na medida em que a democracia é incompatível com todas as formas de violência que atingem a integridade física, moral e psicológica de uma pessoa” (MORAES, 2013, p. 505).

A partir dessas reflexões traremos na seção seguinte o perfil da primeira mulher presidenta do Brasil, com o propósito de aproximar a temática com os objetos a serem

analisados, afinal foi uma das mais importantes trajetórias políticas de uma mulher que motivou a incursão a essa pesquisa.

2.5 Dilma Vana Rousseff: a primeira mulher eleita presidenta do Brasil

Traçar um breve panorama da trajetória política da ex-presidenta da República, Dilma Rousseff, faz-se necessário para aproximar a centralidade das discussões à pessoa que integra o pano de fundo da análise desta pesquisa. É por conta do que Dilma Rousseff passou ao ser afastada do mais alto cargo do país – em um processo caracterizado como golpe por ela própria, a qual ela foi submetida em 2016 – que se possibilitou a percepção do quanto ainda é necessário falar de mulheres na política, de mulheres nos movimentos sociais e de mulheres pesquisadoras, em uma academia ainda dominada por um pensamento patriarcal.

Não se trata aqui de fazer julgamentos de valores sobre a gestão, a competência e a personalidade de Dilma Rousseff. A finalidade com este tópico do trabalho é apresentar a mulher que fez e faz parte da história política do Brasil. Fazemos recurso a esse perfil, a fim de traçar uma linha de pensamento que ajude a elucidar os motivos que levaram os quatro perfis Amazônicos estudados nesta pesquisa a não desenvolver debates sobre a questão de gênero no rito do impeachment que depôs a então presidenta; uma lacuna que chamou atenção, tendo em vista se tratar de perfis denominados feministas.

Mulher, nascida em Belo Horizonte, estado de Minas Gerais, em 14 de dezembro de 1947. Filha de pai búlgaro, naturalizado brasileiro, e mãe brasileira. Formada em Ciências Econômicas pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Na Universidade, em 1967, passou a integrar o grupo Comando da Libertação Nacional (COLINA), grupo político que defendia a luta armada.

Em 1969, Dilma Rousseff passa a viver na clandestinidade e se integra no Vanguarda Armada Revolucionária Palmares (VAR/Palmares), grupo responsável pelo roubo do cofre que seria de propriedade do ex-governador de São Paulo, Adhemar de Barros. A ação rendeu mais de dois milhões de dólares ao grupo, mas Dilma nunca admitiu ter participado desse fato, nem mesmo como articuladora. A ela é atribuída a autoria de mais outros três roubos de armas a unidades do Exército, os quais também nunca foram confirmados.

Foi presa política no período da ditadura militar (1964-1985), vivendo em cárceres nas cidades do Rio de Janeiro, São Paulo e Juiz de Fora, em todos esses ela foi constantemente torturada. Sabia-se pouco, ou quase nada, dos relatos da vida de Dilma Rousseff na cidade mineira, até que documentos foram encontrados na sala do Conselho dos Direitos Humanos de

Minas Gerais (Conedh-MG) em 2012 pelo jornal *Estado de Minas Gerais* e divulgado recentemente (KIEFER, 2012).

A jovem Dilma, com 22 anos e considerada uma subversiva pelos comandos militares, era chamada nesses documentos por alguns codinomes, como: Estela, Stela, Vanda, Luíza, Mariza e Ana.

Figura 4 - Dilma Rousseff quando foi presa pelo regime militar



Fonte: WATTS, 2016, on-line.

Em um dos relatos do referido documento, atribuído a Dilma, sobre o cárcere em Juiz de Fora, em 1972, há a seguinte observação:

Algumas características da tortura. No início, não tinha rotina. Não se distinguia se era dia ou noite. Geralmente, o básico era o choque. Se o interrogatório é de longa duração, com interrogador experiente, ele te bota no pau de arara alguns momentos e depois leva para o choque, uma dor que não deixa rastro, só te mina. Muitas vezes usava palmatória; usaram em mim muita palmatória. Em São Paulo, usaram pouco este ‘método’ (ROUSSEFF apud KIEFER, 2012, on-line).

Na entrevista concedida ao jornalista Luiz Maklouf Carvalho, em 2001, divulgada pelo próprio jornalista na *Folha de São Paulo*, em 26 de junho de 2005, antes da reedição do livro *Mulheres que foram à luta armada*, também de sua autoria, Dilma revela seu pensamento sobre os torturadores, a tortura e os que sobreviveram a ela, dizendo

Todos nós somos extremamente frágeis à tortura, que é o nível da destruição humana. Um cara que foi obrigado a renunciar ao que ele pensava, ao que ele

queria, não merece crítica. Fazê-la, seria aceitar que a tortura tivesse dado certo. E não aceito que a tortura deu certo, eu não aceito a lógica dela. Eu estou falando dos que abriram a boca. É imperdoável a tortura ter obrigado uma porção de gente a trair os seus próprios ideais. É imperdoável terem roubado a alma deles (ROUSSEFF apud CARVALHO, 2005, on-line).

Dilma Rousseff raramente fala publicamente sobre o período de sua vida nas prisões do regime militar no Brasil. Mais raro ainda é detalhar os seus próprios sentimentos sobre o que viveu na década de 1970. É perceptível que em sua fala há muitos sentimentos, que só as pessoas que passaram pelos sofrimentos da tortura podem ter. Em um outro trecho daquela mesma entrevista, Dilma fala da culpa que se tornou parte do corpo dos sobreviventes e afirma:

Eu tenho essa culpa, todo mundo tem essa culpa, porque diante da tortura ninguém é herói. É um troço que é de uma dor inimaginável. Eu vi gente sofrer feito um cão, depois, mais do que na tortura. É consequência da tortura, da hora que a pessoa falou, o sentimento de culpa que o torturador inflige. Porque a tortura é a dor física, e acabou. Mas aquele saco ela carrega e vai carregando e vai carregando, e é complicadíssima essa relação de culpa (ROUSSEFF apud CARVALHO, 2005, on-line).

Depois desse período, em 1973, a ex-presidenta ganhou liberdade, foi para Porto Alegre e cursou Economia na Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Já em liberdade, filiou-se em 1979 ao Partido Democrático Trabalhista (PDT), fundado por Leonel Brizola, exerceu funções de secretária da Fazenda de Porto Alegre, presidenta da Fundação de Economia e Estatística do Estado do Rio Grande do Sul e foi também secretária de Energia, Minas e Comunicações, no mesmo estado.

No governo presidencial de Luís Inácio Lula da Silva (2003-2011), Dilma Rousseff assume dois ministérios, de Minas e Energia (2003-2005) e de Ministra-Chefe da Casa Civil da Presidência da República (2008-2011).

Em 2010, na assembleia do Partido dos Trabalhadores (PT) Dilma foi escolhida como pré-candidata à presidência da República, para qual foi eleita em segundo turno, em disputa com o candidato José Serra, do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), com 56,05% dos votos válidos. Tornou-se a primeira mulher a assumir a presidência do Brasil, repetindo o feito em sua reeleição, em 2014, também em segundo turno e contra outro candidato do PSDB, Aécio Neves, ela conquistou 51,64% dos eleitores.

Figura 5 - Dilma Rousseff enquanto presidenta



Fonte: TANDERØ, 2014.

No primeiro governo (2011-2014), a presidenta Dilma Rousseff enfrentou um clima de tensão diante dos mais conservadores, que permaneceu também durante o segundo governo (2014-2016). Portanto, falar do processo que culminou na cassação de seu mandato é falar da importância de se discutir sobre a cidadania feminina, dentro e fora do sistema político brasileiro.

Desde o início do rito legal do processo de impeachment, iniciado no dia 2 de dezembro de 2015, quase um ano depois do pleito que reelegera a presidenta, muito têm se falado sobre a cidadania brasileira. Uns dizendo que o cidadão precisa ser respeitado, não se podendo admitir que a presidenta continuasse seu mandato, ou mesmo afirmando que a sua reeleição não foi válida. Outros reafirmando apoio a ela, dizendo que todo o discurso feito contra a presidenta era fruto de tensão com os adversários políticos, que relutavam em aceitar que, pela quarta vez consecutiva, o PT conquistava o mais alto cargo do Executivo brasileiro. Com isso, o termo Golpe passou a ser usado pelos que compreendiam que o impeachment não passava de uma cena política armada para que alguém assumisse a presidência sem o aval da população.

Sobre isso, Juremir Machado (2016) em seu livro *Corruptos de estimação*, afirma:

Dizer que não é golpe porque o impeachment está na Constituição é uma falácia. Na carta magna está previsto o impeachment se houver crime de responsabilidade. Gente como os ex-ministros do STF (Superior Tribunal Federal) Joaquim Barbosa e Ayres Britto já se manifestaram quanto à falta de consistência nos fundamentos jurídicos apresentados até agora para justificar o impedimento. (MACHADO, 2016, p. 17).

Relembrando que Dilma Rousseff usou a palavra “golpe” para descrever o impeachment, na ocasião de seu discurso no dia 31 de agosto, quando foi afastada definitivamente pelo Senado Federal, dizendo que – e voltamos a reproduzir esse trecho – “o golpe é misógino, o golpe é homofóbico, o golpe é racista. É a imposição da cultura da intolerância, do preconceito e da violência” (EX-PRESIDENTE..., 2016, on-line).

Sendo golpe ou impeachment, é necessário reforçar que a cidadania foi colocada em evidência, tanto para defender ou acusar a presidenta. Da mesma maneira, as mulheres que por ela se sentiam representadas passaram a se questionar se à Presidenta não estaria sendo negado o amplo direito de defesa apenas pelo fato de ser mulher. Isso leva alguns grupos na internet a questionar se o golpe seria misógino, sexista e machista.

3 CIDADANIA E MULHER

Faz-se necessário, assim, adentrar nos estudos de cidadania, especialmente no que se refere à cidadania política das mulheres, pois nos próximos capítulos serão abordadas as construções comunicativas e a participação de mulheres ativistas presentes em grupos de discussão e comunidades do *Facebook*, acerca do impeachment da então presidenta Dilma Rousseff em 2016, tema que marcou a história recente do Brasil.

Trazer o tema da cidadania das mulheres, no que diz respeito ao campo político e de suas representações, é mergulhar na história das articulações, na construção da cidadania que elas vêm impetrando ao longo do tempo. É possível que o movimento sufragista esteja mais vivo na memória social geral, já que tratou do direito ao voto das mulheres, como apontado no capítulo anterior. Participar do sufrágio era àquela época uma luta revolucionária de inseri-las como cidadãs. Maria Luzia Álvares (2013) fala da ausência de cidadania das mulheres, ainda no movimento sufragista, que acreditava que através do voto outros direitos seriam consequentemente apoiados.

Historicamente, na democracia representativa moderna, a ausência das mulheres da cidadania política tornou-se uma batalha do sufragismo, pois este considerava que por meio do direito ao voto as mulheres teriam o apoio institucional necessário aos direitos naturais de liberdade e igualdade inscritos nos princípios democráticos. (ÁLVARES, 2013, p. 83)

O tempo mostrou que a luta pelo direito ao voto foi fundamental para muitos dos avanços percebidos hoje na sociedade, como a possibilidade de as mulheres também se tornarem elegíveis nos processos eleitorais, ainda que isso não tenha aumentado em grande escala a representatividade feminina, pois ela ainda apresenta estatísticas baixas em diversos países.

Pontuando algumas dessas representatividades nos países do hemisfério Sul, enquanto o Brasil elegeu Dilma Rousseff somente no pleito de 2010, a Argentina foi pioneira e, já em 1974, havia eleito Maria Estela Martínez de Peron, primeira mulher presidenta da América Latina. Depois veio a vitória de Violeta Camorro na Nicarágua, em 1990. Seguida por Janet Jagan, da Guiana, em 1997; Mireya Moscono no Panamá, em 1999; Michelle Bachellet no Chile, em 2006; Cristina Kirchner, novamente na Argentina, em 2007; e Laura Chinchila em 2010, na Costa Rica.

Observando tal cenário, no que tange às eleições ao governo do estado em nosso país, focando naqueles que compõem o *corpus* desta pesquisa, Maranhão, Amazonas e Acre, na

Amazônia brasileira, percebe-se que a representatividade é também pequena, mas tem tido alguns avanços. O estado do Acre, em 1986, elegeu Iolanda Fleming; o Amapá, Dalva Figueiredo, em 2002; o Maranhão, Roseana Sarney em duas ocasiões, em 1995 e em 2009. O estado do Amazonas até hoje não elegeu nenhuma mulher ao cargo de governadora. Acrescentando a título inclusivo no cenário, vale citar que o Pará elegeu uma única mulher até hoje, Ana Júlia Carepa, em 2002.

É perceptível que a mulher saiu do seu gineceu⁴ e vem conquistando seu espaço nos ambientes públicos das discussões políticas. Por isso, valorizar a importância que o tema traz por meio da inserção da mulher como cidadã na construção de um trabalho com foco em perfis de mulheres e feministas na Amazônia, região ainda considerada midiaticamente como um espaço demograficamente vazio e de pouca, ou quase nenhuma, representatividade política, sobretudo feminina.

Uma região repleta de particularidades sociais e econômicas múltiplas, mas que é, geralmente, representada como primitiva e atrasada, denominada pela mídia em geral, com um certo tom de excentricidade, de “povos da floresta”, em uma simbiose de informação e cotidiano lúdico contemporâneos, no qual as pessoas convivem com modos de ser, de falar e mostrar-se, percebidos como dissonantes do entendimento de contemporaneidade (DUTRA, 2009, p. 17).

Exatamente por conta de todos esses discursos sobre as pessoas que vivem na Amazônia, entendemos a importância de trazer o conceito de cidadania e suas construções, ainda que brevemente, na história da humanidade, ajudando-nos a perceber a complexidade das relações estabelecidas entre pessoas, entre elas e o Estado, no processo de construção dos cidadãos e cidadãs.

3.1 Breve contexto da cidadania

De tempos em tempos, há a necessidade de repensar a relação homem-Estado, reformulá-la e conceituá-la, para melhor compreender as pessoas, a sociedade e suas interfaces com o poder estruturado a partir desse mesmo Estado.

Frequentemente, o termo cidadania, assim como cidadãos e cidadãs, vêm sendo utilizado para valorizar o papel desempenhado, ou desejado, pelos indivíduos acerca de suas demandas coletivas na sociedade. Ativistas, intelectuais, movimentos sociais, dentre outros, se utilizam dos seus entendimentos para convocar a sociedade a refletir e a atuar politicamente,

⁴ Aposentos destinados às mulheres de Atenas, na Grécia clássica. (TÓRRES, 2001, p. 49).

exercendo sua cidadania. Dentro dos movimentos reivindicatórios se percebe bem mais essa atuação, especialmente os formados por grupos sociais tidos como minorias, como são os casos dos que discutem as questões raciais, de etnia e de gênero (GORCZEVSKI; MARTIN, 2011).

Pode-se pensar que é nesses grupos que mais se depositam expectativas sobre as discussões da temática, por serem eles a se colocar à frente da sociedade como representações de pensamentos e ações mais voltados às demandas coletivas. Geralmente, é a partir deles que se fortalecem as discussões sobre a necessidade de construir uma sociedade mais igual aos seus cidadãos.

No século XX, a ideia trazida sobre cidadania, colocava o cidadão como “aquele que, em uma comunidade política, goza plenamente dos direitos civis (liberdades individuais), dos direitos políticos (participação) e dos direitos sociais (trabalho, educação, saúde, moradia). (GORCZEVSKI; MARTIN, 2011, p. 22).

No início do terceiro milênio, a discussão precisou ser ampliada para abarcar questões novas que a sociedade vinha colocando em cheque, como as relacionadas a gênero. Sylvia Walby (2004), em um texto que discutia cidadania e transformação de gênero, define cidadania como

Um ideal de como as pessoas podem ser na sociedade. É um conjunto de princípios que serve de base às concepções de justiça social. É um conjunto de propostas sobre como os indivíduos deveriam ter direitos e deveres políticos, civis e sociais para ser capazes de realizar plenamente seu potencial humano. É uma aspiração nobre com uma longa história. Embora tome diferentes formas em diferentes lugares, é frequentemente reivindicado como um ideal universal de modernidade. (WALBY, 2004, p. 169)

A mesma autora, seguidamente, faz questionamentos que provocam inquietações sobre a universalidade desse ideal, que é tão vulgarmente proferido, especialmente em discursos políticos esvaziados de compromissos. A principal questão sobre a qual Walby (2004) pondera é sobre a universalidade da cidadania, independente do sexo ou gênero.

Mas a cidadania é realmente universal? Ou, ao invés disso, tem diferenças de gênero? As mulheres realmente têm o mesmo acesso à cidadania que os homens? Ou a elas são negados alguns direitos políticos, civis e sociais como consequência do gênero a que pertencem? Além do mais, quando as mulheres são cidadãs, elas alcançam a cidadania da mesma maneira que os homens? Ou a cidadania das mulheres tomaria formas diferentes em relação à cidadania dos homens? (WALBY, 2004, p. 169)

Em *A condição humana*, Hannah Arendt (2007) disse que nem sempre houve a percepção de que a relação necessária, de uma certa dependência, entre as pessoas foi percebida

como um fator essencial para que a sociedade fosse considerada tal como a conhecemos. A autora afirmou que o termo “social” só ganha sentido de condição humana fundamental quando houve a compreensão sobre a sociedade de espécie humana por seus membros. Com isso, percebeu-se que o elemento a os diferenciar de outras sociedades não humanas era exatamente a clareza de existência de outro, que junto consigo coexistia no mundo (ARENDRT, 1975, p. 33).

Norberto Guarinello (2013), ao discorrer sobre os primeiros pensadores a abordar cidadania, como Aristóteles, observa que as histórias transmitidas pelos manuscritos e a vivência de mundo greco-romano na Antiguidade clássica subsidiaram a construção das definições ocidentais, a partir da “ideia de democracia, de participação popular nos destinos da coletividade, de soberania do povo, de liberdade do indivíduo” (GUARINELLO, 2013, p. 29).

Mas a ideia de liberdade e de cidadania nesse período não seria um direito a ser gozado por todos os indivíduos. As mulheres foram consideradas intelectualmente e espiritualmente inferiores, o que as excluía completamente desse cenário,

Observamos inclusive no texto aristotélico, que para tanto faz uso das palavras de Sófocles, que as mulheres deviam, por sua graça natural, permanecer em silêncio, o que é por demais significativo de sua condição numa comunidade democrática, na qual a participação isonômica na política, ou seja, na vida da *pólis*, caracterizava o ateniense, singularmente nas assembléias deliberativas da *Pnix* e na ocupação das diversas magistraturas (TÔRRES, 2001, p. 49).

Nessa época da Antiguidade, período que abrange os séculos IX e VII a.C., a organização social se configurava em um regime de Cidade-estado, dentro de um formato, quase em sua totalidade, nos ambientes rurais, com no máximo cinco mil habitantes. Algumas até ultrapassaram esse número, mas eram exceções, como a Roma-imperial, que chegou a obter um milhão de pessoas. Ressalta-se que “sob o termo Cidade-estado abarcamos povos distintos, culturas diferentes, com seus próprios costumes, hábitos cotidianos, leis, instituições, ritmos históricos e estruturas sociais” (GUARINELLO, 2013, p. 30).

Sobre a constituição de Cidade-estado, Arendt (1975) aponta que a organização política nesse período era completamente diferente da organização doméstica e familiar. Assim, a atividade política passa a ser um espaço externo, como uma segunda vida, para além da dimensão tida, antes disso, como “natural”. “Agora cada cidadão pertence a duas ordens de existência; e a uma grande diferença em sua vida entre aquilo que lhe é próprio (*idion*) e o que é comum (*koinon*)” (ARENDRT, 1975, p. 33).

A partir disso, então, emerge a necessidade de entender quem são essas pessoas que compõem essas Cidade-estado, tanto na Grécia quanto em Roma, duas das mais importantes referências históricas. Numa primeira ideia simplificada de cidade na Grécia, o termo se origina

do latim *civitas*, “então, etimologicamente poderíamos dizer que cidadão é aquele que habita a cidade”, mas o sentido prático não é tão amplo assim, ou seja, na realidade “cidadão é aquele que tem o poder de tomar parte na administração deliberativa ou judicial da cidade”. (GORCZEVSKY; MARTIN, 2011, p. 21)

Em Roma, o termo *cuitas*, derivado de *ciuis* (homem livre), diz que cidadania, cidade e Estado abrangem um único conceito, afirmando que “cidadania é uma abstração derivada da junção dos cidadãos” e estes são a base da coletividade impregnada na união da cidadania, na cidade e no Estado (FUNARI, 2013, p. 49). Para os romanos o significado, “indicava a situação política da pessoa e seus direitos em relação ao Estado. Cidadão significava ser Romano, homem e livre, portanto com direitos do Estado e com deveres para com ele”. (GORCZEVSKY; MARTIN, 2011, p. 21).

Essas diferenças de percepção sobre o que seria o cidadão, a cidade e o Estado entre Gregos e Romanos refletia nas formas políticas de organização de suas sociedades nos primórdios da história, influenciando sobre a atuação política dos cidadãos em cada uma dessas sociedades

Se para os gregos havia primeiro a cidade, polis, e só depois o cidadão, *polites*, para os romanos era o conjunto de cidadãos que formava a coletividade. Se para os gregos havia a cidade e Estado, *politeia*, para os romanos a cidadania, *cuitas*, englobava cidade e Estado (FUNARI, 2013, p. 49).

O fato é que tanto para Gregos como para Romanos a Cidade-estado, como uma nova organização social, trouxe sentidos diferentes sobre a relação entre o político e o privado, dando novos sentidos aos dois termos para a cidadania das pessoas.

A passagem da sociedade – a ascensão da administração caseira, de suas atividades, seus problemas e recursos organizacionais – do sombrio interior do lar para a luz da esfera pública não apenas diluiu a antiga divisão entre o privado e o político, mas também alterou o significado dos dois termos e sua importância para a vida do indivíduo e do cidadão, ao ponto de torna-los quase irreconhecíveis (ARENDR, 1975, p. 47).

Outra particularidade entre esses povos se dava em relação à mulher nas atividades sociais. Enquanto as gregas se mantinham ausentes dos ambientes públicos e das atividades da cidade, as romanas, ao contrário, faziam-se presentes sem restrições, sendo isso um privilégio perante as sociedades do mediterrâneo, pois “as mulheres romanas podiam assistir aos espetáculos, às representações e aos jogos, e nunca viviam isoladas no gineceu, como ocorria na Grécia”. (FUNARI, 2013, p. 50)

Para além dessas singularidades, entre as duas mais importantes sociedades da época e abrangendo mais o contexto histórico, o movimento de pessoas por todo o Mediterrâneo se intensificou por conta da corrida pelo ferro, uma matéria-prima muito valiosa na época (séculos IX ao século VIII a.C.). Ao mesmo tempo, a arquitetura em pedra, as construções monumentais, a escultura em três dimensões, o relevo, a pintura, a fabricação de artigos de bronze, metais preciosos, a escrita alfabética e o cavalo de guerra foram fatores cruciais para afirmar que nesse período ocorreu também o que alguns estudiosos chamaram de uma verdadeira revolução industrial sem indústria, o que exigiu uma melhor organização das pessoas.

O aumento populacional foi visível em todo o Mediterrâneo. Gregos e fenícios fundaram colônias por toda parte – norte da África, sul da Espanha, Mar Negro e Itália -, levando consigo uma forma de organização social peculiar: a cidade-estado (GUARINELLO, 2013, p. 31).

Cidade-estado, e todo seu significado político da época, não deve ser compreendida como se fosse o embrião de organização social primitiva, que, desenvolvida, ter-se-ia transformado no que se conhece atualmente por Estado-nação. Ela faz parte da história universal, que possui definição sob uma ótica do conhecimento da humanidade e uma outra, específica e geograficamente definida, circunscrita às margens do mar Mediterrâneo. Mas existe uma razão para esse proposital equívoco.

Trata-se, contudo, de um efeito ilusionista produzido pela necessidade que a Europa sentiu, sobretudo a partir do século XIX, de definir o Ocidente em sua relação com o resto do mundo, traçando suas origens na tradição literária do mundo greco-romano e projetando-a, no presente, como berço da civilização humana. É uma armadilha ideológica difícil de evitar [...] (GUARINELLO, 2013, p. 31).

Podemos perceber o quanto a história tal qual conhecemos hoje pode conter lacunas importantes, as quais acabam por ser preenchidas por erros que hoje importam, principalmente quando se considera a Europa, por exemplo, como o centro dos grandes acontecimentos da humanidade. É muito comum afirmar que o referido continente é o berço da história da humanidade e o modelo de sociedade, cidadania e política a ser seguido. Isso propiciou uma verdadeira caçada aos continentes ainda desconhecidos pelos europeus, como a África e as América, para transformá-los em suas colônias. Até os dias de hoje, a América Latina, especialmente o Brasil, e mais especificamente a Amazônia, sofrem com os efeitos da colonização tensas e conflituosas de portugueses, ingleses, franceses e holandeses a partir do século XVI.

É prudente, assim sendo, ao tratar dos estudos sobre essas civilizações, ter em mente que o conceito de Cidade-estado faz referência ao modelo de constituição das sociedades europeias e como tal deve ser enfatizado. “[...] em busca de uma compreensão mais abrangente, qualquer definição tem que ser, pela força das circunstâncias, parcial e genérica, consciente das perdas que acarreta para o entendimento de cada caso particular” (GUARINELLO, 2013, p. 30).

Diante de tudo isso, percebe-se que a percepção e apropriação do significado amplo de cidadania não é um fenômeno estático, pronto e acabado, que se simplificaria na noção única de direitos e participação política de cidadãs e cidadãos. Não é também uma noção deslocada do tempo, pelo contrário, a temporalidade é fundamental para o entendimento sobre a cidadania. “Por evidente que cidadania ou pertencimento é um processo histórico e em constante evolução”. (GORCZEWSKI; MARTIN, 2011, p. 25)

Nesse percurso histórico, houve alguns avanços acerca da participação política dos indivíduos nas mais diversas sociedades, das mulheres em especial. Contudo, não há como afirmar que vivemos em outra época na qual questões simples estariam já resolvidas, pois, por exemplo, ainda hoje mulheres não conquistaram os mesmos espaços de trabalho que os homens e ainda hoje são remuneradas de maneira inferior a eles. Não seria errado pensar que, em quase três milênios que separam a história clássica da contemporânea, poder-se-ia ter avançado bem mais nas conquistas de direitos e por uma igualdade entre homens e mulheres, entre negros e brancos, dentre outras tensões estruturais da contemporaneidade.

3.2 Discussões sobre cidadania e globalização

Na contemporaneidade, um dos motivadores para se pensar a cidadania neste terceiro milênio foi o fenômeno da globalização⁵, que trouxe uma nova visão sobre o tema, obrigando de certa forma a uma revisão e ressignificação do conceito. Esse fenômeno trouxe consigo outras formas e modelos sociais, econômicos, culturais e demográficos, apresentando um novo entendimento da relação entre o Estado e o cidadão.

Esse novo período histórico pelo qual caminha a humanidade apresenta extremas complexidades, severas alterações nos valores tradicionais, o

⁵ Por Globalização adotamos parte do entendimento de Clóvis Gorczewski e Nuria Beloso Martin, na obra *A Necessária Revisão do Conceito de Cidadania: Movimentos sociais e novos protagonistas na esfera pública democrática*, (2001 p. 16), em que se diz que o período trouxe “um estrondoso ressurgimento das discussões sobre o tema (cidadania), em especial pelas mudanças extraordinárias ocorridas nos últimos anos do século XX e que impeliram a sociedade contemporânea a uma nova utopia: a globalização”.

debilitamento de culturas locais, uma espantosa interdependência econômica e, sobretudo, um profundo questionamento sobre as novas funções do Estado e sua relação com o cidadão (GORCZEVSKI; MARTIN, 2011, p. 16).

Muito se acreditou que o processo de globalização no mundo se transformaria numa grande comunidade, onde a distância seria reduzida, em razão do que não existiriam mais tantas diferenças entre as pessoas e o diálogo faria com que todos e todas pudessem estar junto num único ambiente, o mundo. Entretanto, Gorczewski e Martin (2011, p. 16) revelam que, apesar dos exageros à parte,

[...] Efetivamente deve-se reconhecer que o processo de globalização rompeu barreiras estatais e como uma das consequências desse fenômeno surge o multiculturalismo, que nos leva a questionar quem é o cidadão no contexto atual, onde as comunidades rapidamente transformam-se de nacionais, monoculturais, nomoétnicas e monorreligiosas para comunidades globais, multiculturais, multiétnicas e multirreligiosas (GORCZEVSKI; MARTIN, 2011, p. 16).

Não é possível comparar a movimentação de pessoas pelo Mediterrâneo nos séculos IX ao VIII a.C, com as migrações que ocorrem nos dias de hoje, mas é possível traçar algumas aproximações entre esses fenômenos, que foram e são fundamentais no entendimento relativo à cidadania nas diversas sociedades do mundo, já que esses movimentos são os que trazem ao contexto social, antigo e atual, o sentido de qual sociedade e de qual cidadania se deseja estabelecer.

Também não é correto, ao tratar dos estudos sobre cidadania, colocar no mesmo nível de entendimento a cidadania constituída nas antigas cidade-estado e os atuais Estados-nacionais, pois

A cidadania nos Estados-nacionais contemporâneos é um fenômeno único da história. Não podemos falar em continuidade do mundo antigo, de repetição de uma experiência passada e nem mesmo de um desenvolvimento progressivo que unisse o mundo contemporâneo ao antigo. São mundos diferentes, com sociedades distintas, nas quais pertencimento, participação e direitos têm sentidos diversos (GUARINELLO, 2013, p. 29).

O fato é que o processo de globalização permitiu uma miscigenação cultural, como ocorrido no Brasil, trazendo com ela o fenômeno do multiculturalismo, diante do qual não é possível empreender uma exclusividade cultural a um grupo social somente ou uma lógica homogeneizadora a uma sociedade, pois é muito forte o entrelaçamento entre os mais diversos grupos sociais que a compõem.

O multiculturalismo está presente no âmago de toda a sociedade. Sendo o homem um animal social que busca viver com outros homens, com outros grupos, e sendo a história da humanidade uma história de migrações, é arriscado apontar-se uma sociedade com uma cultura pura, absolutamente isente de influência externa. (GORCZEVSKI; MARTIN, 2011, p. 95)

Trazendo essa questão para uma contextualização na Amazônia, é importante que se diga que, bem antes dos processos de colonizações, a região era habitada por sociedades primitivas contemporâneas aos andinos, que manejavam cerâmica há muitos séculos, bem antes da chegada dos europeus. Como afirma Lucio Flávio Pinto e Átila Kzam (2012, p. 10): “graças à neta de Teddy Roosevelt⁶, ficamos sabendo que a aparição humana na Amazônia tem de 10 mil a 12 mil anos”. A exposição dessas populações à cultura europeia reduziu o número de pessoas da maneira mais drástica e “sua participação, a partir desse momento, foi avaliada através das tabelas das mudanças ou das ‘reduções’ culturais (equivalente a uma castração mental), que ocultavam a destruição do universo do nativo” (PINTO, 2012, p. 10).

Ainda hoje, a Amazônia é objeto de cobiça e de apropriações indevidas, basta ver as incursões dos chamados “grandes projetos”, que alteraram e anularam boa parte do território e das tradições de muitos lugares por toda a região. Vive-se neste local processos de colonização e de invasões, que buscam, sobretudo, explorar minérios, água, carne e terras, sem a preocupação de desenvolvimento social e econômico.

Porque cada um tem a sua Amazônia e se a realidade não compreender à vontade do colonizador, que se mude a realidade. É mais fácil para o agente da história colonial da Amazônia contemporânea lidar com esse universo alterado do que aprender a se inserir no organismo harmônico (PINTO, 2012, p. 11)

Essa acelerada e duradoura empreitada na região provoca uma larga escala de imigração. Profissionais das empresas exploradoras, pesquisadores brasileiros e estrangeiros, ONGs nacionais e internacionais cujo foco é o meio ambiente, entre tantas outras instituições, grupos e pessoas que chegam às mais longínquas localidades amazônicas, com o objetivo de “conhecer”, “estudar”, “proteger” e “lutar” pela floresta, mas que não conseguem efetivamente deixar como herança às populações o desenvolvimento social e econômico. Pessoas que, de tanto “conhecer” a Amazônia não compreendem a ironia do convite do jornalista e sociólogo

⁶ Theodore Roosevelt foi o 26º presidente norte-americano, seu governo é datado de 1901 a 1909

Lúcio Flávio Pinto para um saboroso churrasco de aviú⁷, a fim de testar o grau de especialidade dos que se dizem estudiosos e defensores da região.

Como efeito da globalização, a imigração tem sido um fator primordial para tratar a questão da “nova cidadania”. Gorczewski e Martin (2011) dizem que “os conceitos clássicos de cidadania dos gregos, e dos romanos e mesmo da modernidade se veem alterados por esses acontecimentos”. (2011, p. 19). Ao que tudo indica, não é algo passageiro, pois cada vez mais se tem notícias, trágicas inclusive, de processos migratórios – como por exemplo, a saída em massa dos mulçumanos sírios e africanos, fugidos das zonas de guerra rumo à Europa, nem sempre receptiva a eles. “Essa mobilização geográfica, econômica e migratória, assim como as mudanças jurídico-políticas, estão ocorrendo no seio do esclerosado Estado-nação moderno que parece indeciso sobre como deve atuar” (GORCZEVSKI; MARTIN, 2011, p. 19).

Esse processo de globalização é ainda muito debatido por muitos estudiosos, que a veem com cautela ou com entusiasmo, podendo com ela estabelecer um diálogo a partir de sua realidade ou ainda olhá-la com resistência a uma aproximação, tendo em vista que ela pode ser um dos grandes processos contemporâneos a causar as maiores desigualdades entre as populações do mundo.

Vicente (2009) cita sua experiência em um debate sobre globalização no qual estiveram presentes dois importantes autores para mostrar essa diversidade de percepção e afirma que: “Thomas Friedman mantinha um posicionamento mais receptivo, mais aberto, quase de diálogo e de aceitação do fenômeno da globalização” e opostamente “Ignácio Ramonet, ao contrário, tecia duras críticas ao processo da globalização, alertando sobre os males e as desigualdades que ocasiona, principalmente, entre os povos mais pobres do planeta” (2009, p. 128)

Vicente (2009) acentua mais as diferenças, especialmente sobre os dois autores citados anteriormente, ao afirmar que

As desigualdades, os problemas sociais, o trunfo de mercado sobre o resto das atividades sociais, a concentração de riqueza nas mãos de poucos países e de poucas pessoas, a submissão e a junção dos meios de comunicação aos grandes grupos econômicos aparecem como o grande ideário imposto pela globalização. Como podemos perceber, essa concepção não apresenta o otimismo manifestado por Friedman nas suas abordagens relacionadas com a globalização. Ao contrário, a crítica e o pessimismo permeiam as observações de Ramonet. (VICENTE, 2009, p. 136).

⁷ “O aviú é o mais minúsculo dos camarões, com uns três centímetros de comprimento, que se come cozido” (PINTO, 2012, p. 8).

Ao mesmo tempo, ambos se aproximam “quando afirmam que a globalização é um fenômeno mundial que surge em substituição de um modelo que se esgota na década de 1980” (VICENTE, 2009, p. 136).

O pensamento multiculturalista, longe de ser também uma unanimidade, tem seu surgimento apontado no período entre as décadas de 20 e 40 do século XX. Outros afirmam que na verdade ele tem suas raízes três séculos antes, ocasionando uma certa problemática em defini-lo. Embora essa questão conceitual e demarcação temporal seja um entrave para a unicidade do seu entendimento, o multiculturalismo é um fenômeno já existente nas sociedades desde o período clássico da história antiga, como já mencionado anteriormente.

A dificuldade em definir-se o multiculturalismo decorre de sua polissemia; há no mínimo duas acepções para o termo: uma como fato (a coexistência de muitas culturas dentro de um mesmo espaço territorial (estatal), sem que uma delas predomine); e outra como valor (um modelo de sociedade onde a relação entre todas as culturas existentes é de igualdade, onde todas possuem o reconhecimento e a proteção da esfera pública) (GORCZEVSKI; MARTIN, 2011, p. 89).

A imigração é um tema que aparece em muitos estudos sobre a questão da cidadania, pois na medida em que povos diferentes foram se imbricando em processos migratórios, foram constituindo também novas diretrizes, nem sempre pacíficas, para que se estabelecessem em locais outros que não os seus de origem. Esse é o desafio, talvez, de pensar na cidadania a partir das diferenças constituídas pelas migrações, que sejam efetivamente

Multiculturais, participativa e democrática, onde todos os atores sociais são responsáveis pela gestão da *res* pública, onde não se concebe a apatia social e o *status* de cidadão esteja umbilicalmente ligado à sua participação na busca do bem coletivo” (GORCZEVSKI; MARTIN, 2011, p. 20).

Ainda que seja comum pensarmos nas migrações entre países, há que se pensar que as migrações acontecem dentro de mesmos territórios. Isso diz muito sobre as cidadãs mulheres que estão na Amazônia. Dentro desses espaços, naturalmente há uma infinidade de culturas, linguagens e formas de socialização diferentes umas das outras, que constantemente necessitam se enfrentar e se alinhar em prol das questões que mais as unem ou as que as distanciam.

O multiculturalismo é uma das peças fundamentais nas discussões sobre a cidadania na contemporaneidade. Ele possibilita algum avanço para entender esse cidadão, ou melhor, essa cidadã que está sendo posta em relevo nesta pesquisa, cujo foco são os movimentos ativistas de mulheres nas redes sociais da internet.

O foco se concentra em trabalhar esse ativismo e suas concepções políticas e sociais numa sociedade que aparentemente é receptiva a novos caminhos, a novas misturas, mas que, por outro lado, permanece muito conservadora quanto às questões relacionadas ao gênero feminino, por exemplo.

3.3 A cidadania para elas

Em um primeiro momento essa perspectiva pode nos levar a acreditar que tal multiplicidade nas relações trouxe muitos avanços sociais para as lutas por direitos nos movimentos ativistas de mulheres. No entanto, há tensões e elementos de debate realizado por elas que são ocultados nesse contexto globalizado.

Sylvia Walby (2004) infere sobre a importância de discutir as particularidades necessárias ao falar da cidadania para as mulheres. Enquanto se diz que esse conceito é universal e que particularizá-lo seria, portanto, errado, Sylvia Walby infere que

[...] a definição tradicional de cidadania tem um preconceito masculino; já é particular em vez de universal. Para tornar o conceito de cidadania mais universal é necessário retirar as particularidades do conceito de cidadania, remover o preconceito masculino, tornando-o tão pertinente às mulheres quanto aos homens. Aí então o conceito de cidadania poderá ser aplicado, tanto para homens quanto para mulheres (WALBY, 2004, p. 170).

A cidadania das mulheres no Brasil, segundo Iraídes Caldas (1997), pode ser vista a partir de dois momentos políticos de grande relevância na sociedade. O primeiro, a constituição da República como forma de governo, em 1889, que trouxe o sentimento patriótico ao povo, aproximando a moral do civismo. O segundo momento está ligado a participação ativa na política dos movimentos sociais, sobretudo na década de 1980, “agora ligada ao reconhecimento de direitos e deveres do cidadão enquanto sujeito coletivo participante da esfera pública e das decisões políticas” (CALDAS, 1997, p. 432).

Podemos notar que a luta das mulheres pelo reconhecimento de sua cidadania não se restringe à mera atuação política, como eleitora, mas é visualizada nos marcos da ação política mais abrangente, onde estas começam a construir sua própria história como sujeito político do ponto de vista da participação social [...] (CALDAS, 1997, p. 433)

Ainda hoje, a história das mulheres fica invisibilizada, tornando perceptível que elas não conseguiram de fato demarcar o terreno de uma participação política que as desse notoriedade, a ponto de colocá-las numa posição de destaque. Ainda que se reconheça a existência de

mulheres que tiveram papéis fundamentais nos grandes acontecimentos históricos, eles são de repercussão inferior aos dos homens.

A articulação das mulheres em movimentos coletivos, nos estudos acadêmicos e na atuação no cotidiano político, no estado do Pará, não foi bem expressiva ao ponto de produzir dados históricos, mas foi perceptível em expressões públicas e de circulação de informação de notícias através de grandes nomes, como é o caso de Ormindia Ribeiro Bastos e Elmira Ribeiro Lima, militantes letradas não acadêmicas, que pregavam claramente seus posicionamentos em favor do sufrágio (ÁLVARES, 2010, p. 106).

No estado do Amazonas, especificamente em Manaus, conforme estudos de Iraildes Caldas (1997), o movimento de mulheres pode ser compreendido sob dois aspectos: primeiro, com a implementação da Zona Franca, no final da década de 1960; segundo, com o avanço das discussões disseminadas pelo movimento feminista no Brasil, nos anos de 1970. Esse segundo momento desencadeia um intenso processo migratório do campo para a capital, colocando as mulheres, mais que os homens, na linha das preferências para contratação de mão-de-obra feminina, pois o salário era menor e a elas eram atribuídos os trabalhos manuais.

Além da situação de baixos salários e longas jornadas de trabalho, essas mulheres enfrentam problemas de toda a sorte como abusos, discriminações, assédio sexual por parte dos patrões e dos próprios colegas e dupla jornada de trabalho, já que não se desvencilharam dos encargos domésticos, bem como da situação de não terem com quem deixar seus filhos, muitas vezes tendo que deixá-los sozinhos, ou na companhia de irmãos mais velhos e vizinhos, correndo sérios riscos de maus tratos e abusos sexuais. (CALDAS, 1997, p. 439)

Apenas nos anos de 1980, é notório o aumento da articulação das mulheres em movimentos intelectuais para o melhor desenvolvimento e inserção das questões amazônicas no contexto mais geral, notadamente nos cursos de pós-graduação. Diz Maria Luzia Álvares (2010)

Há uma certa afinidade entre estas e os movimentos de mulheres que se organizam no período, quer de grupos apartidários (como o MOPROM – Movimento de Promoção da Mulher) quer ligados a partidos políticos, como o MMCC – Movimento de Mulheres do Campo e da Cidade, a UMB – União de Mulheres de Belém (antes CEDEPAM – Centro de Estudos, Debates e Participação da Mulher) e a Federação de Mulheres criada numa frente ampla do MDB – Movimento Democrático Brasileiro (que se transforma em PMDB – Partido do Movimento Democrático Brasileiro, com a nova legislação eleitoral tem a congregar todas/todos em prol de mudanças contra governos militares). (ÁLVARES, 2010, p. 106)

Nos anos de 1990, fica mais perceptível a aproximação das intelectuais paraenses a uma perspectiva dos movimentos surgidos na época, sejam de caráter informal sejam mais institucionalizados. Ainda que os estudos sobre teoria de gênero relacionado ao feminismo já estivessem sendo tratados no Sul e Sudeste do Brasil, não há registro de que as paraenses, por exemplo, estivessem alinhadas a isso.

É a partir do I Encontro de Pesquisadores sobre a Mulher e Relações de Gênero do Norte e Nordeste, promovido pelo NEIM/UFBA, em 1992, em Salvador/BA e contando com a presença de pesquisadoras paraense, que será desencadeada a discussão desse enfoque, na UFPA, partindo-se de uma biografia pertinente intercambiada pelas pesquisadoras baianas e encimada pelo texto clássico de Joan Scott, *Gênero, uma categoria útil de análise histórica* (ÁLVARES, 2010, p. 107).

Como efeito dessa articulação na academia, hoje se tem a possibilidade de uma maior produção nos estudos sobre mulher, gênero, feminismo e comunicação, nas mais diversas áreas do conhecimento nas Universidades públicas do Norte do Brasil.

Por isso, é necessário a partir de aqui estabelecer algumas discussões que são fundantes para o alcance do principal objetivo dessa pesquisa, que é analisar a construção comunicativa dos perfis feministas amazônidas na internet sobre o processo de impeachment de Dilma Rousseff e fazer uma inferência sobre esses sujeitos políticos na região a partir da abordagem comunicativa.

4 COMUNICAÇÃO E MULHERES EM REDE

Adentrando no debate sobre comunicação e as articulações de movimento em rede, o foco está centrado em comunidades feministas no site de rede social *Facebook*. Nesta perspectiva, Maria da Glória Gohn destaca que, no século XXI, há uma proliferação de novos sujeitos políticos na cena pública.

Neste novo século novíssimos sujeitos sociopolíticos e culturais entraram em cena, como os movimentos sociais globais, anti e alterglobalização, movimentos transnacionais, entidades civis modernas, fóruns, conselhos e câmaras de participação. [...] A sociedade fragmentada e polimorfa que se configurou a partir dos anos de 1990, o modelo de associativismo que está se consolidando ao longo dos anos 2000, caracteriza-se pela tendência dos grupos e movimentos sociais organizados de se articularem em redes e criarem fóruns a partir dessas redes. (GOHN, 2013, p. 7)

Corroborando com o pensamento de Gohn, Castells (2015) observa que na contemporaneidade, dentro de uma sociedade em rede, as pessoas se conectam, seja de maneira interpessoal seja mediada por um veículo, através da comunicação processada tecnologicamente em redes digitais. Ele faz uma analogia entre os tempos, quando afirma que a sociedade em rede é para a Era da Informação o que a sociedade industrial foi para a Era Industrial. Conceitua rede da seguinte maneira:

Uma rede é um conjunto de nós interconectados. [...] Na vida social, as redes são estruturas comunicativas. [...] Portanto, redes processam fluxos. Os fluxos são correntes de informação entre nós, que circulam por meios dos canais de conexão entre os nós (CASTELLS, 2015, p. 66)

É relevante pontuar que as redes comunicativas não nascem no ambiente digital da internet, nem com o avanço da tecnologia. Podemos dizer que essas redes são inerentes à vida em sociedade, fazem parte da necessidade humana de estabelecer relações com outras pessoas. Como afirmou Wolton (2006), “a comunicação é como a vida. É olhar, falar, ligar o rádio, a televisão, o computador, ler, conversar por telefone”. Argumentação da seguinte forma:

A comunicação é sempre a busca da relação e do compartilhamento com o outro. Atravessa todas as atividades: lazer, trabalho, educação, política; concerne a todos os meios sociais, a todas as classes sociais, a todas as idades e a todos os continentes, tanto aos ricos quanto aos pobres. É ao mesmo tempo simbólico de liberdade, de democracia, de abertura, de emancipação e de consumo, enfim, de modernidade (WOLTON, 2006, p. 13).

Dadas tais dimensões, Wolton chegou a classificar a comunicação como um serviço público da vida.

A comunicação é, pois, um direito de cada um, uma espécie de serviço público da vida, com duas dimensões complementares. Comunicar é antes de tudo expressar-se: ‘tenho algo a dizer’, ‘tenho o direito de dizê-lo’... Todo mundo tem algo a dizer e o direito de se expressar. Mas expressar-se não basta para garantir a comunicação, pois deixa de lado a segunda condição da comunicação: saber se o outro está ouvindo e se está interessado no que digo ... E se responder, isto é, se por sua vez se expressar, será que eu estou pronto para ouvi-lo? (WOLTON, 2006, p. 14).

Desta forma, é razoável pensar que, em parte, as pessoas querem estar presentes na vida uns dos outros, interferindo, interagindo, compartilhando e, principalmente, sendo vistas. É uma busca constante de “reintegrar as dimensões do tempo e do espaço” (WOLTON, 2006, p. 14), trocando informações e experiências, trocando vida.

Nos estudos de Castells (2015), a modernidade produziu no século XX novos processos comunicacionais a partir da internet, como as redes sociais digitais, que possibilitam a aproximação com o interlocutor que pode estar do outro lado do mundo, por meio de uma conversa por aplicativos de celular.

A transformação mais importante na comunicação nos últimos anos foi a transição da comunicação de massa para a intercomunicação individual, sendo esta última o processo de comunicação interativa que tem o potencial de alcançar uma audiência de massa, mas em que a produção da mensagem é autogerada, a recuperação da mensagem é autodirigida, e a recepção e a recombinação do conteúdo oriundo das redes de comunicação eletrônicas são autosseleccionada (CASTELLS, 2015, p. 29).

O autor observa que o desenvolvimento da intercomunicação individual não é mérito dessas redes digitais. “Nenhuma tecnologia determina coisa alguma, uma vez que os processos sociais estão incorporados em um conjunto complexo de relações sociais”. (CASTELLS, 2015, p. 34). O que retoma a ideia de Wolton (2006, p. 15) sobre a comunicação ser como a vida, logo

Comunicar é ser, isto é, buscar sua identidade e sua autonomia. É também fazer, ou seja, reconhecer a importância do outro, ir ao encontro dele. Comunicar é também agir. Mas é igualmente admitir a importância do outro, portanto, aceitar nossa dependência em relação a ele e a incerteza de ser compreendido por ele (WOLTON, 2006, p. 15).

Nas redes sociais da internet, a partir da argumentação de Wolton (2006), podemos inferir também sobre a importância e a dependência do outro para construir esses processos comunicativos, quer novos quer não.

Wolton (2006) ainda fala dos desafios desse reconhecimento do outro no mundo do século XXI, permeado por técnicas bem mais elaboradas do que em séculos anteriores. Antes,

o foco das relações estava na conquista do sujeito e na de sua liberdade de expressão, para que tivesse o direito de pensar, de dizer, de escrever e de opinar. Atualmente, quando todos esses direitos podem parecer naturais, o desafio maior, nas palavras de Wolton, está em

Como coabitar com esse outro igual a mim, em minha vida privada, pública, na sociedade, no Estado-nação, no mundo? Como coabitar com esse outro visível e de quem tantas coisas me separam? Como coabitar, isto é, como dar importância a sua existência, à sua identidade e à sua alteridade? Coabitar é o preço a pagar por um mundo menor, atravessado por técnicas sofisticadas, individualizadas, interativas, personalizadas. O outro está ali, visível, onipresente, mas tão diferente. (WOLTON, 2006, p. 219).

A coabitação, em um mundo atravessado por técnicas sofisticadas, como argumentou Wolton, apresenta-se não como um fardo na constituição da realidade virtual, mas como um alerta para as mudanças que a internet trouxe para as relações de comunicação estabelecidas em sociedade; tanto quanto um reforço de que o outro deve ser considerado para que haja comunicação.

4.1 Ciberfeminismo

O questionamento de Wolton (2006, p. 219) – “como coabitar com esse outro igual a mim, em minha vida privada, pública, na sociedade, no Estado-nação, no mundo?” – é bastante pertinente para as reflexões desta pesquisa, pois a luta das mulheres na história é a fim de serem reconhecidas e respeitadas como uma igual em direitos. Na contemporaneidade, o chamado ciberfeminismo, lugar em que as vozes também são polissêmicas, vem ampliando tais bandeiras, utilizando, para isso a internet.

Falar do ciberfeminismo, por conta da militância feminina na rede mundial de computadores, é falar sobre o novo cenário proporcionado pela internet para os debates e lutas das questões feministas, assim como das questões da mulher de uma maneira mais ampla. Diante disso, não há como negar que se trata uma nova cultura. Interessante perceber que Pierre Lévy (1999), em sua obra *Cibercultura*, definiu ainda no século XX, esse local da seguinte maneira:

o espaço de comunicação aberto pela interconexão mundial dos computadores e das memórias dos computadores [...] incluindo o conjunto de sistemas eletrônicos, na medida em que transmitem informações provenientes de fontes digitais ou destinadas à digitalização (LÉVY, 1999, p. 92).

Assim sendo, “o ciberfeminismo achou na cultura da internet uma forma de sair da banalização e da pouca visibilidade dentro da sociedade” (AZEVEDO; NEPOMUCENO, 2016, p. 3), especialmente considerando-se os feminismos como “uma extensão social e não uma realidade paralela descolada do que vivemos fora do ambiente digital” (SANTOS; BARROS, 2015, p. 5) e levando em conta que essa atual realidade vislumbra na internet uma comunicação de massa para possibilitar a ampliação de suas mobilizações, articulações e participação políticas, na constante luta por igualdade de direitos entre homens e mulheres.

Por tal motivo, o ciberfeminismo traz à luz o “viés de um discurso mais democrático, constituindo-se como um espaço mais flexível do que o produzido nas mídias convencionais” (SANTOS, 2009, p. 254). Complementando tais argumentos, ele pode ser encarado como lócus para compreender as interações on-line, estilos de interação, dinâmicas comunicativas e relacionais ao ciberespaço. (NATANSOHN; BRUNET; PAZ, 2011, p. 6).

Sob este aspecto, essa possibilidade comunicativa utilizada intensamente por grupos de mulheres ativistas, provoca e convoca à inquietação quanto ao sentido das ‘verdades’ já ditas e construídas sobre a mulher, núcleo do ativismo feminino digital. Já não aceitam com simplicidade as conceituações identitárias do gênero, antes “propõem uma inversão de axiomas, a questão agora não é mais quem é o sujeito? E, sim, queremos ainda ser sujeitos?” (LEMOS, 2009, p. 19).

Levando em conta que “a manifestação feminista foi deslocada, expandida e fragmentada pelas tecnologias da comunicação”. (LEMOS, 2009, p. 20) e que o ambiente da internet é também dominado por grandes grupos corporativos, vale a pena dar atenção ao alerta de Wolton (2006, p. 10), quando afirma que “a aldeia global é mesmo uma realidade, mas não reduz as desigualdades, nem as tiranias, nem as violências, nem as mentiras”. Considerando que os ambientes das redes tecnológicas não estão descolados da vida em sociedade, não há como discordar de Wolton. As desigualdades não reduziram, porque ainda se busca afirmar dominação e relações de poder no seio da estrutura social, tanto quanto há séculos atrás.

É preciso ressaltar que as desigualdades também se perpetuam porque não há interesse das autoridades, principalmente, em efetivamente democratizar a informação para todas e todos. Os poderes instituídos, incluindo as grandes empresas de comunicação, ainda estão empenhados em controlar os meios, como fora com o rádio e a televisão, e não poderia ser diferente com a internet.

Cada vez mais vem sendo posta em discussão a questão das oligarquias das mídias e a ampliação de canais de comunicação alternativos. As demandas estão sendo mais enfáticas na

sociedade e reforçam a necessidade de se fazer uma comunicação que permita maior participação social, com mais acesso à informação de qualidade e de fontes seguras.

4.2 Mulheres em marcha

É fato que o feminismo conquistou, com a internet, um novo lugar para as discussões das pautas relevantes para as mulheres, transformando as ações da causa em um verdadeiro ativismo digita, possibilitando a aderência mais ampla dos públicos interessados, que podem a partir disso se tornar parte importante para o processo de combate ao machismo.

Neste cenário, Dênis de Moraes (2007) apontou a urgência em discutir a comunicação alternativa em rede, que tem permitido experiências relevantes no que tange à produção e à amplificação de informações contra-hegemônicas, questionando o sistema neoliberalista.

Trata-se de conceber a Internet como mais uma arena de lutas e conflitos pela hegemonia, vale dizer, de batalhas permanentes pela conquista do consenso social e da liderança cultural-ideológica de uma classe ou bloco de classes sobre as outras. [...]. Na comunicação alternativa em rede se busca construir espaços de afirmação de óticas interpretativas críticas e de práticas jornalísticas cooperativas, com a finalidade de defender a diversidade informativa e valores éticos (MORAES, 2007, p. 1).

O movimento de mulheres no mundo é um exemplo dessa experiência e vem construindo importantes debates a respeito da atuação delas em redes nos ambientes digitais, com a finalidade de diminuir os efeitos controladores e dominantes das empresas de comunicação, que possuem relação direta com o sistema político e econômico. Moraes (2007) explica os motivos pelos quais a busca por uma alternativa de comunicação é fundamental para a sociedade:

A ideia de alternatividade fundamenta-se numa dupla inserção ideológica do projeto comunicacional: alinhamento com processos de mudança social: e combate sistemático ao sistema hegemônico. Pressupõe assumir visões transformadoras na relação com os leitores e a sociedade em geral, nos métodos de gestão, nas formas de financiamento e, sobretudo, na interpretação dos fatos sociais (MORAES, 2007, p. 4).

Não por acaso, Wilson Gomes observa a importância do universo digital para as questões da discussão pública a respeito do universo político. Assim ele argumenta:

Que sites, plataformas e aplicativos para redes sociais digitais se tornaram arenas essenciais da discussão pública sobre temas de interesse político. Não há razão para se pretender que sejam o centro da discussão ou da visibilidade

pública, porque as audiências da televisão e a extensão do debate nacional nos espaços públicos convencionais nos desmentiriam imediatamente. A minha hipótese afirma outra coisa, que nem por isso é de pouca monta, a saber, que não há discussão, tema, disputa pela interpretação de fatos e coisas, atrito de ideias sobre assuntos de interesse político que, ao menos, não passem pela arena representada pelos dispositivos digitais de comunicação projetados para redes sociais (GOMES, 2014, p. 17).

Os movimentos sociais, feminista e de mulheres estão entre os segmentos que mais se beneficiaram estrategicamente das possibilidades que a internet proporciona, buscando romper com o modelo construído socialmente acerca da figura da mulher como símbolo sexual ou tão somente reproduzindo papéis tradicionalmente designados a elas.

Com isso vieram também os desafios de utilizar a internet de maneira a extrair dela todo o seu potencial. “É preciso exatamente lutar para que a internet não se torne, assim como os meios de comunicação tradicionais, em geral, mera divulgadora de produtos de entretenimento e de informação”. (HAJE, 2003, p. 90).

Desde a primeira onda feminista, no auge da “crise de 29” em meados do século XX, como apontado já neste trabalho, é possível verificar que as mulheres vêm se organizando em movimentos sociais por uma maior participação cidadã nas mais diversas sociedades pelo mundo afora.

As lutas coletivas das mulheres vêm crescendo e se fortalecendo diante das demandas apresentadas pela sociedade mundial em diversos setores nos quais as questões que as atingem são mais visíveis – em casa ou no trabalho, na igreja ou nos locais públicos, as mulheres estão se articulando mais. Assim sendo, os

Dados empíricos sobre os movimentos sociais e organizações associativas da sociedade civil têm demonstrado que as mulheres são contingente principal dentre aqueles que se mobilizam para a luta por causas coletivas, no âmbito público, embora elas sofram inúmeros constrangimentos no âmbito privado, em suas próprias casas (GOHN, 2013, p. 96).

Vários são os exemplos da articulação de mulheres em rede de comunicação alternativa, como a Marcha Mundial das Mulheres, que se tornou um exemplo de luta para todas na contemporaneidade. Elas reforçam a necessidade de estar visíveis, não somente entre si, mas para todos os ambientes sociais que as envolvem, nas últimas décadas isso vem sendo mais perceptível, sobretudo, pelas participações em marchas que ocupam as ruas e tornam-se ações fundamentais de afirmação e reafirmação social.

A primeira edição da Marcha Mundial das Mulheres (MMM) ocorreu em 2001, seguida pelas edições de 2003 e 2005, esta última promovendo um importante marco, a Carta Mundial

das Mulheres para a Humanidade, assinada por este movimento e tornada pública no decorrer do ato. “As mulheres estão colocando os movimentos sociais novamente em cena, reivindicando, entretanto, sua visibilidade” (GOHN, 2013, p. 96 e 97).

Figura 6 - Marcha Mundial das Mulheres em Quebec



Fonte: MULHERES..., [20--].

Figura 7 - Marcha Mundial das Mulheres no Brasil



Fonte: MULHERES..., [20--].

Diante disso, pode-se inferir que, mesmo com limitações sociais a que sempre estão submetidas ao longo da história das sociedades, as mulheres articuladas em movimentos sociais buscam desempenhar um papel político que seja capaz de proporcionar igualdade de deveres e direitos, para elas sobretudo, mas também para o ambiente mais amplo em que estão inseridas. As mulheres têm constantemente investido a si próprias a responsabilidade de desenvolver a sociedade para que se chegue a um patamar de equidade entre os gêneros, com o objetivo de tornar o ambiente social mais digno para mulheres e homens.

Assim, em um ambiente rico de possibilidades comunicacionais, as mulheres articuladas em movimentos sociais organizados, ou mesmo de maneira individualizada, puderam ressignificar a comunicação realizada no universo virtual, transformando-a em um caminho de resistência às imposições sociais e midiáticas que limitavam e ainda hoje limitam, ainda que com menos força, o acesso delas à produção de seus próprios textos, relatos, trabalhos acadêmicos, assim como suas lutas e reivindicações.

A plataforma digital *Facebook*, ambiente no qual a pesquisa foi desenvolvida, é uma das mais importantes redes sociais nos dias atuais, pois têm-se mostrado como importante dispositivo de comunicação, mantendo mensalmente a média de 1,59 bilhão de usuários no mundo (DRUM, 2017). O Brasil é o segundo maior consumidor de suas ferramentas, possuindo 46 milhões de usuários cadastrados (VICENTE, 2014, p. 33).

O Facebook é uma rede social que reúne pessoas e seus amigos e àqueles com quem trabalham, estudam e convivem. Atualmente tem sido usada para diversos fins, além do entretenimento pode ser usada para divulgar ideias, empresas, começar uma reivindicação e conquistar adeptos, medir o grau de satisfação/insatisfação de uma marca, facilitar o contato de professores com seus alunos e conhece-los melhor (VICENTE, 2014, p. 33).

Todas essas interações possibilitadas pelo *Facebook*, envolvendo diversos públicos faz com que a dimensão da comunicação ganhe contornos importantes na construção de diálogos, pois

Por meio dos sites de redes sociais as pessoas podem estabelecer laços de convivência, trocar de informações e gerar engajamento. E isso independente de localização geográfica, pois apenas é necessário o acesso à internet. São em grupos e páginas do Facebook, por exemplo, que a maioria desses movimentos nasceu, cresceu e se popularizou ao ponto de levar milhares de pessoas para as ruas (SANTOS; BARROS, 2015, p. 5).

Um outro exemplo recente e de grande repercussão no mundo foi o evento chamado 8M 2017, que nasce nos Estados Unidos na América e se amplia para todo o mundo através das

articulações de movimentos feministas pelo *Facebook*, cujo objetivo era uma grande marcha nas ruas das cidades no dia 8 de março, consagrado como o Dia Internacional da Mulher. No Brasil, o ato ocorreu em 16 estados mais a capital do Brasil: Pará, Amapá, Amazonas, Tocantins, Roraima, Alagoas, Bahia, Distrito Federal, Espírito Santo, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Paraíba, Paraná, Pernambuco, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul e São Paulo.

Tudo iniciou no dia seguinte à posse do atual presidente dos Estados Unidos da América, Donald Trump, em 21 de janeiro de 2017. Mulheres norte-americanas fizeram protesto na Avenida da Independência, na frente de um dos maiores símbolos do poder legislativo daquele país, o Capitólio, em Washington D.C. O movimento foi organizado pela havaiana Teresa Shook⁸, ainda em novembro de 2016, quando foi divulgado o resultado das eleições.

O evento, que foi denominado Manifestação das Mulheres em Washington, “tornou-se guarda-chuva para causas liberais que vão dos direitos de imigrantes a protestos contra a morte de afroamericanos pela polícia. Mas em seu cerne está a exigência das mulheres por direitos iguais” (STEIN, 2017). Ficou perceptível a amplitude da repercussão desejada com essa manifestação, saindo de uma circunstância pontual para mostrar o quanto ainda é necessário se manter alerta quanto às conquistas já alcançadas, que estão em constante ameaça no atual contexto de emergência da direita e de tentativas de negar os cenários de mudança social e diversidade cultural.

Outras pautas se fizeram presentes como os “direitos humanos e igualdade entre todos, de qualquer etnia, gênero e religião. Questões como legalização do aborto, liberdade de imprensa, de acesso à saúde e por um desenvolvimento sustentável”. (MATUOKA, 2017, on-line)

Num claro resgate da marcha de 1963, que tinha como principal bandeira os direitos civis (STEIN, 2017), essa nova manifestação quis, possivelmente e na mesma proporção, resgatar também o sentimento legítimo de organização social pela busca de uma sociedade mais justa e igual no mundo, uma vez que também “a Marcha de Washington foi um marco histórico da militância negra que mostrou sua força e organização” (GELEDÈS, 2011, on-line).

A partir dessa movimentação em Washington, em 2017 – que se estendeu por todos os 50 estados norte-americanos, além de mais de 30 outros países, inclusive o Brasil –, aconteceu um alinhamento a esse sentimento entre grupos de mulheres, que logo iniciaram uma grande

⁸ Advogada aposentada de cerca de 60 anos de idade, moradora do Havaí, que criou uma página no Facebook para falar sobre a eleição de Donald Trump.

articulação em rede em torno dos direitos das mulheres, já pensando nas comemorações do próximo 8 de março, que aconteceria em menos de dois meses depois.

No Brasil, a mobilização nacional ficou com a organização chamada Articulação de Mulheres Brasileiras (AMB)⁹, que assim é descrita em seu sítio eletrônico:

A AMB é uma organização política feminista, antirracista, não partidária, instituída em 1994 para coordenar as ações dos movimentos de mulheres brasileiras com vistas à sua consolidação como sujeito político no processo da IV Conferência Mundial sobre a Mulher – Igualdade, Desenvolvimento e Paz (ONU, Beijing, 1995) (AMB, [20--]a, on-line).

A AMB possui representação em vários estados brasileiros, os chamados Fórum de Articulação de Mulheres Brasileiras (FAMB). Por isso se colocou a condição de fazer uma convocação nacional junto aos grupos locais para fazer a mobilização nas unidades federativas. A atuação em cada estado é “de modo a garantir apoio à auto-organização das mulheres por todo o país, em especial o fortalecimento das instâncias estaduais do movimento de mulheres vinculadas à AMB, nos contextos de suas intervenções, locais e regionais”.

No estado do Pará, o FAMB é composto por vários movimentos e coletivos feministas. Entre eles, estão o Movimento de Mulheres do Nordeste Paraense (MMNEPA), Grupo de Mulheres Brasileiras (GMB), Centro de Estudo e Defesa do Negro do Pará (Cedenpa), Movimento Afro-Descendente do Pará (Mocambo), Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional (FASE), Movimento de Luta por Moradia (MLM), Movimento de Economia Solidária (MES).

⁹ A Articulação de Mulheres Brasileiras (AMB) é integrada por mulheres feministas que atuam, em diferentes espaços de participação da AMB, em nome próprio ou através da representação de organizações e movimentos feministas, setoriais de mulheres de movimentos sociais e/ou setoriais de mulheres de partidos políticos (AMB, [20--]b).

Figura 8 - Registro da Manifestação 8M 2017 em Belém



Fonte: Luciana Gouvêa Hage de Castro, acervo pessoal.

Com a proposta de integrar o maior número de grupos de mulheres possíveis para o ato internacional, especialmente, o FAMB Pará chamou outras representações feministas, além daquelas que já fazem parte do mesmo. Entre outras, as seguintes entidades: Caritas Brasileiras – Regional Norte II; Secretaria Estadual de Mulheres do PT Pará; Pescadoras Artesanais; Conselho Regional de Psicologia 10ª Região; CUT; MST; Sindicato dos Bancários; e alguns coletivos, como o Mulheres Contra a Desigualdade e Advogadas Cabanas.

Contextualizando um acontecimento como foi o 8M em 2017 e entendendo que a internet trouxe uma nova maneira de atuação política aos movimentos sociais, sejam eles institucionalizados ou não, o pensamento de Rousiley Maia nos permite uma reflexão as potencialidades das novas tecnologias, quando afirma que

A internet proporcionou uma nova infraestrutura – mais rápida e mais barata, com grande potencial para a produção e difusão autônoma de informação e com uma gama de variada de recursos para a conexão e para a ação política em escala local, nacional e transnacional (MAIA, 2011 p. 47).

A autora complementa seu pensamento pontuando que mesmo com todo o potencial das redes, elas são vulneráveis e necessitam ser avaliadas dentro da realidade de cada sociedade que dela faz uso.

Seja como for, as potencialidades e as vulnerabilidades dessas redes se imbricam e podem sustentar possibilidades criativas para a ação política de um novo público global [...] e exige uma avaliação de seus efeitos quanto a particularização de contextos concretos, a explicitação dos complexos cenários nacionais, dos arranjos institucionais e dos atores envolvidos. (MAIA, 2011, p. 76).

Diante de todo o exposto, é razoável dizer que a internet tem-se apresentado como um importante mecanismo de comunicação, articulação, debate e mobilização social sobre as pautas de movimentos sociais, lugar em que as questões da mulher são geralmente postas. É possível dizer que este espaço, a internet, tem sido utilizado como estratégia por movimentos de mulheres, institucionalizados ou não, feministas ou não, para ampliar as discussões que os pautam.

5 O IMPEACHMENT NOS PERFIS FEMINISTAS E DE MULHERES NA AMAZÔNIA

O impeachment de Dilma Rousseff, finalizado em agosto de 2016, ainda é, até hoje, muito discutido nos mais diversos ambientes sociais, sejam eles formais sejam informais, on-line ou off-line. O fato é que provavelmente todas e todos possuem uma opinião sobre isso. Seja a favor seja contra, justo ou injusto, por sua competência ou não, o fato é que se trata de uma mulher presidenta. Frente a essa complexidade e considerando que o debate envolvia uma mulher, a primeira a ocupar o mais alto cargo do país, foi elaborado o seguinte problema central da pesquisa: como foi configurado o impeachment da presidenta Dilma Rousseff nas construções comunicativas nos perfis feministas e de mulheres em nossa região. Para dar conta de tamanho desafio, a pesquisa percorreu a seguinte metodologia.

5.1 Redes metodológicas da pesquisa: as escolhas e os limites

A metodologia passou a ser pensada a partir da observação desta pesquisadora sobre o debate envolvendo a presidenta nas redes sociais digitais, principalmente no *Facebook*. Diante disso, passamos a buscar nas discussões propostas por mulheres ativistas na internet o entendimento sobre como elas estavam percebendo a relação gênero-impeachment no que diz respeito ao caso da presidenta Dilma. De acordo com Halavais (2015),

A internet constitui uma representação de nossas práticas sociais e demandas novas formas de observação, que requerem que os cientistas sociais voltem a fabricar suas próprias lentes, procurando instrumentos e métodos que viabilizem novas maneiras de enxergar. (HALAVAI, 2015, p. 13).

Assim, olhar para os eventos ocorridos nesse ambiente não os faz mais perceptíveis e de fácil constatação, pois as interações ocorridas na internet não estão descoladas da vida fora dela; pelo contrário, “as interações on-line raramente são exclusivas do mundo *on-line* [...], muito pouco divide o ‘virtual’ e o ‘real’” (HALAVAI, 2015, p. 12).

Algo que nos chamou a atenção foi um certo distanciamento entre as discussões no “virtual” e no “real”, no que diz respeito ao debate sobre gênero-impeachment em grupos de mulheres e em comunidades do *Facebook* na região Amazônica. Formados por mulheres ativistas, essas páginas em redes sociais digitais abordam temas relacionados a educação, violência contra mulher, empoderamento feminino, eventos relacionados às lutas da mulher, chamamentos para manifestações, etc. Notei uma ausência, ou espaço escasso de debates,

acerca da deposição de Dilma associada ao fato de ela ser uma mulher nesses perfis, que são declaradamente feministas e de mulheres.

Desta maneira, a delimitação desta pesquisa está centrada em páginas do *Facebook*, de tipo Comunidade, que estavam dentro de um escopo de movimentos sociais não institucionalizados, de legendas partidárias ou mesmo de personalidades de ampla penetração midiática. Fizemos essa escolha em razão de haver melhores possibilidades de compreensão do movimento das mulheres sem o peso de uma Organização. Apesar disso, é importante considerar que, mesmo dentro de um movimento plural sem legendas, podem existir filtros e controle de conteúdo

Foram analisados *posts* dos seguintes perfis: Feministas de Imperatriz – Fórum de Mulheres, criado em 25/07/2012; Bate-Papo Feminista Acre, criado em 14/05/2015; Articulação Feminista de Imperatriz, criado em 22/03/2016; e Feminismo em Manaus, criado em 22/06/2016.

Para uma melhor sistematização desses elementos, apresentamos abaixo um quadro com as informações gerais sobre os perfis selecionados (Quadro 1). Os dados coletados contemplam: o nome do perfil, sua categoria e estado onde foi criado. O quadro também traz as seguintes informações: data da primeira publicação (que é considerada a data de criação), quantos membros possui (atualizados até o dia 23/02/2018) e como se definem.

As três últimas informações são pertinentes por mostrarem, respectivamente: 1) o tempo de atuação de cada perfil no *Facebook*, o que ajudou a entender suas importâncias para o período de análise; 2) qual a repercussão inicial deles¹⁰; e 3) a maneira como cada um se define, já que a proposta deste trabalho se baseia na análise das discussões propostas por ativistas. Eis o quadro com a sistematização dos dados dos perfis:

Quadro 1 - Informações gerais dos perfis

Nome	Categoria	Cidade/UF	1ª publicação	Membros 23/02/18	Como se definem
Feministas de Imperatriz – Fórum de Mulheres	Comunidade	Imperatriz/ MA	25/07/2012	741	Em 1997, a militante feminista Conceição Amorim organizou o primeiro grupo de feministas de Imperatriz, no Centro de Direitos Pe. Josimo.

¹⁰ Não se pode garantir que o alcance esteja restrito somente a esse número de seguidores, pois as ferramentas da rede e da internet ampliam as possibilidades de compartilhamentos, fazendo com que *posts* alcancem um número bem maior de pessoas.

Bate Papo Feminista Acre	Comunidade	Rio Branco/AC	14/05/2015	739	De Rio Branco, Acre - Roda de conversa sobre o movimento feminista e suas pautas, promovida por mulheres de diferentes segmentos profissionais e faixas etárias no Acre. O encontro ocorre todo segundo sábado de cada mês.
AFIM – Articulação Feminista de Imperatriz	Comunidade	Imperatriz/MA	22/03/2016	507	A Articulação Feminista de Imperatriz combate as opressões sofridas pelas mulheres. Promove ações que buscam exigir políticas públicas voltadas para mulheres, acompanha a aplicabilidade dos direitos já conquistados e faz estudos sobre o feminismo.
Feminismo Manaus	Comunidade	Manaus/ AM	22/06/2016	715	Esta página tem como objetivo divulgar a teoria e prática feministas, bem como eventos feministas na cidade de Manaus /Amazonas.

Fonte: Elaborado pela pesquisadora

A partir da formulação dessa tabela, o período da coleta foi durante a fase de impeachment da presidenta Dilma Rousseff, nos três principais momentos deste rito, que correspondem a: 1º) 2 de dezembro de 2015, quando o então presidente da Câmara dos Deputados, Eduardo Cunha, aceita a denúncia contra a presidenta; 2º) 17 de abril de 2016, dia em que os deputados federais votaram se a denúncia deveria seguir o rito até o Senado; e 3º) 31 de agosto de 2016, por ocasião da votação dos senadores, que decidiram pelo afastamento total da então presidenta.

O intervalo entre esses momentos-chave perpassou três semanas de cada período para cada perfil, sendo observadas a semana antes de cada acontecimento, a semana do fato em si e a semana seguinte a ele. Considerando essa delimitação, entendemos que foi possível ter dimensão das construções comunicativas feitas pelos perfis, pelo fato também de que foi um período com maior movimentação e debates em todos os veículos de comunicação no Brasil, incluindo os alternativos. Logo, ficou assim especificado: 1º período: de 29/11 a 12/12/2015; 2º período: de 10 a 30/04/2016; e 3º período: de 21/08 a 10/09/2016.

Tendo o objeto, a delimitação e o tempo de análise definidos, a pesquisa se concretizou primeiramente, na pesquisa bibliográfica, importante etapa para pensar o objeto de estudo e os trabalhos já desenvolvidos na área. A partir dela, foram apresentados os estudos, teorias e conceitos acerca das questões em torno da temática apresentada, conforme observado nos capítulos anteriores. Assim buscamos nas literaturas amazônicas, brasileiras e internacionais,

nas áreas de Comunicação, Sociologia e Ciências Sociais, em geral, aportes para contextualizar esta investigação, ambientada na internet, porque vislumbramos que

A análise de redes sociais, por exemplo, tem provado ser um instrumento particularmente apto para a compreensão de uma sociedade que se encontra cada vez mais estruturada como uma rede e que utiliza novas ferramentas de rede, e já era utilizada por antropólogos e sociólogos há décadas, sem que isso implicasse a necessidade de reduzir as relações sociais a causalidades simples (HALAVAI, 2015, p. 15).

Aborda-se ainda as discussões desenvolvidas por algumas das mais importantes autoras e autores sobre mulheres, feminismos, comunicação, ciberfeminismo, cidadania e política. Nesse sentido, entendemos, como ressalta Gil (2008) que a pesquisa bibliográfica

[...] é desenvolvida a partir de material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos [...] A principal vantagem da pesquisa bibliográfica reside no fato de permitir ao investigador a cobertura de uma gama de fenômenos muito mais ampla do que aquela que poderia pesquisar diretamente (GIL, 2008, p. 50).

Com o levantamento bibliográfico, foi possível observar conceitos e contextos que implicaram diretamente e transversalmente as discussões propostas no problema e na hipótese de pesquisa. Nesta etapa, compreendemos que as “interações sociais em ambientes on-line acrescentam outra camada de virtualidade ao objeto da observação ou, mais exatamente, tornam mais óbvio o quanto as interações sociais são efêmeras” (HALAVAI, 2015, p. 12).

Em paralelo à pesquisa bibliográfica, partimos também para a pesquisa qualitativa, por inferir que ela “é de particular relevância ao estudo das relações sociais devido à pluralização das esferas de vida” (FLICK, 2009, p. 20). Assim, gradualmente, foram realizados os levantamentos de dados para análise, afinal, o trabalho trata também dos números de *posts* publicados no decorrer do período.

A partir disso, no contexto dos desafios trazidos pela internet para o desenvolvimento de pesquisas nas Ciências Sociais, trazemos o que Flick (2009) afirmou sobre os novos cenários nos processos destas pesquisas.

A mudança social acelerada e a consequente diversificação das esferas de vida fazem com que, cada vez mais, os pesquisadores sociais enfrentem novos contextos e perspectivas sociais. Tratam de situações tão novas para eles que suas metodologias dedutivas tradicionais – questões e hipóteses de pesquisa obtidas a partir de modelos teóricos e testados sobre evidências empíricas – agora fracassam devido à diferenciação dos objetos. Desta forma a pesquisa está cada vez mais obrigada a utilizar-se das estratégias indutivas (FLICK, 2009, p. 21)

Esse relativo novo ambiente de pesquisa traz algumas importantes especificidades que devem ser pontuadas, especialmente porque o empenho colocado nesta dissertação se enquadra no que Fragoso, Recuero e Amaral (2015) afirmam:

Essa peculiaridade ajuda a chamar a atenção para o fato de que a internet pode ser tanto objeto de pesquisa (aquilo que se estuda), quanto local de pesquisa (ambiente onde a pesquisa é realizada) e, ainda, instrumento de pesquisa (por exemplo, ferramenta para a coleta de dados sobre um dado tema ou assunto) (FRAGOSO, RECUERO, AMARAL, 2015, p. 17).

A partir de todo esse entendimento, utilizamos a obra de Bardin (2011) para complementar a composição da metodologia, a obra de Bardin (2011, p. 31), a Análise de Conteúdo que nos ajudou a superar, como a própria autora afirma, “as incertezas de enriquecer a leitura” sobre a pesquisa e seu objeto. Por isso incorporaremos à pesquisa maior densidade, procurando romper com a superficialidade do objeto,

Esta atitude de vigilância crítica exige o desvio metodológico e o emprego de técnicas de ruptura e afigura-se tanto mais útil para o especialista das ciências humanas, quanto mais ele tenha sempre uma impressão de familiaridade face ao seu objeto de análise. É ainda dizer não à leitura simples do real, sempre sedutora, forjar conceitos operatórios, aceitar o caráter provisório de hipóteses, definir planos experimentais ou de investigação [...]. Isto, sem que se caia na armadilha (do jogo): construir por construir, aplicar a técnica para se afirmar de boa consciência, sucumbir à magia dos instrumentos metodológicos, esquecendo a razão do seu uso (BARDIN, 2011, p. 30).

O impeachment de Dilma é parte da memória recente da história política no mundo, especialmente para as brasileiras e brasileiros. Para melhor observar e analisar a abordagem do tema a partir de perfis de *Facebook* declaradamente feministas ou de mulheres, administrados na Amazônia brasileira, fazia-se interessante entrevistar essas mulheres articuladoras, que pautaram as temáticas abordadas nas comunidades e grupos que estão sob suas responsabilidades. As entrevistas semiestruturadas eram o caminho mais adequado para compreender os critérios, as expectativas e os anseios delas sobre as discussões, ou a ausência delas, no que tange ao cenário que culminou na interrupção do mandato da presidenta

Os formulários de pesquisa foram enviados às administradoras dos perfis. O recebimento foi confirmado, mas nenhuma resposta fora dada, assim como também nenhuma negativa, formal ou diretamente, pelas administradoras dos perfis. Todas foram, em um primeiro momento, solícitas em colaborar com a pesquisa. Pediram o envio do formulário e garantiram respondê-lo o quanto antes. Contudo, até o momento do fechamento desse trabalho não recebemos resposta alguma.

Seguimos com a pesquisa sem as entrevistas e percebemos que o silêncio já foi uma resposta dada, por meio da qual podemos inferir muitas questões, já que o não-dito pode ser até muito mais representativo do que uma resposta elaborada.

5.2 A Análise de Conteúdo

A escolha pelo método da Análise de Conteúdo (AC), conforme formulada por Laurence Bardin (2011), foi escolhida em virtude da sua pertinência para a análise dos objetos que estão sendo estudados neste trabalho.

Estamos trabalhando com a hipótese de que as questões de gênero não foram abordadas pelos grupos fechados e comunidades do *Facebook* aqui recortados em relação aos principais períodos do processo de impeachment de Dilma Rousseff. Tal ausência exige que façamos uma investigação mais aprofundada no intuito de trazer à luz os caminhos possibilitados pela AC na compreensão de alguns indicativos que possam explicar tal ausência.

Justifico inicialmente com breves passagens históricas sobre a importância da AC para o presente trabalho, para as pesquisas em Ciências Humanas e Sociais e como ela pode elucidar muitas questões que trazemos sobre as interações comunicativas produzidas na internet, especialmente no *Facebook*.

Aponto para o fato de que as interpretações permitidas pela AC não são recursos exclusivos dela. A hermenêutica, a retórica e a lógica, também possibilitam leituras interpretativas de textos, linguagens, arte, etc. Bardin (2011) elencou alguns exemplos do que seriam os primórdios da AC

Por exemplo, a pesquisa de autenticidade feita na Suécia por volta de 1640 sobre os hinos religiosos. Com o objetivo de se saber se estes hinos, em números de noventa, poderiam ter efeitos nefastos nos Luteranos, foi efetuada uma análise dos diferentes temas religiosos, dos seus valores e de suas modalidades de aparição (favorável ou desfavorável), bem como de sua complexidade estilística. Mais recentemente (1888-1892) o francês B. Bourbon, para ilustrar um trabalho sobre <a expressão das emoções e das tendências na linguagem>, trabalhou sobre a parte da Bíblia, o livro do Êxodo de maneira relativamente rigorosa, com uma preparação elementar do texto e classificação temática das palavras-chave. (BARDIN, 2011, p. 17 e 17)

No século XX, a AC se desenvolve nos EUA com o foco na imprensa. Com a Primeira e a Segunda Guerra Mundial, ampliou-se para uma análise voltada para a propaganda, onde um quarto dos estudos esteve mais focado em questões políticas (Bardin, 2011).

As diferentes percepções e ações do método foram ao longo do tempo se distanciando das bases iniciais, chegando até a ser desacreditado. Mas “a etnologia, a história, a psiquiatria, a psicanálise, a linguística, acabaram por se juntar à sociologia, à psicologia, à ciência política, aos jornalistas para questionar estas técnicas e propor a sua contribuição”. (BARDIN, 2011, p. 22).

Somente após os anos de 1970 do século XX, com as otimistas expectativas da chegada dos computadores pessoais, foi possível se pensar em um reavivamento ou uma renovação da AC, já numa perspectiva das comunicações mediadas por tecnologias, ao que se chamou de “experimentação informática” (BARDIN, 2011, p. 27).

A Análise de Conteúdo, se multiplica as aplicações, marca um outro passo, ao concentrar-se na transposição informática, em matéria de inovação metodológica. Mas observa com interesse as tentativas que se fazem no campo alargado da análise de comunicações: lexicometria, enunciação linguística, análise da conversação, documentação e base de dados, etc. (BARDIN, 2011, p. 27).

A partir dessas experiências, a “análise de conteúdo de comunicações” é incluída no rol das metodologias para as Ciências Humanas e Sociais (Bardin, 2011, p. 29). Com essa “novidade”, muitos desafios se fizeram presentes, por exemplo:

“Como fazer”, “como aplicar” e “como pensar” abordagens metodológicas que sejam eficientes e que permitam aos pesquisadores coletar e analisar dados compatíveis com os seus problemas de pesquisa e com suas perspectivas teóricas mantendo o devido rigor científico constituem os maiores desafios que se colocam para os pesquisadores (FRAGOSO, RECUERO, AMARAL, 2015, p. 17).

Desse modo – quer trate-se de socióloga, psicoterapeuta, historiadora, psicóloga, literata, política, comunicadora –, todas precisam desenvolver, dentro de suas necessidades, instrumentos analíticos que possibilitem maior entendimento de seus objetos de estudo e de pesquisa, a fim de que se permita a superação da incerteza e o enriquecimento da leitura; sendo este o caso da Análise de Conteúdo aqui escolhida (Bardin, 2011).

Duas funções básicas norteiam os trabalhos com a AC, a descoberta de fatos (heurística) e a outra de administração da prova dos fatos, comprovações. Ambas podem ser complementares e dão ao pesquisador muitas possibilidades de investigação dentro do escopo de suas hipóteses de pesquisa (Bardin, 2011).

No caso dos objetos ora apresentados nesta pesquisa, estamos falando de uma análise de conteúdo que se concentrará no suporte da escrita, mais precisamente os textos e frases que

foram construídos para as comunicações entre as administradoras das comunidades junto aos seus públicos.

Frente ao exposto, destacamos que os quatro perfis possuem um total de 73 *posts* nos períodos de análise. No quadro abaixo, será mostrado o quantitativo separado por cada uma das Comunidades (Quadro 2). Também se destaca o período em cada perfil foi analisado, pois, como já explicado anteriormente, eles possuem datas de criação distintas, uns podendo ser analisados em todos os períodos propostos, outros não.

Quadro 2 - Total de Posts Por Perfil no período de análise

Perfil	Qt. Posts Analisados	Períodos Analisados
Feministas de Imperatriz – Fórum de Mulheres	14	29/11 a 12/12/2015 10 a 30/04/2016 21/08 a 10/09/2016
Bate-papo Feminista Acre	14	29/11 a 12/12/2015 10 a 30/04/2016 21/08 a 10/09/2016
AFIM – Articulação Feminista de Imperatriz	3	10 a 30/04/2016 21/08 a 10/09/2016
Feminismo em Manaus	42	21/08 a 10/09/2016

Fonte: Elaborado pela pesquisadora

Frente ao volume de publicações, optamos por fazer uma delimitação que tornasse a análise qualitativa da representatividade dos conteúdos veiculados mais equilibrada entre os perfis. Assim sendo, foram analisadas 10 publicações de cada perfil, perfazendo um total de 33 *posts*. Cabe esclarecer que a Comunidade “AFIM – Articulação Feminista de Imperatriz” possui apenas três publicações nos dois períodos analíticos, por tal motivo apenas esses três serão analisados.

Para um melhor conhecimento de cada perfil, na seção a seguir realizamos, de maneira mais detalhada, as descrições dos objetos estudados neste trabalho.

5.3 Descrição dos objetos

Apresentaremos os perfis um a um, a começar pelo perfil mais antigo, o Feministas de Imperatriz – Fórum de Mulheres, seguido do Bate-Papo Feminista Acre. Posteriormente falaremos do AFIM – Articulação Feminista de Imperatriz e o Feminismo em Manaus.

Dentre os quatro escolhidos, apenas os dois primeiros (Feministas de Imperatriz – Fórum de Mulheres e Bate-Papo Feminista Acre) estão ativos desde antes do primeiro período de análise. O AFIM – Articulação Feminista de Imperatriz, criado em 22 de março de 2016, contempla dois períodos, o da votação na Câmara dos Deputados e o da votação no Senado. E o Feminismo em Manaus foi criado em 22 de junho de 2016.

Dito isso, será melhor explicado o funcionamento da categoria de Comunidade, conferida aos perfis Feministas de Imperatriz – Fórum de Mulheres, Bate-Papo Feminista Acre, AFIM – Articulação Feminista de Imperatriz e Feminismo em Manaus.

5.3.1 Feministas de Imperatriz – Fórum de Mulheres

Trata-se do perfil mais antigo dentre os analisados. Sua primeira publicação é de 25 de julho de 2012, possuindo 741 membros em sua comunidade. Em sua página, descreve-se da seguinte forma: “Em 1997, a militante feminista Conceição Amorim organizou o primeiro grupo de feministas de Imperatriz, no Centro de Direitos Pe. Josimo.” (FEMINISTAS DE IMPERATRIZ – FÓRUM DE MULHERES, [20--]).

Em sua primeira postagem, fez um resgate histórico da história do movimento que criou o grupo, que se chamava, em 1975, Pastoral da Mulher Marginalizada de Imperatriz (PMMI).

Figura 9 - Primeira postagem da Comunidade Feministas de Imperatriz – Fórum de Mulheres, de 25/07/2012



Fonte: FEMINISTAS DE IMPERATRIZ – FÓRUM DE MULHERES, 2012

Traz no seu contexto de discussão questões políticas, de valorização e mobilização de mulheres. Também está inserido em campanhas de articulação nacional, como a greve geral das mulheres, ocorrida em 2017.

O município de Imperatriz é o segundo maior do estado do Maranhão, com mais 254 mil habitantes, sendo mais da metade de mulheres, aproximadamente 128 mil.

5.3.2 Bate-Papo Feminista Acre

Este é o segundo perfil mais antigo, cuja primeira publicação é de 14 de maio de 2015. Atualmente tem 741 seguidores e se descreve da seguinte forma:

De Rio Branco, Acre - Roda de conversa sobre o movimento feminista e suas pautas, promovida por mulheres de diferentes segmentos profissionais e faixas etárias no Acre. O encontro ocorre todo segundo sábado de cada mês (BATE-PAPO FEMINISTA ACRE, [20--]).

Figura 10 - Primeira postagem da Comunidade Bate-Papo Feminista Acre, em 14/05/2015



Fonte: BATE-PAPO FEMINISTA ACRE, [20--].

A comunidade é o único perfil, dentro os quatro estudados, que será analisado nos períodos propostos. Traz nas suas publicações um contexto político nas discussões sobre a mulher de um modo geral, questões como: direito, educação, serviços de apoio, palestras e outros eventos.

5.3.3 AFIM – Articulação Feminista de Imperatriz

É uma comunidade criada por mulheres do município de Imperatriz, assim como o Feministas de Imperatriz – Fórum de Mulheres. Teve sua primeira publicação no Facebook em 22 de março de 2016. Define-se da seguinte forma: “A Articulação Feminista de Imperatriz combate as opressões sofridas pelas mulheres. Promove ações que buscam exigir políticas públicas voltadas para mulheres, acompanha a aplicabilidade dos direitos já conquistados e faz estudos sobre o feminismo” (AFIM – ARTICULAÇÃO FEMINISTA DE IMPERATRIZ, [20--]).

Figura 11 – Primeira postagem da Comunidade AFIM – Articulação Feminista de Imperatriz, de 22/03/2016



Fonte: AFIM – ARTICULAÇÃO FEMINISTA DE IMPERATRIZ, [20--]

Assim como os demais recortes deste trabalho, trata-se de uma comunidade que valoriza as temáticas da mulher. Discute educação e política de gênero, e mobiliza para ações na internet e fora dela. Em sua galeria de imagens, isso fica explícito.

5.3.4 Feminismo em Manaus

É um perfil do tipo Comunidade, administrado por mulheres manauaras, que teve sua criação datada de 22 de junho 2016. Portanto, terá o período de análise apenas do terceiro momento do impeachment, ou seja, de 21 de agosto a 10 de setembro 2016, quando da votação do senado pelo afastamento total da então presidente Dilma Rousseff.

Trata-se de um perfil em que há debates sobre os temas mais variados, como direitos, violência e assistência a mulheres. Descrevem-se no perfil da seguinte forma: “Esta página tem como objetivo divulgar a teoria e prática feministas, bem como eventos feministas na cidade de Manaus /Amazonas” (FEMINISMO EM MANAUS, [20--]).

Figura 12 - Primeira Postagem do Feminismo em Manaus, de 22/06/2016



Fonte: FEMINISMO EM MANAUS, [20--].

Tendo completado tal descritivo dos perfis, abordaremos de maneira sucinta como funcionam os perfis no *Facebook*, tanto como Comunidade que são como os objetos se apresentam na rede social.

5.4 A dinâmica dos perfis

As comunidades on-line no Facebook se formam de maneira geral com o propósito de criar conteúdo sobre e discutir uma temática ou finalidade em particular. Os quatro perfis apresentados e analisados para esta pesquisa são da categoria “Comunidade”. Sobre esta categoria, a rede social Facebook exprime o seguinte:

Uma Página de comunidade é uma página sobre uma organização, celebridade ou tópico que não representa oficialmente. Ela tem um rótulo abaixo do nome que a identifica como uma Página de comunidade e vincula à Página oficial sobre o assunto (FACEBOOK, [20--]).

De modo geral, as Comunidades são grupos que se articulam por temáticas, propõem a abordagem de temas específicos e buscam agregar pessoas que possuem interesses comuns. A proposta é permitir maior proximidade entre as pessoas, permitindo compartilhamentos de informações e trocas de experiências. No caso específico dos perfis desta pesquisa, a temática é voltada para as discussões em torno do papel social, político, educacional, social e econômico das mulheres.

Em cada comunidade, existe a figura de um administrador – no caso das páginas em análise, administradoras. Cabe a elas a função de gerenciar os conteúdos a serem publicados, pautar as publicações e publicar os *posts*, tendo com isso o papel principal de moderação das discussões.

No caso das Comunidades, a visualização dos membros da equipe que gerenciam a página pode ser pública ou privada. No caso das Comunidades Feministas de Imperatriz – Fórum de Mulheres, Bate Papo Feminista Acre, AFIM – Articulação Feminista de Imperatriz e Feminismo Manaus, cada uma possui duas administradoras.

Essa dinâmica que envolve as categorias nos permite inferir sobre questões de cunho político de atuação quanto às construções comunicativas, pois há inegavelmente, restrições e controle quanto ao que é publicado e ao que é fruto de reações do público, por motivos que não sabemos efetivamente, já que não conseguimos as falas das administradoras.

5.5 As análises dos perfis feministas

Como já apresentado anteriormente, as Comunidades feministas ou de mulheres no *Facebook* aqui expostas produziram um volume de 73 posts dentro do recorte temporal desta pesquisa. O material foi separado por períodos, analisando as postagens de todos os perfis em

cada período. Bardin (2011, p. 37) chamou de descrição analítica “um tratamento da informação contidas nas mensagens”.

Tendo em vista promover uma análise mais equilibrada das postagens – já que abordam temáticas voltadas para educação, empoderamento, eventos, etc., como já dito –, optamos por fazer outra delimitação, analisando 10 publicações de cada perfil, perfazendo um total de 33 *posts*. Reiterando que a Comunidade AFIM – Articulação Feminista de Imperatriz possui apenas três publicações nos dois períodos analíticos; logo, serão analisados somente esses.

5.5.1 1º Período de Análise: 22/11 a 12/12/2015. Aceite da denúncia contra presidenta

Dois de dezembro de 2015 é a data em que o então Presidente da Câmara dos Deputados, Eduardo Cunha, aceita a denúncia de crime de “pedaladas fiscais” contra Dilma Rousseff. A elaboração formal desta denúncia foi fruto de investigação sobre as ações de política econômica do governo de Dilma, encomendada aos juristas Janaína Pascoal, Hélio Bicudo e Miguel Reale Júnior pelo PSDB, partido derrotado nas eleições de 2014. Esses juristas consolidaram, sob fortes questionamentos públicos de especialistas, os indícios jurídicos que justificaram a legalidade do processo ritualístico do impeachment. (LUZ; BARON, 2017).

Apenas as Comunidades Feministas de Imperatriz – Fórum de Mulheres e Bate-Papo Feminista Acre foram analisados nesse período, já que ambas foram criadas em períodos anteriores a este recorte temporal; a primeira, em 25/07/2012, e a segunda, em 14/05/2015. No total foram seis publicações analisadas, duas da Comunidade de Imperatriz e quatro da Comunidade de Rio Branco. Apresentamos abaixo, no Quadro 3, as informações dos referidos *posts*.

Quadro 3 - Demonstrativo dos posts analisados

Perfil	Data de Publicação	Resumo do Teor
Bate Papo Feminista Acre	23/11/2015	Tema da redação do Enem 2015, sobre Mulheres
Feministas de Imperatriz – Fórum de Mulheres	02/12/2015	<i>Post</i> da página “Memória Feminista”, um trecho do livro “The First Sex”, de Elisabeth Gould Davis
Bate Papo Feminista Acre	04/12/2015	Sobre aborto entre mulheres ricas e pobres. Foi uma repostagem da página “Empodere duas Mulheres”
Bate Papo Feminista Acre	05/12/2015	Uma das administradoras da Comunidade relatou sobre sua reclamação que fora excluída do perfil do boteco Oficina 423, em Rio Branco

Bate Papo Feminista Acre	06/12/2015	Criação da hashtag Boicote ao Oficina 423, #Oficina423NãoMeRepresenta; #MachistasNãoPassarão
Feministas de Imperatriz – Fórum de Mulheres	11/12/2015	Pesquisa sobre a diferença da prisão provisória entre homens e mulheres. Repostagem do Cladem Brasil (Comitê Latino Americano e do Caribe Para a Defesa dos Direitos das Mulheres). Pesquisa feita pelo ITTC – Instituto Terra, Trabalho e Cidadania.

Fonte: Elaborado pela pesquisadora

O início deste processo, a partir de 02/12/2015, coloca Dilma Rousseff na linha de frente diante do Congresso Nacional, em um embate intenso para provar sua inocência. Neste momento, a internet ganha pujança e grupos se formam para mobilizações de frentes a favor e contrárias à presidenta, mostrando “a força da internet e das redes sociais na formação e pulverização de opiniões políticas” (LUZ; BARON, 2017, p. 5).

Em razão disso, pode-se inferir que tal denúncia tem um simbolismo forte, pois este primeiro passo, da denúncia contra a presidenta, estava sendo visto por muitos especialistas como uma continuação do pleito majoritário de 2014. Como afirmou Rodrigo Almeida (2016, p. 13), tratou-se “um processo conduzido por seu algoz, o deputado Eduardo Cunha (PMDB) em conluio com o próprio vice-presidente Michel Temer (PMDB), e o candidato derrotado nas urnas de 2014, Aécio Neves (PSDB)”.

Era a primeira vez que uma autoridade máxima do país seria julgada pelas chamadas “pedaladas fiscais”, crime que outros presidentes, como Fernando Henrique Cardoso (PSDB) e Luiz Inácio Lula da Silva (PT) já haviam cometido, mas pelos quais não foram levados à corte máxima (ALMEIDA, 2016).

Num cenário como esse, seria muito propício uma ampla discussão sobre a relação gênero-impeachment pelos canais de comunicação, especialmente os alternativos e, com mais ênfase ainda, os que teriam afinidade com o tema, como é o caso dos canais feministas e de grupos de mulheres. Na internet, a expectativa de um debate amplo se tornou recorrente, por ela ser considerada uma potencial ferramenta de multiplicidade de receptores e da criação de um novo espaço público, conectando o mundo online ao off-line (CASTELLS, 2013).

Ao analisar o período de 22/11 a 12/12/2015 nas Comunidades Feministas de Imperatriz – Fórum de Mulheres e Bate Papo Feminista Acre, percebemos um volume de publicações que discorreram sobre assuntos importantes para as mulheres, tais como: gênero como tema de redação do Exame nacional do Ensino Médio (Enem), aborto entre mulheres de diferentes

classes sociais, a importância de ser feminista num mundo de homens, posicionamento político diante de exposição do corpo feminino, dentre outros temas inegavelmente relevantes para provocar reflexões, debates e ações de cidadania para e entre as mulheres, no sentido de avançar o movimento. Não houve, no entanto, nenhuma menção ao fato de que nesse período se iniciava um importante processo político e jurídico, além de midiático, sobre uma mulher que estava no início do seu segundo mandato como Presidenta da República.

Nesta perspectiva chama a atenção o fato de que, dez dias antes de o Dep. Eduardo Cunha aceitar a denúncia contra Dilma Rousseff, no dia 23/11/2015, o Bate-Papo Feminista Acre fez uma publicação sobre um evento que discutiu a importância do tema do Enem naquele ano, denominada “A persistência da violência contra a mulher na sociedade brasileira”. Com esse *post*, a Comunidade reforçou sua inserção na campanha “16 Dias de Ativismo Pelo Fim da Violência Contra Mulheres”, promovida pela Secretaria da Mulher da Câmara dos Deputados, juntamente com a Comissão de Defesa do Direito da Mulher da Câmara dos Deputados, a Comissão Permanente Mista de Combate à Violência Contra a Mulher, Frente Parlamentar Mista de Defesa dos Direitos Humanos das Mulheres e a Procuradoria Especial da Mulher do Senado.

No exato dia da aceitação da denúncia contra a presidenta, 02/12/2015, a única publicação foi da Comunidade Feministas de Imperatriz – Fórum de Mulheres, em um *post* que trazia um trecho do livro *The First Sex*, de Elizabeth Gould Davis, compartilhado a partir da Comunidade “Memória Feminista” (133 mil seguidores), cuja mensagem discorre sobre a insegurança dos homens quanto ao sucesso das mulheres. Uma clara intenção de provocar reflexão sobre o que os homens desejam das mulheres e de como esse desejo reforça os estereótipos dos papéis sociais pré-determinados a elas, pontuando que romper com essas barreiras da desigualdade é um dos maiores desafios nas lutas por uma efetiva cidadania das mulheres.

No dia 04/12/2015, a ausência da temática Dilma Rousseff e *impeachment* permanece. O perfil Bate-Papo Feminista Acre fez uma repostagem da Comunidade do *Facebook* “Empodere Duas Mulheres” (mais de 1 milhão seguidores). O conteúdo tratou da diferença entre mulheres ricas e pobres quanto ao aborto, trazendo um infográfico comparativo com a situação das mulheres norte-americanas, que podem contar com o procedimento legalizado desde 1973.

A Comunidade Bate-Papo Feminista Acre publicou também, nos dias 05 e 06/12/2015, conteúdo de uma de suas administradoras, que relatou sobre uma reclamação excluída da

fanpage da boate Oficina 423, também no *Facebook*, que ela própria havia feito. A atitude da boate, apagando a reclamação feita, provocou uma campanha contra o estabelecimento. A referida administradora propôs três *hashtags*, uma com a mensagem #BoicoteAoOficina423, outra dizendo #Oficina423NãoMeRepresenta e a última, #MachistasNãoPassarão. Como se pode observar, ocorre mais uma vez a ausência sobre o processo de impedimento que se iniciou dias antes e que culminaria no afastamento da presidenta meses depois.

A última postagem do período é da Comunidade Feministas de Imperatriz – Fórum de Mulheres, no dia 11/12/2015. Trata-se do compartilhamento de um *post* do Cladem Brasil (Comitê Latino Americano e do Caribe Para a Defesa dos Direitos das Mulheres) sobre uma pesquisa feita pelo Instituto Terra, Trabalho e Cidadania (ITTC), que abordou as diferenças das prisões temporárias entre homens e mulheres. A Comunidade Feministas de Imperatriz – Fórum de Mulheres não inferiu nenhum comentário na publicação, apenas a publicou de maneira que permitiu o entendimento de que pactua com o conteúdo produzido pelo Cladem e com a pesquisa do ITTC.

Dentro desse espectro de publicações, percebe-se uma nítida necessidade de compartilhar informações, pesquisas, experiências de vida cotidiana ou mesmo mensagens de estímulo às mulheres, em uma busca pela construção de uma nova realidade de fortalecimento de cidadania, em que elas não sejam mais julgadas pelo simples fato de ser mulheres, na qual não precisem ter suas competências questionadas somente por ser do sexo feminino, como se isso significasse por si só inferioridade. Apesar disso, reverbera ainda aquilo que afirma Beauvoir (1970, p. 85): “o que elas reivindicam hoje é serem reconhecidas como existentes ao mesmo título que os homens e não de sujeitar a existência à vida, o homem à sua animalidade”.

Os *posts* veiculados nesse período pelas Comunidades permitem a reflexão sobre a teoria da inteligência afetiva em comunicação política, abordado por Manuel Castells (2013), quando o autor discorre sobre os sentimentos que desencadeiam ações coletivas e/ou individuais em grupos ativistas. O autor diz que a aversão, a surpresa, a tristeza, a felicidade, a raiva e o medo são emoções fundamentais. Sendo também o medo “superado pelo compartilhamento e pela identificação com outros num processo de ação comunicativa” (CASTELLS, 2013, p. 162).

No tocante ao caso específico do impeachment de Dilma Rousseff, nota-se nesta análise que não houve qualquer emoção, das que Castells (2013) aponta como fundamentais, no conteúdo divulgado. O que pode levar ao entendimento de que provavelmente o medo ainda não fora superado, logo não há uma identificação pública com o caso específico de Dilma.

Em todas as publicações, percebe-se que existe o sentimento de promover a mudanças no cenário atual, que ainda coloca a mulher em um lugar de inferioridade ao do homem. Uma busca por reverter a realidade das mulheres e enfim colocá-las num lugar de protagonismo de suas vidas – uma luta constante contra os que ainda resistem em aceitar que efetivamente não há motivos para distinção entre os gêneros. Simone de Beauvoir (1970, p. 116) pontuou caminhos pelos quais ainda se justifica tal resistência, afirmando que “como não limitam mais seus direitos como filha, esposa, irmã, é como sexo que lhe recusam a igualdade com o homem, pretextando, para dominá-la, ‘a imbecilidade, a fragilidade do sexo’”.

Nota-se que há uma grande dose de entusiasmo em todas as discussões propostas nesse período – aliás, em todos os períodos como veremos mais adiante. Sentimento esse que nos leva a outra afirmação de Manuel Castells (2013, p. 162): “indivíduos entusiasmados, conectados em rede, tendo superado o medo, transformam-se num ator coletivo consciente”.

Contudo, não há como olhar sem estranheza a ausência total do tema “Dilma Rousseff” nos dois perfis analisados. Como já relatemos, nenhuma menção foi feita ao caso inédito na história do Brasil. Na época, havia muita especulação sobre a habilidade da presidenta no trato com o Congresso Nacional; nada de novo quando uma mulher ascende a algum cargo de comando em qualquer instituição. Rodrigo Almeida (2016) relata alguns percalços causados pela “intempestividade” da presidenta, considerada algumas vezes até mesmo “arredia”, mas é categórico em afirmar que “num mundo político habitualmente enlameado, Dilma não mostrava nódoa alguma. Mesmo os inimigos mais duros concediam-lhe o mérito da honradez” (ALMEIDA, 2016, p. 14)

Manuel Castells (2013, p. 23), falando novamente dos sentimentos que unem indivíduos em torno de movimentos sociais e sobre o processo de comunicação que une essas pessoas às suas experiências individuais, infere que “a empatia no processo de comunicação é determinada por experiências semelhantes às que motivaram o processo inicial”. Diante dessa afirmação, é possível pensar que as ativistas, administradoras dessas duas Comunidades do *Facebook* não compreenderam a relação gênero-impeachment como algo próximo de suas realidades, enquanto mulheres. Por este motivo, não pautaram a discussão em seu perfil de rede social.

Esse afastamento pode ser fruto do que Flávia Biroli e Luiz Miguel (2014, p. 12) afirmaram sobre a eleição de Dilma Rousseff: “a eleição à Presidência da República em 2010 tem efeito simbólico, ainda que não exista, por ora, qualquer avanço específico na agenda feminista que tenha derivado dela”.

Assim, a internet precisa ser compreendida a partir de um espectro mais amplo, tanto como instrumento quanto essencial na participação política on-line. De acordo com Wilson Gomes (2011):

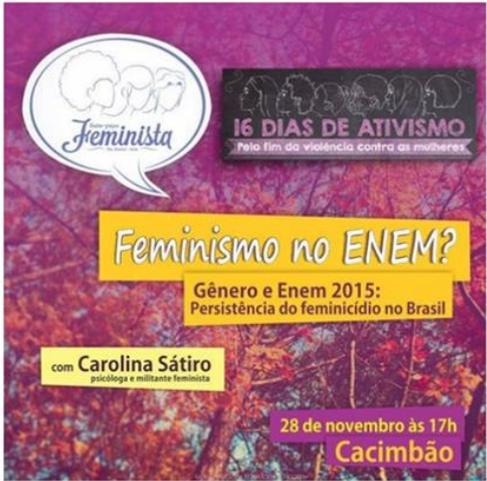
De fato, podemos distinguir, no que respeita à participação política via internet, um espectro consideravelmente amplo, em que os dois pólos são representados; de um lado, pela participação política em que a internet (isto é, as ferramentas, as linguagens, os produtos e os aparelhos e as máquinas de conexão digital) é instrumental, e, de outro, pela participação civil em que a internet é essencial (GOMES, 2011, p. 20).

A carência de representatividade e de participação efetiva no sistema político é, com certeza, uma das questões que chamam a atenção nesse cenário de silêncio quanto ao fato de Dilma Rousseff ter sofrido impeachment. “O sentido dessa discrepância entre influência política e presença na sociedade – as mulheres são, afinal, pouco mais de 50% da população – é um tema prioritário para a teoria política feminista”. (BIROLI; MIGUEL, 2014, p. 13). Eis o material coletado e que fez parte da análise (Figuras 12 e 13).

Figura 13 - Posts analisados no período de 22/11 a 12/12/2015

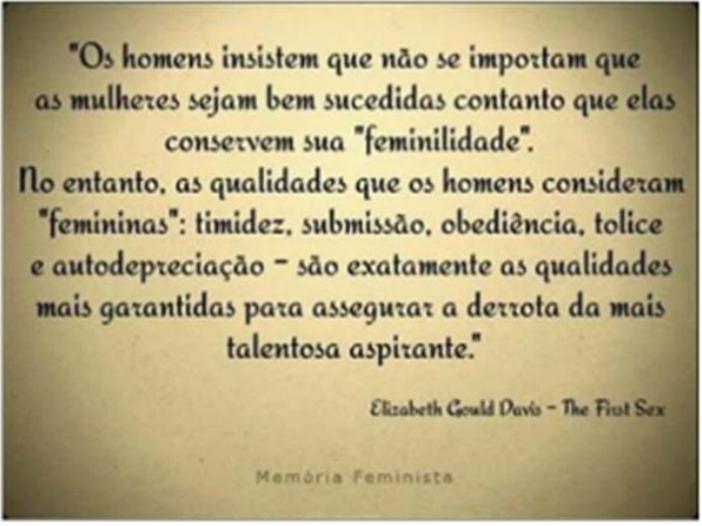
Bate Papo Feminista - Acre
23 de novembro de 2015

Mas, Feminismo no Enem? - Sim! O Bate Papo Feminista entra na agenda da campanha "16 dias de Ativismo: pelo fim da violência contra as mulheres" e traz o tema "Gênero e Enem 2015: Persistência do feminicídio no Brasil". Nosso encontro está marcado para o dia 28 de novembro, às 17h, no Cacimão da Capoeira (próximo ao estádio José de Melo).



Curtir Comentar Compartilhar

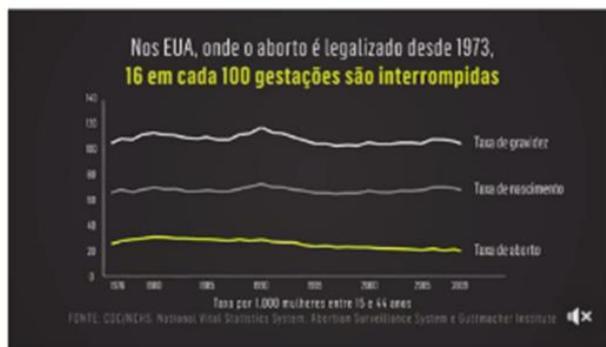
Feministas de Imperatriz - Fórum de Mulheres adicionou uma nova foto
2 de dezembro de 2015



Curtir Comentar Compartilhar

Bate Papo Feminista - Acre compartilhou o vídeo de **Empodere Duas Mulheres.**
4 de dezembro de 2015

As ricas abortam, as pobres morrem. Acabar com a pandemia silenciosa de abortos clandestinos é uma questão urgente de direitos humanos e de saúde pública.



1.612.478 visualizações

Empodere Duas Mulheres
4 de dezembro de 2015

As ricas abortam, as pobres morrem. Acabar com a pandemia silenciosa de abortos clandestinos é uma questão urgente de direitos humanos e de saúde pública.

Curtir Página

Bate Papo Feminista - Acre compartilhou a publicação de **Ana Luiza**
5 de dezembro de 2015



Ana Luiza adicionou 7 novas fotos — com Aquesia Maciel e outras 22 pessoas.
5 de dezembro de 2015

Um boteco da cidade resolveu q mulher em poses sensuais é a melhor maneira de chamar atenção...

Fiz uma reclamação no post, até pq não era a primeira vez, e foram tantas grosserias como resposta q o pessoal do lá resolveu excluir a publicação, mas tenho os prints 😊

O espaço é bem legal, as coisas são num preço bacana. Mas nunca na vida fui tão desrespeitada por um estabelecimento. Isso qd foi mo Facebook, imagina o q teríamos escutado se fosse pessoalmente???

A todos q falei sobre a Oficina423: um lugar q não aceita crítica dos clientes não

Fonte: BATE-PAPO FEMINISTA ACRE, [20--]; FEMINISTAS DE IMPERATRIZ – FÓRUM DE MULHERES, [20--].

Figura 14 - Posts analisados no período de 22/11 a 12/12/2015



Fonte: BATE-PAPO FEMINISTA ACRE, [20--]; FEMINISTAS DE IMPERATRIZ – FÓRUM DE MULHERES, [20--].

5.5.2 2º Período de Análise: 10 a 30/04/2016. Votação da admissibilidade do pedido de impeachment de presidenta na Câmara dos Deputados em 17/04/2016

No dia 17 de abril de 2016, aconteceu o que pode ser considerado como maior espetáculo midiático da política brasileira no que tange ao processo do impeachment de Dilma – por diversas plataformas de comunicação, canais televisivos, rádios, internet, entre outros veículos. A Rede Globo “interrompeu a programação habitual para transmitir, ao vivo, a decisão de cada parlamentar. A emissora chegou a ser o veículo mais assistido por alguns minutos daquele dia [...]” (LUZ; BARON, 2017, p. 15).

Jessé Souza (2016, p. 93), analisando a construção dos discursos midiáticos do que chamou de “golpe legal” a partir das jornadas de 2013, afirmou que “a estratégia foi buscada no dia a dia, em teste empírico e tentativa e erro – método, aliás, que seria desenvolvido em todas as outras estratégias que redundariam, finalmente, no golpe de abril de 2016”.

Nas redes sociais digitais, especificamente *Facebook*, também aconteceu uma grande exposição de posicionamentos políticos, a favor e contra a presidenta. Constantemente perfis atualizavam seus *status* com fotos e registros da Esplanada dos Ministérios, onde foram instalados telões com imagens internas do Congresso Nacional para que os presentes acompanhassem as manifestações (muitas vezes circenses) de cada deputado e deputada.

Figura 15 - Registro do dia 17/04/2016 na Esplanada dos Ministérios

Fonte: Luciana Gouvêa Hage de Castro, acervo pessoal.

Mesmo com tantas exposições nas mídias convencionais e digitais sobre tal votação dos parlamentares, percebemos que nos perfis analisados no período nada foi mencionado em relação ao assunto. Foram contemplados nesse recorte temporal, as Comunidades Feministas de Imperatriz – Fórum de Mulheres, Bate-Papo Feminista Acre e AFIM – Articulação Feminista de Imperatriz, este último é o elemento novo nesta análise e tem data de criação em 22/03/2016.

O Quadro 4 contém o resumo das publicações, com suas respectivas datas para cada um dos perfis.

Quadro 4 - Demonstrativo dos Posts Analisados no 2º Período

Perfil	Data de Publicação	Resumo da Publicação
Feministas de Imperatriz – Fórum de Mulheres	12/04/2016	Nota de repúdio a um apresentador de um programa de televisão em Imperatriz, “Sr. Timóteo”.
AFIM – Articulação Feminista de Imperatriz	15/04/2016	Carta aberta dos movimentos sociais para o prefeito e para o povo de Imperatriz sobre Plano Municipal de Educação - PME
AFIM – Articulação Feminista de Imperatriz	15/04/2016	Recomendação do MP-MA para que vete os projetos de lei que suprime aos termos do PME
Feministas de Imperatriz – Fórum de Mulheres	15/04/2015	Ao prefeito e ao povo de Imperatriz sobre o PME
Feministas de Imperatriz – Fórum de Mulheres	20/04/2016	Prostituição de luxo no Congresso Nacional

Feministas de Imperatriz – Fórum de Mulheres	23/04/2016	16 filmes para debater os direitos das mulheres
AFIM – Articulação Feminista de Imperatriz	24/04/2016	Oficina de formação para jovens feministas
Bate-Papo Feminista Acre	30/04/2016	Roda de Conversa “Espaço De e Para Mulheres”

Fonte: Elaborado pela pesquisadora

Reforça-se aqui que os temas abordados nas referidas Comunidades são de grande importância no processo de luta das mulheres, de sua cidadania, ao longo da história dos movimentos feministas e de articulação de mulheres. Reforçam a necessidade cotidiana de valorização da presença da mulher na sociedade, seja como ativista, seja como representante no sistema político formal. Tais postagens nos fazem refletir, inclusive, constantemente sobre a asserção de Simone de Beauvoir (1970, p. 14) “e ainda hoje, embora sua condição esteja evoluindo, a mulher arca com um pesado *handicap*¹¹”. Isso para que não esqueçamos que a luta pela igualdade de direitos e respeito pelas diferenças é bandeira sempre ateadada.

Contudo, assim como ocorreu no primeiro período da análise da pesquisa, percebeu-se uma total ausência de conteúdo que tratasse da temática referente à votação emblemática ocorrida na Câmara dos Deputados Federais, no dia 17 de abril de 2016. É como se as Comunidades não tivessem tomado conhecimento do fato que tomou conta das mídias, on-line e off-line, no mundo inteiro.

A publicação feita por Feministas de Imperatriz – Fórum de Mulheres, em 12/04/2016, traz uma nota de repúdio a um apresentador de televisão, chamado na nota apenas de Sr. Timóteo, o que mostra que essa Comunidade se mantém atenta às manifestações de discriminação, intolerância e de violência contra elas. O texto completo encontra-se no Anexo A.

As três publicações do dia 15/04/2016, sendo duas de AFIM – Articulação Feminista de Imperatriz e uma de Feministas de Imperatriz – Fórum de Mulheres, são referentes à insatisfação dessas Comunidades diante da aprovação de supressão de termos no Projeto de Lei 03/2016 que propôs a alteração do Plano Municipal de Educação (PME); sendo os termos suprimidos: para as relações de gênero, identidade de gênero e diversidade sexual, LGBTTT, não sexista, não homofóbica; não lesbofóbica; não transfóbica e não heterofóbica,.

A comunidade Feministas de Imperatriz – Fórum de Mulheres compartilhou, no dia 20/04/2016, a matéria “Um Mergulho na Prostituição de Luxo do Congresso” a partir do *site* Brasil247, que tornou público uma grande rede de negócios que financiava garotas de programa

¹¹ Termo inglês que pode significar “vantagem” ou “desvantagem”. Na referida frase trata-se de desvantagem.

que prestavam serviços aos funcionários do Congresso Nacional, incluindo deputados e senadores (BRASIL 247, 2011).

No dia 23/04/2016, a mesma Comunidade repostou uma matéria do site Educação Integral, que fora publicada em 28/11/2014, a qual apresentou 16 indicações de filmes que foram considerados relevantes para a discussão dos direitos da mulher. São eles: *Histórias Cruzadas; O Renascimento do Parto; Persépolis; Terra Fria; Revolução em Dagenham; Como se Fosse da Família; Que Bom Poder te Ver Viva; O Silêncio dos Inocentes; Flor do Deserto; A Informante; Virou o Jogo; O Sorriso de Mina Lisa; Preciosa; O Aborto dos Outros; Acusado; e Sussurro do Coração* (SADA, 2014).

No dia 24/04/2016, o perfil da AFIM – Articulação Feminista de Imperatriz publicou um chamamento para a participação de uma Oficina de Formação para Jovens Feministas, com um reforço afirmativo no complemento da mensagem, dizendo “feminismo: expressão do protagonismo político das mulheres”.

O perfil Bate-Papo Feminista Acre publicou, em 30/04/2016, um chamamento a um evento denominado “Roda de Conversa: Espaço De e Para Mulheres”, a ocorrer periodicamente toda última quarta-feira de cada mês.

Percebe-se, novamente, diante disso que há uma preocupação dessas Comunidades em proporcionar espaços de debates e de formação de consciência política das mulheres de suas cidades. Elas expõem suas opiniões políticas, convocam suas sociedades a manifestarem seus posicionamentos e estão associadas a eventos que fomentam tais debates. Ao mesmo tempo, contudo, mantiveram-se ausentes do debate macro que ocorrera no momento em que os Deputados Federais dos seus estados estavam a manifestar seus votos, a favor e contra, o impeachment de Dilma Rousseff.

Inclusive no dia exato da votação, não há nenhuma publicação que faça menção ao evento ocorrido em Brasília, no dia 17/04/2016. As duas Comunidades maranhenses, de Imperatriz, permaneceram silenciadas, enquanto os deputados Maranhenses Alberto Filho (PMDB), André Fufuca (PP), Cleber Verde (PRB), Eliziane Gama (PPS), Hildo Rocha (PMDB), José Reinaldo (PSB), João Castelo (PSDB), Juscelino Filho (DEM), Sarney Filho (PV) e Victor Mendes (PSD) votavam a favor do impeachment; e os deputados Aluísio Mendes (PTN), João Marcelo Sousa (PMDB), Júnior Marreca (PEN), Pedro Fernandes (PTB), Rubens Júnior (PC do B), Waldir Maranhão (PP), Weverton Rocha (PDT) e Zé Carlos (PT) se manifestaram contra.

Nada diferente em relação à Comunidade do Acre, que também ficou em silêncio, enquanto os deputados Alan Rick (PRB), Flaviano Melo (PMDB), Jéssica Sales (PMDB) e Major Rocha

(PSDB) votaram em favor do impeachment; e Angelim (PT) César Messias (PSB) Léo de Brito (PT) e Sibá Machado (PT) votavam contra.

Ainda com todas as possibilidades que a utilização da internet pode proporcionar, diante dos veículos de comunicação de massa tradicionais, é perceptível nos casos aqui expostos, que ainda há alguma resistência em discutir assuntos políticos de maior impactos, como foi a votação da admissibilidade do impedimento de Dilma, uma mulher que estava ocupando o cargo de presidenta e que estaria sendo julgada por uma casa majoritariamente composta por homens.

Considerando a possibilidade de que as administradoras não tenham tido a compreensão de que Dilma estar sendo julgada por um congresso masculino como assunto relevante, ainda assim caberia uma publicação abordando o tema como um evento importante para a história do Brasil e das mulheres do país, pois se tratava da primeira mulher presidenta. Aprovando ou reprovando a linha política adotada pela presidenta, um posicionamento naquele momento apagaria o notório silêncio.

É possível que a baixa representatividade de mulheres no sistema formal da política brasileira ainda seja um inibidor para algumas questões, fazendo com que as mulheres que se colocam nessa condição da vida pública se tornem um Outro, um estranho, inclusive para outras mulheres. Simone de Beauvoir (1970, p. 10) já dissera: “o homem é o Sujeito, o Absoluto; ela é o Outro”, sendo que “ela é o Outro dentro de uma totalidade cujos dois termos são necessários um ao outro”.

Negar-se à discutir sobre o sexismo e a misoginia no processo de impeachment de Dilma Rousseff reforça um silenciamento histórico quanto à competência da mulher atuar na política. Essa questão vai para além de ser ou não simpatizante da maneira de governar da presidenta. Também está longe de corroborar com uma ideia apaixonada de que Dilma sofreu o impeachment tão somente por ser mulher. Sobre isso Flávia Biroli (2016) inferiu

Não acredito que Dilma Rousseff foi derrubada do poder por ser uma mulher, mas acredito que é fundamental o fato de que ela é uma mulher – a primeira mulher a ser eleita presidenta da República – que foi deposta da maneira como tudo ocorreu. Digo com isso o seguinte: o sexismo e a misoginia foram o que levou ao golpe? Não. Mas o sexismo e a misoginia estiveram presentes no golpe? Sim, sem dúvida. (BIROLI, 2016, p. 102)

Por esta ausência de publicações sobre gênero-impeachment é que se pode notar que nem mesmo mulheres ativistas perceberam os discursos por trás do discurso. As Figuras 15 e 16 trazem as postagens das comunidades que foram analisadas.

Figura 16 - Posts analisados no período de 10 a 30/04/2016

Feministas de Imperatriz - Fórum de Mulheres
12 de abril de 2016



NOTA DE REPÚDIO

Quando olhamos para a história política do Brasil percebemos que a mulher sempre foi excluída desse espaço, para impedi-las de ocuparem os espaços públicos do poder. Alguns dos argumentos contrários ao direito ao voto das mulheres no Brasil e no mundo, eram que "elas eram incapazes", de que "o voto das mulheres era um risco para as famílias brasileiras" ou que o direito ao voto traria "anarquia..."

[Ver mais](#)

AFIM - Articulação Feminista de Imperatriz
15 de abril de 2016

CARTA ABERTA DOS MOVIMENTOS SOCIAIS PARA O PREFEITO E PARA O POVO DE IMPERATRIZ SOBRE O PME

O Plano Municipal de Educação (PME) foi construído durante o ano de 2014, nas escolas do sistema municipal de ensino e nas universidades, envolvendo estudantes, educadores, mães e pais de estudantes e a sociedade civil através de representantes dos vários segmentos organizados. A discussão foi ampla e democrática e resultou de um longo processo de negociação e consenso.

Um ano depois vereadores e vereadoras da Câmara Municipal de Imperatriz atrelados ao conservadorismo e a grupos religiosos ligados ao Dep. Bolsonaro e Dep. Feliciano de forma vergonhosa atacaram direitos elementares que garantem a efetivação dos temas sociais do PME, modificando a redação do texto e suprimindo os termos que debatem o respeito acerca da igualdade de gênero, a identidade de gênero e diversidade.

Na meta 13 do PME que estrutura as ações de inclusão social a partir do respeito às desigualdades e aos direitos humanos, as estratégias para atingir esse objetivo efetivamente precisam considerar as desigualdades e diferença de gênero, a identidade de gênero e as diversas expressões da sexualidade humana.

O que isso significa na prática? Gestoras/es, educadoras/res ao se depararem com situações no cotidiano escolar de machismo, de homofobia, de sexismo, tomariam atitudes que desconstruiriam essas situações, por exemplo: Quando uma criança dissesse que "mulheres são burras", que "quem joga futebol é homem" ou "que meninos não podem ajudar nas tarefas domésticas", que houvesse discriminação ou preconceito por conta das formas de expressões, de vestimenta, ou algo do tipo de uma criança ou adolescente, por ser diferente dos demais, desse modo fossem alvo de atitudes de desrespeitos e humilhações, educadores/as e gestores/as deveriam orientar e informar que os seres humanos são diferentes e que devem ser respeitados, independentemente de seu jeito de ser e de suas preferências pessoais. Sem, contudo, ignorar ou fortalecer qualquer situação que discrimina, exclui e oprime.

AFIM - Articulação Feminista de Imperatriz
15 de abril de 2016

Recomendação do MP-MA ao prefeito Madeira para que veto o projeto de lei que suprime alguns termos do PME que erroneamente foi aprovado pela câmara de vereadores.

PA nº 03/2016-9ª PJE/0ª PJE

RECOMENDAÇÃO Nº 07/2016

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO, por meio dos Promotores de Justiça signatários, com atribuições na Defesa da Educação e da Mulher, titulares das 9ª e 8ª Promotorias Especializadas de Imperatriz, respectivamente, usando das atribuições que lhes conferem o artigo 129, I, II e III, da Constituição Federal e o art. 26, I, da Lei Orgânica Nacional do Ministério Público (Lei Federal nº 8.625/93), sem prejuízo das demais disposições legais pertinentes e,

CONSIDERANDO que o constituinte originário erigiu o princípio da dignidade da pessoa humana como fundamento do Estado Democrático de Direito, nos termos do art. 1º, inciso III da Constituição Cidadã de 1988;

CONSIDERANDO que a República Federativa do Brasil tem dentre os seus objetivos fundamentais promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação;

CONSIDERANDO que nas relações internacionais a República Federativa do Brasil rege-se-á, dentre outras questões, pela prevalência dos direitos humanos;

CONSIDERANDO que no capítulo dos direitos e garantias fundamentais é assegurado que todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no país, a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade;

CONSIDERANDO que pelos direitos e deveres individuais e coletivos ninguém será privado de direitos por motivos de crença religiosa ou de convicção filosófica ou política (...);

CONSIDERANDO que segundo a Constituição Federal a educação é direito social, constituído de um direito de todos à favor do Estado e da família

Feministas de Imperatriz - Fórum de Mulheres
15 de abril de 2016

AO PREFEITO E AO POVO DE IMPERATRIZ

O Plano Municipal de Educação (PME) foi construído durante o ano de 2014, nas escolas do sistema municipal de ensino e nas universidades, envolvendo estudantes, educadores, mães e pais de estudantes e a sociedade civil através de representantes dos vários segmentos organizados. A discussão foi ampla e democrática e resultou de um longo processo de negociação e consenso.

Um ano depois vereadores e vereadoras da Câmara Municipal de Imperatriz atrelados ao conservadorismo e a grupos religiosos ligados ao Dep. Bolsonaro e Dep. Feliciano de forma vergonhosa atacaram direitos elementares que garantem a efetivação dos temas sociais do PME, modificando a redação do texto e suprimindo os termos que debatem o respeito acerca da igualdade de gênero, a identidade de gênero e diversidade.

Na meta 13 do PME que estrutura as ações de inclusão social a partir do respeito às desigualdades e aos direitos humanos, as estratégias para atingir esse objetivo efetivamente precisam considerar as desigualdades e diferença de gênero, a identidade de gênero e as diversas expressões da sexualidade humana.

O que isso significa na prática? Gestoras/es, educadoras/res ao se depararem com situações no cotidiano escolar de machismo, de homofobia, de sexismo, tomariam atitudes que desconstruiriam essas situações, por exemplo: Quando uma criança dissesse que "mulheres são burras", que "quem joga futebol é homem" ou "que meninos não podem ajudar nas tarefas domésticas", que houvesse discriminação ou preconceito por conta das formas de expressões, de vestimenta, ou algo do tipo de uma criança ou adolescente, por ser diferente dos demais, desse modo fossem alvo de atitudes de desrespeitos e humilhações, educadores/as e gestores/as deveriam orientar e informar que os seres humanos são diferentes e que devem ser respeitados, independentemente de seu jeito de ser e de suas preferências pessoais. Sem, contudo, ignorar ou fortalecer qualquer situação que discrimina, exclui e oprime.

Essas intervenções que no cotidiano escolar fortalecem a autoestima de

Fonte: AFIM – ARTICULAÇÃO FEMINISTA DE IMPERATRIZ, [20--]; Fonte: FEMINISTAS DE IMPERATRIZ – FÓRUM DE MULHERES, [20--].

Figura 17 - Posts analisados no período de 10 a 30/04/2016

Feministas de Imperatriz - Fórum de Mulheres compartilhou um link.
20 de abril de 2016 · 🌐



Um mergulho na prostituição de luxo do Congresso
Reportagem da revista meiaum e do Brasília 247 revela os meandros do comércio sexual no coração do poder
BRASIL247.COM

Feministas de Imperatriz - Fórum de Mulheres compartilhou um link.
23 de abril de 2016 · 🌐



16 filmes para debater os direitos das mulheres
EDUCACAOINTEGRAL.ORG.BR

AFIM - Articulação Feminista de Imperatriz
24 de abril de 2016 · Imperatriz, Maranhão · 🌐

Atenção, mulheres!
Tem formação!

TEMA - FEMINISMO: EXPRESSÃO DO PROTAGONISMO POLÍTICO DAS MULHERES... Ver mais



CONVITE
II OFICINA DE FORMAÇÃO PARA JOVENS FEMINISTAS
FEMINISMO: Expressão do Protagonismo Político das Mulheres

Duração 40hs
10 sábados/das 14 as 18hs
Local: UFMA - Centro
Facilitadora: Conceição Amorim
Militante Pesquisadora / Especializanda em Gestão de Políticas de Gênero da Fapes

Promoção, organização e certificação:
C.A.L.C.H. - Articulação Feminista de Imperatriz - Maranhão

Apoiar:
ARTICULAÇÃO FÓRUM

👍 Curtir 💬 Comentar ➦ Compartilhar

Porto.
30 de abril de 2016 · 🌐

Vamos?



Roda de Conversa
Espaço de e para MULHERES
Mediadora: Madge Porto

Aberto à comunidade externa
Vale CERTIFICADO
Toda última Quarta do mês*
Das 16h às 18h
Sala 05, Bloco Wanderley Dantas - Ufac

Madge Porto atualizou a foto da capa dela
23 de abril de 2016 · 🌐

👍 Curtir 💬 Comentar ➦ Compartilha

Fonte: AFIM – ARTICULAÇÃO FEMINISTA DE IMPERATRIZ, [20--]; BATE-PAPO FEMINISTA ACRE, [20--]; Fonte: FEMINISTAS DE IMPERATRIZ – FÓRUM DE MULHERES, [20--].

5.5.3 3º Período de Análise: 21/08 a 10/09/2016. O afastamento definitivo de Dilma Rousseff pelo Senado Federal em 31/08/2016.

O dia 31/08/2016 foi o golpe final no governo de Dilma Rousseff. Foi o dia em que 61 senadores e senadoras da República decidiram pelo afastamento definitivo da então presidenta. Algumas horas depois, o então vice-presidente toma posse como presidente da República.

Dilma Rousseff, em seu discurso após o *verdicto* do Senado Federal, afirmou ter sofrido o segundo golpe de sua vida - o primeiro enquanto o país vivia em um regime militar de governo, o segundo na manhã do dia 31/08/2016. Disse ela

É o segundo golpe de Estado que enfrento na vida. O primeiro, o golpe militar, apoiado na truculência das armas, da repressão de da tortura, me atingiu quando eu era uma jovem militante. O segundo o golpe Parlamentar desfechado hoje, por meio de uma farsa jurídica, me derruba do cargo para o qual fui eleita pelo povo (EX-PRESIDENTE..., 2016, on-line).

Foi um dia de grande movimentação social, o país inteiro acompanhava aquele último episódio, na frente do Palácio do Planalto, de casa, pelos canais televisivos ou pela internet. Todas e todos aguardavam pela decisão final do processo de impeachment, ou golpe. Rodrigo de Almeida (2016) relata assim aquele dia: “o Brasil inteiro parou para ver a luta – ou para lutar com ou contra a presidente. Chegou ao clímax de uma paralisia asfíxiante que fez tudo parar à espera de um desfecho da longa e tenebrosa novela” (ALMEIDA, 2016, p. 215)

Mesmo a decisão tendo sido pelo afastamento da presidenta, ela não perdeu seus direitos políticos. Essa etapa fora votada em separado do impeachment. Não tendo alcançado 2/3 dos votos necessários para ficar inelegível, Dilma pode se candidatar para exercer qualquer cargo ou função pública (MORENO, 2017)

Este fato reforça a ideia, para os que foram contra a esse processo, de que a culpa a ela imputada não passava de um jogo político para tirá-la a qualquer custo do cargo que exercia. Rodrigo de Almeida (2016, p. 216) afirma, sobre isso, que “curiosamente a punição maior foi dada à presidente sobre quem não havia acusação formal concreta, muito menos suspeita de corrupção”.

Se sobre ela não foi confirmada nenhuma das suspeitas sobre corrupção, pode-se inferir que outros fatores fazem parte de toda a composição deste processo de impeachment, inclusive o fato de ser Dilma uma mulher.

Vale aqui retomar o que foi pontuado na introdução deste trabalho, quando foi mostrada a imagem divulgada por mídias impressas de uma presidenta desequilibrada emocionalmente, através de capas das revistas. Da mesma forma, quando da campanha dos adesivos para tanques

de combustíveis de veículos, promovida por um site na internet, onde ela aparecia em posição sexual de maneira vulgar. Claras demonstrações de que não se tratava de julgamento da competência administrativa ou não de Dilma.

Resgatar o pensamento de Simone de Beauvoir (1970) parece bem atual, quando afirma que homens e mulheres ainda ocupam lugares bem diferentes nas sociedades mundo afora, “em quase nenhum país, seu estatuto legal é idêntico ao do homem e muitas vezes este último a prejudica consideravelmente”. (BEAUVOIR, 1970, p. 14).

As discussões nos perfis analisados nesta pesquisa não refletem tais preocupações. Nenhum deles abordou a questão gênero-impeachment no sentido de apontar tal relação como um fator neste cenário. Aliás, nenhum deles sequer abordou o desfecho do impeachment.

No Quadro 5 é apresentado um demonstrativo das publicações do período:

Quadro 5 - Demonstrativo dos Posts Analisados no 2º Período

Perfil	Data de Publicação	Resumo da Publicação
Bate-Papo Feminista Acre	21/08/2016	CBF (Confederação Brasileira de Futebol) discute extinção da Seleção Feminina de Futebol
Feminismo em Manaus	22/08/2016	Representação de um diálogo sobre a visão social sobre a maternidade e paternidade
Feminismo em Manaus	22/08/2016	Analogia sobre o estupro e jardinagem
Bate-Papo Feminista Acre	22/08/2016	Divulgação do minicurso “As Mulheres e Mídia: uma relação de violência”
Bate-Papo Feminista Acre	24/08/2016	Divulgação do curso a distância “Dialogando Sobre a Lei Maria da Penha”
Bate-Papo Feminista Acre	24/08/2016	Compartilhamento da #30DiasDeEmpatiaMaterna, da Página Uma Mãe Feminista
Feminismo em Manaus	24/08/2016	Tira de quadrinhos sobre mulheres e jogos eletrônicos
Feminismo em Manaus	24/08/2016	Publicação sobre os reforços sociais que mulheres ajudam a propagar sobre a responsabilidade paterna
Feministas de Imperatriz – Fórum de Mulheres	25/08/2016	Divulgação do evento “I Jornada Sobre Gênero da Região Tocantina: 10 anos da Lei Maria da Penha”
Feministas de Imperatriz – Fórum de Mulheres	25/08/2016	Trecho de um texto de Simone de Beauvoir sobre o amor da mulher
Feminismo em Manaus	25/08/2016	A paternidade indesejada e o a militância contra o aborto, provoca abandono por parte dos homens
Feminismo em Manaus	26/08/2016	Solidariedade entre mulheres

Feminismo em Manaus	26/08/2016	Jair Bolsonaro impede Jandira Feghali de atender o filho, Flávio Bolsonaro, no intervalo do debate entre candidatos à prefeitura do Rio de Janeiro
Bate-Papo Feminista Acre	27/08/2016	Atrizes ficam nuas em praça para discutir objetificação da mulher
Feminismo em Manaus	29/08/2016	Motivos para uma mulher precisar do feminismo
Feminismo em Manaus	31/08/2016	Realidade da maternidade, que a propaganda não mostra
Feministas de Imperatriz – Fórum de Mulheres	31/08/2016	Registro fotográfico de uma reunião de mulheres
Feministas de Imperatriz – Fórum de Mulheres	05/09/2016	Dia Internacional da Mulher Indígena
Bate-Papo Feminista Acre	07/09/2016	Divulgação da sessão de cinema, com o filme “Olmo e a Gaivota” seguida de um bate-papo
Feminismo em Manaus	10/09/2016	Escola Sem Machismo

Fonte: Elaborado pela pesquisadora

Nesse período, foi analisado um total de 20 publicações nas quatro Comunidades Feministas. Reforçando que Feminismo em Manaus, único perfil que foi analisado apenas no último intervalo de tempo delimitado pela pesquisa, produziu 42 publicações, das quais apenas 10 foram selecionadas para compor o *corpus*. É importante dizer, no entanto, que em todas as 42 postagens, não houve menção ao caso da presidenta.

Temas como mulheres em um ambiente dominado por atuações masculinas, aborto, maternidade, cursos e minucursos sobre violência contra mulheres, Lei Maria da Penha, empoderamento feminino, eventos, mensagens de valorização da mulher, machismo, protesto, arte e política voltada para elas, deram o tom, assim, como nos períodos analisados anteriormente, ao clima discursivo proposto pelas Comunidades Feministas que foram objetos desta pesquisa.

No dia 21/08/2016 a Comunidade Bate-Papo Feminista Acre publicou uma matéria de um site de assuntos esportivos (Globo Esporte) sobre a discussão promovida pela Confederação Brasileira de Futebol quanto à extinção da seleção permanente de futebol feminino. A postagem acompanhava o seguinte comentário: “sempre pode ficar pior do q tava”.

Duas publicações, no dia 22/08/2016, na Comunidade Feminismo em Manaus trouxeram importantes problemáticas na rotina de mulheres. Na primeira, uma representação de um diálogo entre duas mulheres, uma jovem grávida e a mãe do homem que a engravidou, mostrou a questão do tratamento diferente dado ao papel de mãe e do pai diante de uma gravidez não planejada. Na segunda postagem, o tema foi o estupro, o qual provocou uma importante

reflexão sobre a necessária percepção de que estupro não é referente a sexo, assim como o uso de uma pá como instrumento de agressão não significa jardinagem.

No mesmo dia 22/08/2016, a Comunidade Bate-Papo Feminista Acre divulgou a realização do minicurso “As Mulheres e Mídia: uma relação de violência”. Uma temática que remete diretamente à questão tratada neste trabalho. Curiosamente, a Comunidade não abordou nada referente ao impeachment de Dilma Rousseff.

No dia 24/08/2016, as Comunidades Bate-Papo Feminista Acre e Feminismo em Manaus publicaram, cada uma, duas postagens.

A Comunidade acreana compartilhou a campanha denominada “30 Dias de Empatia Materna”, promovida pela página “Uma Mãe Feminista”, cuja proposta objetivava a aproximação entre mulheres mães e não-mães através de ações de empatia. No caso específico da publicação aqui analisada, trata-se do dia 1 da campanha e a orientação era: “quando uma amiga ou conhecida que é mãe estiver com seu filho ou filha pequeno (a) no mesmo local que você, ofereça ajuda”.

A segunda publicação de Bate-Papo Feminista Acre, no dia 24/08/2016, tratou da divulgação do curso a distância “Dialogando Sobre a Lei Maria da Penha”, em uma explícita proposta de contribuir para a redução da cultura da violência contra as mulheres.

A Comunidade amazonense abordou duas temáticas no dia 24/08/2016. A primeira sobre a presença feminina no universo dos jogos eletrônicos, trazendo uma tira de quadrinhos com um diálogo entre um casal de jovens, na qual claramente o homem usa de termos pejorativos para desqualificar a mulher quando ao fato de ela também ser jogadora de *games*, dizendo a ela: “*Attwhore gamer poser*”, significado, em linguagem desses jogadores, como algo do tipo: puta/vadia que quer chamar atenção. A segunda postagem trouxe um alerta às mulheres quanto ao reforço de comportamentos equivocados sobre os pais no tratamento com os filhos, diante do qual a mulher acaba por assumir maiores responsabilidades por acreditar que os homens não têm a mesma competência que as mães para os cuidados os filhos – o que reforça o estigma de que somente as mães sabem cuidar de seus filhos, isentando os homens desse importante papel na educação familiar.

No dia 25/08/2016, a Comunidade Feministas de Imperatriz – Fórum de Mulheres fez duas publicações. A primeira referente aos 10 anos da implementação da Lei 11.340/06, mais conhecida como Lei Maria da Penha. A publicação se tratava da divulgação da “I Jornada Sobre Gênero da Região Tocantina: 10 anos da Lei Maria da Penha”.

Na segunda postagem, do dia 25/08/2016, essa Comunidade trouxe um trecho do livro *O Segundo Sexo*, volume II, de Simone de Beauvoir que diz “No dia em que fôr possível à mulher amar em sua força, não em sua fraqueza, não para fugir de si mesma mas para se encontrar, não para se demitir mas para se afirmar, nesse dia o amor tornar-se-á para ela, como para o homem, fonte de vida e não perigo mortal (1967, p. 437 e 438)”.

A Comunidade Feminismo em Manaus, também no dia 25/08/2016, traz um compartilhamento da página “Diários de uma Feminista”, na qual a imagem de um homem chorando reflete o lugar confortável de quem nunca passará pela escolha de ter um filho ou abortar. Este lugar permite que deliberadamente assuma um discurso simplista pró-vida, mas se exime da responsabilidade de ter gerado uma vida e abandona a companheira, que terá a dura tarefa de estar sozinha para decidir o que fazer, com a certeza de que o julgamento virá independente da decisão tomada.

Em 26/08/2016, a Feminismo em Manaus fez duas publicações. A primeira sobre a importância de que mulheres sejam solidárias diante de situações de perigo, a qual todas estão sujeitas no dia a dia. O *post* traz um relato de uma dessas situações e convida as mulheres a estarem juntas, dizendo: “vamos juntas?”. A segunda publicação fez referência ao caso muito repercutido nas mídias sobre o debate entre candidatos à prefeitura do Rio de Janeiro, durante o qual o candidato Flávio Bolsonaro teve um mal-estar no intervalo da programação e a candidata Jandira Feghali, que é médica, tentando socorrê-lo, foi impedida pelo pai do candidato, o deputado Jair Bolsonaro.

Ainda sobre esse episódio, o texto aborda a situação privilegiada da família e do próprio Flávio Bolsonaro, que ao contrário da população em geral, pode escolher por qual profissional quer ser atendido e tem certeza que será atendido. Diferentemente do que ocorre quando um usuário do SUS, que busca atendimento em alguma unidade de saúde, manifesta inclinação política favorável a Lula, Dilma ou PT.

Em 27/08/2016, a Bate-Papo Feminista Acre compartilhou a matéria “No AC, atrizes ficam nuas em praça para discutir objetificação da mulher”, produzida pelo site G1 Acre no dia anterior. A matéria tratou do protesto que atrizes do Grupo Teatral Orejanas organizaram em uma praça do centro de Rio Branco. As mulheres se vestiram com códigos de barras e ficaram expostas por 15 minutos, apresentando a performance “Corpos-Peças”.

Em uma clara demonstração do quanto o feminismo é importante e precisa ser discutido diariamente para que as mulheres não sejam julgadas, sobretudo, quando assediadas por homens em situação em que elas comumente são tratadas como produtos à disposição deles, a Comunidade

Feminismo em Manaus publicou, no dia 29/08/2016, um *post* com a *hashtag* #Precisodofeminismoporque, com a seguinte frase “Preciso do Feminismo porque quando um homem comprometido ‘dá em cima’ a culpa cai sobre mim”.

No fatídico dia 31/08/2016, dia em que Dilma Rousseff e a população brasileira tomaram conhecimento da decisão dos Senadores e Senadoras em afastar a presidenta, as Comunidades Frente Feministas de Imperatriz – Fórum de Mulheres e Feminismo em Manaus, mantiveram a postura silenciosa diante do fato que tomava conta de todos os canais de comunicação e da sociedade em diversos ambientes – a primeira mulher eleita presidenta da República do Brasil foi sumariamente retirada do poder sob a acusação, nunca comprovada, de corrupção.

O fato não mereceu nenhuma linha de abordagem nesse sentido e as Comunidades Feministas continuaram a produzir, compartilhar e discutir outros assuntos sobre o universo da mulher, como se o impeachment de Dilma Rousseff em nada contribuísse com ou reverberasse tais questões.

Feminismo em Manaus abordou, no dia 31/08/2016, a dura realidade da rotina das mães, a qual não é mostrada em campanhas publicitárias. A Feministas de Imperatriz – Fórum de Mulheres publicou uma foto sobre uma reunião de mulheres por elas promovida.

No intervalo de tempo entre 31/08 a 04/09/2016, nenhuma publicação foi feita pela Feministas de Imperatriz – Fórum de Mulheres. A retomada das postagens aconteceu no dia 05/09/2016, com uma menção honrosa ao Dia Internacional da Mulher Indígena, comemorado no mesmo dia.

Também na Comunidade Bate-Papo Feminista Acre há um hiato de publicações entre o dia 27/08 e 06/07/2017. Voltando a publicar no dia 07/09/2017, com a divulgação da sessão do filme “Olmo e a Gaivota”, que foi seguido por uma roda de conversa. O filme é da diretora brasileira Petra Costa e da dinamarquesa Lea Glob. A história conta

A travessia pelo labirinto da mente de uma mulher, conta a história de Olívia, atriz que se prepara para encenar A Gaivota, de Tchekov. Quando o espetáculo começa a tomar forma, Olívia e seu companheiro Serge, que se conheceram no Théâtre du Soleil, descobrem que ela está grávida (OLMO E A GAIVOTA, [20--]).

A última publicação analisada nesta pesquisa é também a última da Comunidade Feminismo em Manaus, que foi proposto no recorte temporal e é de 10/09/2016. Ao contrário das outras duas Comunidades, esta permaneceu produzindo, compartilhando e divulgando temáticas relacionadas às pautas da mulher, sobre os mais variados assuntos, entre os dias 31/09

a 09/09/2016. Machismo, valorização da mulher, sexualidade, orgasmos e violência contra mulher estão entre as abordagens do período.

A escolha por esta postagem se deu por entender a relevância da mesma a nível mundial e por considerar que a adesão da Comunidade Amazonense mostra a preocupação da Comunidade se associar a grandes debates sobre as mulheres. A campanha foi elaborada pela ONU Mulheres¹², que tem por objetivo, conforme descrito pela própria Organização

Para prevenir a violência decorrente do machismo nas escolas, a iniciativa O Valente não é Violento, integrada à campanha do Secretário-Geral da ONU “UNA-SE pelo Fim da Violência contra as Mulheres”, traz um Currículo de Gênero para conscientizar meninos e meninas sobre o direito das mulheres de viver uma vida livre de violência. As aulas abordam os seguintes temas: Sexo, gênero e poder; Violências e suas interfaces; Estereótipos de gênero e esportes; Estereótipos de gênero, raça/etnia e mídia; Estereótipos de gênero, carreiras e profissões: diferenças e desigualdades e Vulnerabilidades e Prevenção. O projeto foi financiado pelo União Europeia e revisado pela área de Projetos de Educação da UNESCO (ONU MULHERES, 2016).

Com tudo o que foi exposto até aqui, novamente reforço a imprescindível relevância de todas as abordagens feitas pelas quatro comunidades no decorrer dos períodos analisados na pesquisa aqui apresentada. Em sua totalidade, estão voltadas para as lutas cotidianas das mulheres no mundo inteiro e especialmente na Amazônia.

Contraditoriamente em relação a isso, todas expressaram nas postagens um inteiro apagamento do fato de que 2015 e 2016 foram anos de intensa discussão sobre gênero, sobretudo, porque o Brasil foi palco de um dos mais controversos processos políticos, que teve o desfecho com o impeachment de Dilma Rousseff. Seguem nas figuras 17, 18, 19, 20 e 21, as postagens analisadas nesse intervalo.

O fato de não haver nenhuma menção ao episódio, que foi norteador de nuances sexistas e misóginas, chama a atenção e remete a uma ausência de percepção por parte das Comunidades para com a temática, o que provoca, em um entendimento mais aprofundado, uma reflexão sobre como as mulheres são definidas publicamente quando estão na linha de frente da atuação pública da política formal.

¹² A ONU Mulheres foi criada, em 2010, para unir, fortalecer e ampliar os esforços mundiais em defesa dos direitos humanos das mulheres. Segue o legado de duas décadas do Fundo de Desenvolvimento das Nações Unidas para a Mulher (UNIFEM) em defesa dos direitos humanos das mulheres, especialmente pelo apoio a articulações e movimento de mulheres e feministas, entre elas mulheres negras, indígenas, jovens, trabalhadoras domésticas e trabalhadoras rurais. São seis áreas prioritárias de atuação (ONU MJULHERES, [20--]).

Figura 18 - Posts analisados no período de 21/09 a 10/10/2016

Bate Papo Feminista - Acre
21 de agosto de 2016 · 🌐

Sempre pode ficar pior do q tava.



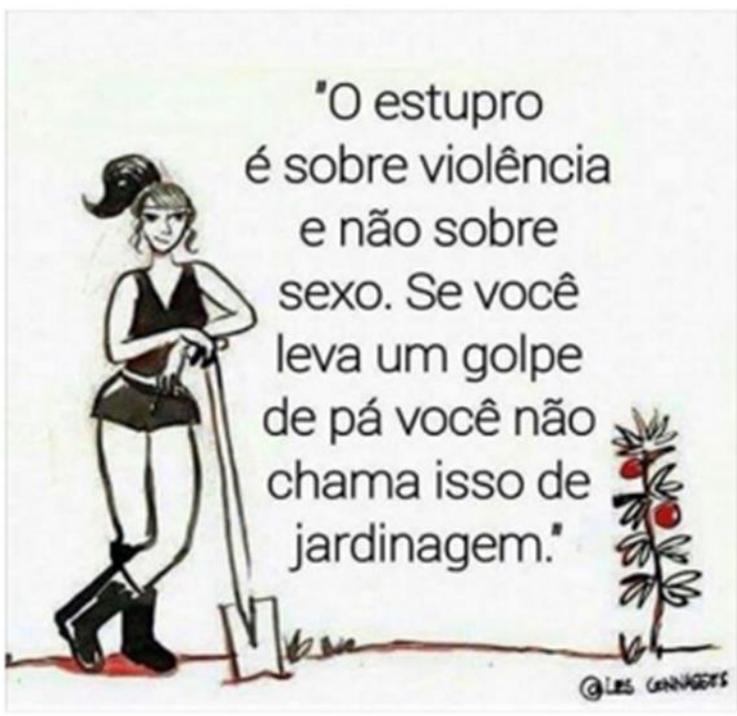
Cúpula da CBF discute extinção de seleção permanente de futebol feminino

GLOBOESPORTE.GLOBO.COM

👍 Curtir 💬 Comentar ➦ Compartilhar

Feminismo em Manaus
22 de agosto de 2016 · Manaus, Amazonas · 🌐

adicionou uma nova foto.

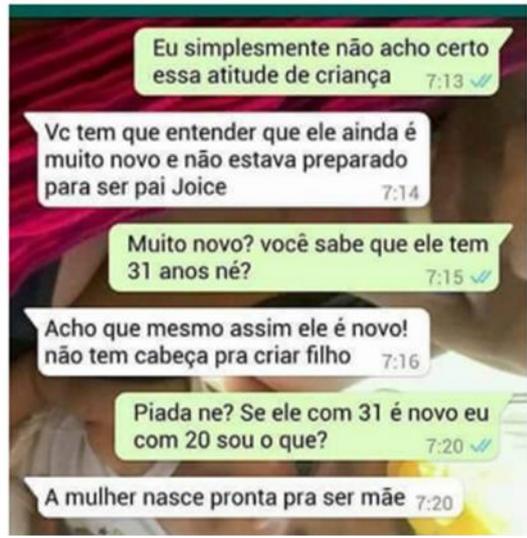


"O estupro é sobre violência e não sobre sexo. Se você leva um golpe de pá você não chama isso de jardinagem."

👍 Curtir 💬 Comentar ➦ Compartilhar

Feminismo em Manaus
22 de agosto de 2016 · 🌐

na nossa sociedade há a ideia de que a maternidade vem naturalmente para a mulher. Não permitem que a mulher decida não ter filhos, dizem que os filhos são mais filhos da mulher. Vamos parar de disseminar essas ideias erradas!



Eu simplesmente não acho certo essa atitude de criança 7:13 ✓

Vc tem que entender que ele ainda é muito novo e não estava preparado para ser pai Joice 7:14

Muito novo? você sabe que ele tem 31 anos né? 7:15 ✓

Acho que mesmo assim ele é novo! não tem cabeça pra criar filho 7:16

Piada ne? Se ele com 31 é novo eu com 20 sou o que? 7:20 ✓

A mulher nasce pronta pra ser mãe 7:20

Bate Papo Feminista - Acre compartilhou a foto de Seacom 2016.
22 de agosto de 2016 · 🌐

Vai ter minicurso sobre "As mulheres e mídia: uma relação de violência" com nossa querida Fabiana Nogueira. Correeeee que as vagas são limitadas!

As inscrições para minicursos já estão disponíveis. Acesse nosso site, conheça os minicursos ofertados e se matricule!

No link: <http://www.seacomufac.com.br/inscri%C3%A7%C3%A3o/mini-cursos.html>



Inscrições abertas para minicursos

Corra e garanta sua vaga!

Fonte: AFIM – ARTICULAÇÃO FEMINISTA DE IMPERATRIZ, [20--]; BATE-PAPO FEMINISTA ACRE, [20--]; Fonte: FEMINISTAS DE IMPERATRIZ – FÓRUM DE MULHERES, [20--]; FEMINISMO EM MANAUS, [20--].

Figura 19 - Posts analisados no período de 21/09 a 10/10/2016



Fonte: AFIM – ARTICULAÇÃO FEMINISTA DE IMPERATRIZ, [20--]; BATE-PAPO FEMINISTA ACRE, [20--]; Fonte: FEMINISTAS DE IMPERATRIZ – FÓRUM DE MULHERES, [20--]; FEMINISMO EM MANAUS, [20--].

Figura 20 - Posts analisados no período de 21/09 a 10/10/2016

Feministas de Imperatriz - Fórum de Mulheres compartilhou um link.
25 de agosto de 2016 · 🌐

I Jornada sobre Gênero da Região Tocantina: 10 anos da Lei Maria da Penha
EFETIVAÇÃO DA LEI MARIA DA PENHA
Conceição Amorim
Coordenadora do Centro de Direitos Humanos Pe. Jesuino

10 anos da Lei Maria da Penha
Problemas e questões que dificultam a efetivação da LMP
SLIDESHARE.NET

Feminismo em Manaus
25 de agosto de 2016 · 🌐

Vamos olhar para as nossas amigas que precisam de ajuda. Às vezes só uma conversa, uma carona já mudam o destino de outra mulher.

vamos juntas?

Eu estava voltando da aula quando uma moto se aproximou com velocidade e nela haviam dois rapazes. Eu pensei que era assalto, mas eles não queriam me roubar. Começaram a me acompanhar, me dando psiu e me chamando de gostosa. Vi um bar e pensei "estou salva", mas os rapazes do bar começaram a mexer comigo também. Até que vi um mercadinho ao lado e entrei. Conteí à moça o que estava acontecendo e ela começou a conversar comigo, dando a entender que era minha amiga. Nesse momento, uma conhecida de minha irmã entrou no mercadinho e me levou até perto de casa. Gratidão por essas duas mulheres. <3

Amanda Sales

Feministas de Imperatriz - Fórum de Mulheres compartilhou a publicação de Conceição Amorim.
25 de agosto de 2016 · 🌐

Da série Simplemente Simone - Conceição Amorim 2016

"No dia que for possível à mulher amar em sua força e não em sua fraqueza, não para fugir de si mesma, mas para se encontrar, não para se renunciar, mas para se afirmar, nesse dia o amor tornar-se-á para ela, como para o homem, fonte de vida e não perigo mortal".

Simone de Beauvoir

Conceição Amorim
24 de agosto de 2016 · 🌐

Fonte: AFIM – ARTICULAÇÃO FEMINISTA DE IMPERATRIZ, [20--]; BATE-PAPO FEMINISTA ACRE, [20--]; Fonte: FEMINISTAS DE IMPERATRIZ – FÓRUM DE MULHERES, [20--]; FEMINISMO EM MANAUS, [20--].

Figura 21 - Posts analisados no período de 21/09 a 10/10/2016

Feminismo em Manaus
20 de agosto de 2016 · @

De todas essas histórias do Bolsonaro Filho e seu piripaque, o que mais me impressiona é ele ter a opção de não querer ser atendido por uma médica pq ela tinha convicções políticas diferentes das dele.

Vai num posto de saúde ou na emergência aqui em Manaus pra você ver! Se você der uma mostriinha que votou na Dilma ou no Lula e, deus me livre!, pretende voltar no futuro, vai ser tratada mal dentro do consultório mesmo (não que o fato de ser de direita te dê alguma certeza de ser tratada bem. Sabe como é...).

Quantas vezes nesse ano não fui ao médico e, ao me falar que não fazia exame, não tinha esse remédio, etc, o profissional logo soltava um "culpa da Dilma". O seu atendimento impessoal e deficiente também é culpa da Dilma? E a sua falta de respeito comigo, sua paciente?

Infelizmente a gente não pode escolher o médico que vai nos atender. Se não for com aquele, não vai ser com nenhum. A gente, né, pq o Bolsonaro pode.

👍 Curtir 💬 Comentar ➦ Compartilhar

Bate Papo Feminista - Acre compartilhou um link.
27 de agosto de 2016 · @

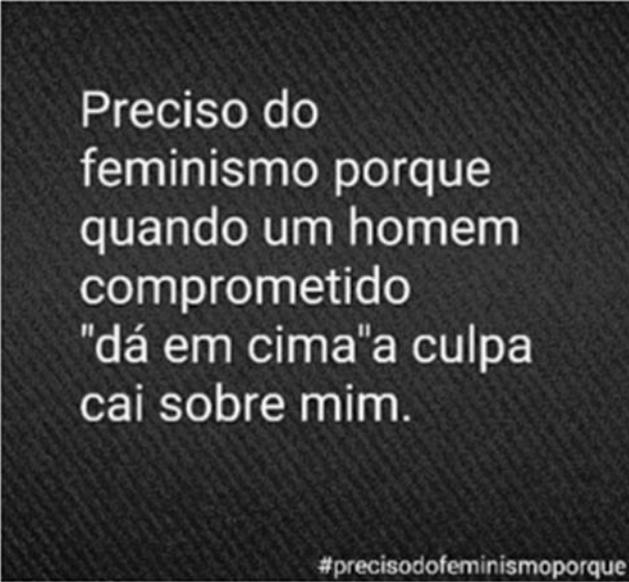


No AC, atrizes ficam nuas em praça para discutir objetificação da mulher

Grupo Orjeamas se apresentou no Centro de Rio Branco nesta sexta (26). 'Corpo-Peças' critica forma como mulher é vista na sociedade, diz atriz.

G1.GLOBO.COM

25 de agosto de 2016 · Manaus, Amazonas · @



Preciso do feminismo porque quando um homem comprometido "dá em cima" a culpa cai sobre mim.

#precisodofeminismoporque

👍 Curtir 💬 Comentar ➦ Compartilhar

Feminismo em Manaus
31 de agosto de 2016 · Manaus, Amazonas · @

Se vc ouve uma mulher dizendo que a maternidade é uma prisão e que não vê a hora de estar/ser liberta, e vc não faz ideia do que ela está sentindo, por favor não opine.

As meninas não nascem querendo ser mães. Não é tão natural qto nos ensinam.

Elas são socializadas para serem mães. A maternidade é uma construção imposta.

Tão logo uma menina consiga segurar um bebê de plástico (e as vezes até antes), ela vai receber um bebê de plástico para embalar. Ainda que ela não saiba sequer andar ou falar, uma boneca será o seu primeiro 'presente'. E todos vão elogiar como "quão lindo é ela cuidando do bebê" mesmo que ela mesma veja ainda um bebê.

Toda infância dela vai ser permeada por bebês de plástico e de pano. E ninguém vai dizer a ela que ela não precisa gostar disso e que ela não precisa desse fardo. Pelo contrário, vão achar lindo e 'recompensa-la' quão mais ela se dedica a aprender a doar-se por outro ser.

Vão dizer que é mágico e importante e que é da natureza dela ser escravizada e secundarizada por outro ser. Nos livros e comerciais, todas as mães serão apresentadas como lindas e felizes recebendo presentes e sendo socialmente valoradas. As que abrirem mão do papel sagrado da maternidade, que entregarem os filhos aos pais, que optarem por interromper a gestação, que entregarem à doação, serão tidas como monstros, sem-coração, videira seca como diz a bíblia, desnaturadas. É preciso sonhar ser mãe. Por isso a maternidade é tão romantizada. Pq a maternidade de fato não é maravilhosa.

Ela te obriga ao âmbito doméstico, ela te suga, ela te tolhe, ela tira o seu foco de si mesma, ela te anula, ela te explora, ela te subalterniza. Mas ela é socialmente necessária então o jeito é estimular esse "sonho".

Nos comerciais de maio não tem mulheres limpando bosta de recém-nascido, não tem mulheres estressadas de tanto choro no ouvido e de seguidas noites sem dormir. Não tem mulheres descontentes pq tiveram que abandonar os estudos, a carreira, a vida, ou pq há meses não conseguem sequer sair para conversar com os amigos ou ter um dia para si mesma. Tem mulheres dóceis e submissas que padecem...no 'paraíso'.

Nos comerciais de maio não tem mulheres limpando bosta de recém-nascido, não tem mulheres estressadas de tanto choro no ouvido e de seguidas noites sem dormir. Não tem mulheres descontentes pq tiveram que abandonar os estudos, a carreira, a vida, ou pq há meses não conseguem sequer sair para conversar com os amigos ou ter um dia para si mesma. Tem mulheres dóceis e submissas que padecem...no 'paraíso'.

Se ela diz que não vê a hora do filho fazer 18 anos, não significa que ela odeia o filho, não significa que ela maltrata o filho, não significa que vc tenha que acionar o conselho tutelar. Significa apenas que ela não vê a hora do filho fazer 18 anos para que ela possa reencontrar-se consigo mesma.

Por Daiane Moraes

Fonte: AFIM – ARTICULAÇÃO FEMINISTA DE IMPERATRIZ, [20--]; BATE-PAPO FEMINISTA ACRE, [20--]; Fonte: FEMINISTAS DE IMPERATRIZ – FÓRUM DE MULHERES, [20--]; FEMINISMO EM MANAUS, [20--].

Figura 22 - Posts analisados no período de 21/09 a 10/10/2016

Feministas de Imperatriz - Fórum de Mulheres atualizou a foto da capa dele. 31 de agosto de 2016



Curtir Comentar Compartilhar

Feministas de Imperatriz - Fórum de Mulheres 5 de setembro de 2016

A data foi instituída em 1983, durante o II Encontro de Organizações e Movimentos da América, em Tihuanacu (Bolívia). A escolha desse dia foi feita porque em 05 de setembro de 1782 morreu Bartolina Sisa, mulher quíchua que foi esquartejada durante a rebelião anticolonial de Túpac Katari, no Alto Peru.

Dia Internacional da Mulher Indígena
05 de setembro



Nós mulheres indígenas, somos a força viva da mãe terra. Somos a energia e a coragem das nossas ancestrais. Somos protagonistas da história de resistência, dos nossos povos. Seguiremos em luta até que nossos povos sejam respeitados, e possam viver livre e dignamente no meu país e em todos os cantos do planeta terra.
Sônia Guajajara

Bate Papo Feminista - Acre compartilhou a foto de Cineclube Opiniões. 7 de setembro de 2016



Cineclube Opiniões atualizou a foto da capa dele. 6 de setembro de 2016

Curtir Página

Feminismo em Manaus adicionou uma nova foto. 10 de setembro de 2016

O VALENTE NÃO É VIOLENTO apresenta

Nesse início de ano letivo, a **ONU Mulheres** e a iniciativa **O valente não é violento** convidam as/os profissionais da área de educação a repensar e transformar ideias pré-concebidas sobre o que é "ser homem" e o que é "ser mulher". Afinal, são as ideias arraigadas em nossas culturas que formam a base da desigualdade de gênero, da discriminação e, consequentemente, da violência exercida contra as mulheres e meninas.

A ONU lançou um Currículo de Gênero e 6 Planos de Aula para professoras, professores, alunas e alunos do ensino médio. Conheça os materiais e faça o **download gratuito** dos planos de aula:

1. SEXO, GÊNERO E PENSAMENTO http://goo.gl/ZJ1paA	4. ESTRATÉGIAS DE GÊNERO PARA O TRABALHO http://goo.gl/MEEOLO
2. TRIBUTOS E PENSAMENTO http://goo.gl/792NyE	5. ESTRATÉGIAS DE GÊNERO PARA O TRABALHO E O EMPREENDEDORISMO http://goo.gl/R6Aazf
3. ESTRATÉGIAS DE GÊNERO E O EMPREENDEDORISMO http://goo.gl/wZLGIX	6. VALÊNCIAS GÊNERO E A VIOLENCIA http://goo.gl/A195yT

Para conhecer o Currículo O Valente não é Violento, visite o endereço: <http://goo.gl/elqJRY>

Vale a pena e merece reconhecimento. Site da ONU Mulheres: www.unwomen.org/pt

UNICEF, ONU Mulheres, MHA Mulheres, nova escola

Fonte: AFIM – ARTICULAÇÃO FEMINISTA DE IMPERATRIZ, [20--]; BATE-PAPO FEMINISTA ACRE, [20--]; Fonte: FEMINISTAS DE IMPERATRIZ – FÓRUM DE MULHERES, [20--]; FEMINISMO EM MANAUS, [20--].

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Enfrentar a temática gênero-impeachment na produção desta pesquisa foi um desafio muito importante sob diversos aspectos, pessoais inclusive. Primeiro, porque se trata de um episódio de grandes proporções na história recente da política brasileira. Segundo, por este fato ter uma mulher em sua centralidade. Por fim, porque as discussões que atravessam essa questão afetam diretamente a percepção da autora desta pesquisa sobre o que é ser mulher na vida política em uma sociedade machista como a nossa.

Entre muitas outras, uma afirmação de Flávia Biroli (2016, p. 104) instigou-nos a pensar muito sobre esses aspectos que envolvem o impacto da participação política das mulheres, quando ela diz: “a chegada de Dilma à Presidência em 2010 é um elemento importante, sobretudo do ponto-de-vista simbólico”. Isso não quer dizer, é possível perceber, que as mulheres foram amplamente representadas pela presidenta ou que esta promoveu avanços substanciais no cotidiano das mulheres brasileiras, mas que é simbólico pelo fato de que, enquanto mulher a ocupar o mais importante cargo político, escancarou o quanto ainda vivemos em um ambiente misógino e sexista em diversos setores, no sistema político em especial.

Ao perceber, no decorrer da trajetória desta pesquisa, que esse fato não ganhava espaço de debates dentro dos objetos analisados, a estranheza foi a força que provocava muitas reflexões. Antes da elaboração do problema e da hipótese deste estudo, chegou-se a pensar que pelo ativismo das feministas e mulheres em rede haveria a ideia de que poderia existir uma ampla discussão sobre gênero-*impeachment* nos perfis feministas na Amazônia, como fizeram algumas Comunidades Feministas de amplitude nacional, mencionadas na introdução deste trabalho. Mas isso não aconteceu. Pela análise empreendida, houve um total silenciamento.

Como reforço, da constatação das percepções diferentes entre as Comunidades amazônidas e as Comunidades “nacionais”, apresenta-se mais duas publicações, de Blogueiras Feministas” e “Brasil Feminista”, ambas abordando a relação entre o *impeachment* de Dilma e a condição de mulher da Presidenta.

Figura 23 - Posts de Comunidades "Nacionais"



Fonte: BRASIL FEMINISTA [20--]; BLOGUEIRAS FEMINISTAS [20--].

Tais demonstrações não têm a pretensão de trazer uma verdade absoluta quanto as abordagens de todas as Comunidades Feministas ou de mulheres, no *Facebook*. Todas as considerações aqui expostas, refletem tão somente as análises produzidas nas Comunidades que compõem o *corpus* desta pesquisa.

A hipótese trazida nesta pesquisa partiu do pressuposto de que as comunicações dos perfis, embora tenham na centralidade um ativismo político para a causa da mulher, não discutiram a questão de gênero no processo de afastamento de Dilma Rousseff, foi confirmada na medida em que não houve qualquer menção, superficial ou aprofundada, sobre o fato de a primeira mulher presidenta do Brasil ter sido condenada publicamente, politicamente e juridicamente, mesmo sem ter tido nenhuma comprovação material sobre o crime a ela imputado.

Contudo, não se pode negar que dentro das quatro Comunidades de *Facebook* trazidas aqui, existiram importantes discussões sobre as mulheres, em diversos aspectos sociais, políticos, econômicos e culturais. Claramente, esses canais têm uma preocupação em debater, valorizar e articular mulheres em torno de pautas relevantes ao universo feminino. Especificamente no caso proposto nesta pesquisa, houve total ausência das discussões nos

momentos em que o assunto Dilma-impeachment-Mulher era levantado fervorosamente nas comunidades “nacionais”.

Há nessas Comunidades um esforço grande em promover engajamento entre as mulheres, em cada um de seus espaços geográficos através das redes sociais digitais. Portanto há consciência política para perceber tudo que envolve importantes questões sobre as mulheres. O que talvez não haja é uma maior organização ou mesmo uma maior maturidade para abordar temáticas que envolvem muitas questões para além das de gênero, como foi o caso de Dilma Rousseff. Independentemente de partido político, o fato é que o caso exigia um amplo debate, já que se tratava de uma pessoa deposta do mais alto cargo do país sem que houvesse provas, e porque era uma mulher, a primeira presidenta eleita democraticamente a sofrer no Brasil tais violações.

Ressalta-se isso usando como exemplo a experiência desta pesquisadora, mulher ativista e participante de um Grupo Fechado de discussões no *Facebook*. Quando me permiti olhar para a minha própria atuação militante no interior deste Grupo, fiz-me imediatamente uma severa crítica, no sentido de que não havia proposto nenhuma discussão naquele ambiente; ainda que em minhas redes sociais pessoais tenha-me posicionado claramente sobre a questão de que Dilma sofria um processo político, jurídico e midiático também por ser mulher, não somente por isso, mas o gênero da presidenta teve peso no decorrer de todo esse contexto.

Em uma conversa informal com uma das administradoras de uma das Comunidades aqui trabalhadas, foi confessado à autora desta pesquisa que a dificuldade de organização interna entre as administradoras provocava alguns “furos” no trato com a página do *Facebook*, ou seja, não havia entre elas alguém que pensasse na produção consistente de conteúdo para esse canal. O caso de Dilma foi um desses. A maioria, segundo a interlocutora, acreditava sim que, pelo fato de a presidenta ser mulher, estaria sofrendo julgamentos para além das questões políticas. Esse teria sido um dos motivos para que a Comunidade se tivesse mantido à parte em relação ao impeachment.

A partir desta provocação, é relevante o entendimento da afirmativa de Manuel Castells (2013, p. 164), quando destaca que “embora esses movimentos geralmente se iniciem nas redes sociais da internet, eles se tornam um movimento ao ocupar o espaço urbano”. Ou seja, é possível inferir que a articulação dessas mulheres feministas ainda precise amadurecer em nível de articulação, a fim de compreender o todo do universo que envolve suas ações e enfrentar os medos, autocensuras ou mesmo os custos de um ativismo político consistente e capaz de discutir questões delicadas.

Lembrando dos dois casos citados na introdução deste trabalho, em que Dilma fora retratada como histérica, nervosa e incapaz de governar por isso, e o caso da comercialização daqueles infames adesivos que a colocaram numa condição vexatória, trata-se de ocorrências que mostram o quanto há de aversão às mulheres em cargos de poder. Compartilho, assim, da afirmativa de Luciana Panke (2016, p. 190-191): “agora, quando é um homem que está ali, a fúria é vista como algo positivo. O homem fica másculo e poderoso”.

Situações como essa devem ser lembradas, para que nós, mulheres, tenhamos sempre em mente que a luta por igualdade de direitos envolve também o enfrentamento diário para se posicionar duramente diante do machismo de todo dia.

Reforçando a argumentação de Flávia Biroli (2016), acredito que o fato de Dilma ser mulher não foi a questão central do processo de impeachment, mas não se pode negar que isso tem sim relevância para qualquer análise feita nesse sentido.

Todas essas reflexões são também autorreflexões, pois os caminhos desta pesquisa foram marcados por muitas incursões a roteiros novos, desafiadores e cheios de emoções para esta pesquisadora. Incursões mesmo de vida. Então, falar dessas mulheres e das ausências provocadas no debate de gênero-impeachment é falar também da atuação da autora desta pesquisadora enquanto ativista feminista.

É ter que lembrar todos os dias que “no momento em que as mulheres começam a tomar parte na elaboração do mundo, esse mundo é ainda um mundo que pertence aos homens”, como afirmou Simone de Beauvoir (1970, p. 15).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AFIM – ARTICULAÇÃO FEMINISTA DE IMPERATRIZ. AFIM – Articulação Feminista de Imperatriz. **Facebook**, [on-line], [20--]. Página do Facebook. Disponível em: <<https://goo.gl/AGnwz9>>. Acesso em: 15 dez. 2017.

ALAMBERT, Z. **Feminismo: o ponto de vista marxista**. São Paulo: Nobel, 1986.

_____. **A mulher na história, a mulher da história**. Brasília: FAP; Abaré, 2004.

ALMEIDA, R. **À Sombra do Poder: bastidores da crise que derrubou Dilma Rousseff**. São Paulo. Leya, 2016.

ARTICULAÇÃO DE MULHERES BRASILEIRA – AMB. Sobre. **Articulação de Mulheres Brasileira**, [on-line], [20--]a. Disponível em: <<https://goo.gl/DpJQLD>>. Acesso em: 23 jan. 2017.

_____. Sobre. **Facebook**, [on-line], [20--]b. Disponível em: <<https://goo.gl/ST647J>>. Acesso em: 27 jan. 2017.

ÁLVARES, M. L. M. Memórias e Imagens do Feminismo e das Ligas Partidárias no Pará: 1910 a 1937. In: ÁLVARES, Maria Luzia Miranda; D'INCAO, Maria Ângela (Org.). **A Mulher Existe?: Uma contribuição ao estudo da mulher e gênero na Amazônia**. Belém. GEPEN. 1995. p. 133-154

_____. Ormindá e Eneida: duas versões do feminismo paraense. In: ÁLVARES, Maria Luzia Miranda; SANTOS, Eunice Ferreira dos (Org.). **Desafios de Identidade: Espaço-Tempo de Mulher**. Belém. Cejup. 1997. p. 125-146

_____. Mulheres brasileiras em tempo de competição eleitoral: seleção de candidaturas e degraus de acesso aos cargos parlamentares. **Dados**, Rio de Janeiro, v. 51, n. 4, p. 895-939, 2008.

_____. Histórias, Saberes, Práticas: Os estudos sobre mulheres entre as paraenses. **Revista do Nufen**, ano 2, v. 01, n. 01, 2010.

_____. Histórias de Mulheres, Empoderamento e Ativismo Político. **Gênero na Amazônia**, Belém, n. 4, p. 73-100, jul./dez., 2013.

_____. Mulher(es), história(s) e poder(es): versões da política. In: ENCONTRO DA REDOR, 18., 2014, Recife. Anais... João Pessoa: REDOR, 2014. p. 2246-2296.

ARENDT, H. **A condição Humana**. 10. ed. Rio de Janeiro. Forense Universitária, 2007

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ACRE – ALEAC. Deputados. **Assembleia Legislativa do Acre**, [on-line], [201-]. Disponível em: <<https://goo.gl/Q5NUVj>>. Acesso em: 7 ago. 2017.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO AMAZONAS – ALEAM. Deputados. **Assembleia Legislativa do Amazonas**, [on-line], [201-]. Disponível em: <<https://goo.gl/Lf14SX>>. Acesso em: 7 ago. 2017.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO MARANHÃO – ALMA. Deputados. **Assembleia Legislativa do Maranhão**, [on-line], [201-]. Disponível em: <<http://www.al.ma.leg.br/deputados/>>. Acesso em: 15 dez. 2017.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO PARÁ – ALEPA. Deputados. **Assembleia Legislativa do Pará**, [on-line], [201-]. Disponível em: <<https://goo.gl/Se9E9s>>. Acesso em: 7 ago. 2017.

ASSIS, G. O.; MINELA, L. S.; FUNCK, S. B. (Org.). **Linguagens e narrativas: desafios feministas**. v. 1. Tubarão: Ed. Copiart, 2014.

AZEVEDO, J. V.; NEPOMUCENO, M. A. Sociedade em rede: ciberfeminismo na página “Eu tinha um professor que...”. In: CONGRESSO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO NA REGIÃO NORDESTE, 18., 2016, Caruaru. **Anais...** São Paulo: Intercom, 2016. p. 1-12.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.

BATE-PAPO FEMINISTA ACRE. Bate-Papo Feminista Acre. **Facebook**, [on-line], [20--]. Página do Facebook. Disponível em: <<https://goo.gl/J1bmiv>>. Acesso em: 15 dez. 2017.

BEAUVOIR, Simone. **O Segundo Sexo: fatos e mitos**. 4. ed. São Paulo: Difusão Europeia do Livro. 1970.

BEDINELLI, T. Dilma não ‘pedalou’, mas autorizou decretos sem aval do Congresso, diz perícia. **El País**, [on-line], 28 jun. 2016. Disponível em: <<https://goo.gl/T5z7ys>>. Acesso em: 20 jul. 2017.

BIROLI, F. **Autonomia e desigualdades de gênero: contribuições do feminismo para a crítica democrática**. Vinhedo: Editora Horizonte, 2013.

BLOGUEIRAS FEMINISTAS. Blogueiras feministas. Facebook, [on-line], [20--]. Página do Facebook. Disponível em: <<https://goo.gl/ozeCAX>>. Acesso em: 20 fev. 2018.

BRASIL 247. Um mergulho na prostituição de luxo do Congresso. **Brasil 247**, [on-line], 4 ago. 2011. Disponível em: <<https://goo.gl/BvdwyZ>>. Acesso em: 26 set. 2017.

BRASIL FEMINISTA. Brasil feminista. Facebook, [on-line], [20--]. Página do Facebook. Disponível em: <<https://goo.gl/uuGmq5>>. Acesso em: 20 fev. 2018

Brasil, lei 11.340/2006 “Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher . . .”. **Planalto**, [on-line], 2006. Disponível em: <<https://goo.gl/AER5aT>>. Acessado em: 10 out. 2016

BUTLER, J. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CALDAS, I. Cidadania e Política de Gênero: um estudo teórico-crítico da ação reivindicativa das mulheres operárias em Manaus. In: ÁLVARES, M. L. M.; SANTOS, E. F. (Org.). **Desafios de Identidade: espaço-tempo de mulher**. Belém. GEJUP. 1997. p. 431-448.

CÂMARA MUNICIPAL DE BELÉM – CMB. Vereadores. **Câmara Municipal de Belém**, [on-line], [201-]. Disponível em: <<https://goo.gl/RFqoQJ>>. Acesso em: 7 ago. 2017.

CÂMARA MUNICIPAL DE IMPERATRIS – CMI. Vereadores. **Câmara Municipal de Imperatriz**, [on-line], [201-]. Disponível em: <<https://goo.gl/ysqp3G>>. Acesso em: 15 dez. 2017.

CÂMARA MUNICIPAL DE MANAUS – CMM. Vereadores. **Câmara Municipal de Manaus**, [on-line], [201-]. Disponível em: <<https://goo.gl/uFBZsp>>. Acesso em: 7 ago. 2017.

CÂMARA MUNICIPAL DE RIO BRANCO – CMRB. Vereadores. **Câmara Municipal de Rio Branco**, [on-line], [201-]. Disponível em: <<https://goo.gl/ynPWYX>>. Acesso em: 7 ago. 2017.

CARVALHO, L. M. Dilma treinou com armas fora do Brasil. **Folha de São Paulo**, [on-line], 26 jun. 2005. Sob nova direção. Disponível em: <<https://goo.gl/4P71vB>>. Acesso em: 26 set. 2017.

CASTELLS, M. **Redes de Indignação e Esperança: movimentos sociais na era da internet**. Rio de Janeiro. Zahar, 2013.

_____. **O poder da comunicação**. São Paulo: Paz e Terra, 2015.

CRUZ, D. Dilma não caiu pelo machismo, mas porque traiu as mulheres trabalhadoras. **PSTU**, [on-line], 19 set. 2016. Disponível em: <<https://goo.gl/pLhyJJ>>. Acesso em: 20 jul. 2017.

DAVIS, A. **Mulheres, Raça e Classe**. São Paulo. Boitempo, 2016.

DRUM, M. As 10 maiores redes sociais atualizados. **Ofício da Net**, [on-line], 2017. Disponível em <<https://goo.gl/oCpt1r>>. Acesso em: 12 abr. 2017.

DUTRA, M. S. **A natureza da mídia: os desafios da TV sobre a Amazônia, a biodiversidade, os povos da floresta**. São Paulo. Annablume, 2009.

EX-PRESIDENTE Dilma Rousseff faz Pronunciamento 31/08/2016. **YouTube**, [on-line], 31 ago. 2016, 12'05". Disponível em: <<https://goo.gl/bQB4ah>>. Acesso em: 2 dez. 2017.

FACEBOOK. Como faço para remover da minha página o rótulo Página de comunidade? **Facebook**, [on-line], [20--]. Disponível em: <<https://goo.gl/ofuq6q>>. Acesso em: 26 set. 2017.

FEMINISMO EM MANAUS. Feminismo em Manaus. **Facebook**, [on-line], [20--]. Página do Facebook. [20--]. Disponível em: <<https://goo.gl/TkUXyf>>. Acesso em: 15 dez. 2017.

FEMINISTAS DE IMPERATRIZ – FÓRUM DE MULHERES. “A pastoral da mulher marginalizada...”. Facebook, [on-line], 25 jul. 2012. Disponível em: <<https://goo.gl/6auFV9>>. Acesso em: 15 dez. 2017.

FEMINISTAS DE IMPERATRIZ – FÓRUM DE MULHERES. Feministas de Imperatriz – Fórum de Mulheres **Facebook**, [on-line], [20--]. Página do Facebook. Disponível em: <<https://goo.gl/YeFVw3>>. Acesso em: 15 dez. 2017.

FERREIRA, M. Vetar e Interditar: As Muitas Faces das Dificuldades das Mulheres em Legislar. In: ÁLVARES, M. L.; SANTOS, E. F.; CANCELA, C. D. (Org.), **Mulheres e Gênero: As Faces da Diversidade**. Belém. GEPEM, 2009.

FLICK, U. **Introdução à Pesquisa Qualitativa**. 3. Ed. Porto Alegre: Artmed, 2009

FORD, T. V.; GIL, G. A internet radical. In: DOWNING, J.D.H. (Org.). **Mídia radical: rebeldia nas comunicações e movimentos sociais**. São Paulo: Senac Editora, 2002. p. 000-000.

FRAGOSO, S.; RECUERO, R.; AMARAL, A. **Métodos de Pesquisa Para Internet**. Porto Alegre: Sulina, 2015.

FRANZONI, G. C. O feminismo e a construção do conceito de gênero. In: SIMPÓSIO BAIANO DE PESQUISADORAS(ES) SOBRE MULHER E RELAÇÕES DE GÊNERO, 14., 2009, Salvador. **Anais...** Salvador: NEIM/UFBA, 2009. p. 21-34.

FRENTE FEMINISTA 8 DE MARÇO - BELÉM/PA. 8 de Março - Dia Internacional de Luta das Mulheres. **Facebook**, [on-line], 2017a. Evento do Facebook. Disponível em: <<https://goo.gl/WBj6Mk>>. Acesso em: 24 fev. 2017.

FUNARI, P. P. A Cidadania Entre os Romanos. In: PINSKY, J.; PINSKY, C. B. (Org.). **História da Cidadania**. São Paulo: Contexto. 2013. p. 50-79.

Hoje na História, 1963, Marcha de Washington e do discurso 'Eu tenho um sonho'. **Geledés** [on-line], 28 agosto 2011. Disponível em: < <https://www.geledes.org.br/hoje-na-historia-1963-marcha-de-washington-e-do-discurso-eu-tenho-um-sonho/>>. Acesso em: 20 set. 2017

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GOHN, M. G. **Movimentos sociais e redes de mobilização civis no Brasil contemporâneo**. 7. ed. Petrópolis: Vozes, 2013.

GOMES, W. **Participação Política online: questões e hipóteses de trabalho**. In: MAIA, R. C. M., GOMES, W.S.; MARQUES, F. P. J. A. (Org.). **Internet e Participação Política no Brasil**. Porto Alegre: Editora Sulina, 2011. p. 000-000.

_____. **A Política na Timeline**. Bahia. Editora Adufba, 2014.

GORCZEWSKI, C.; MARTIN, N. B. **A necessária revisão do conceito de cidadania: movimentos sociais e novos protagonistas na esfera pública democrática**. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2011.

GUARINELLO, N. L. Cidades-estado na antiguidade clássica. In: PINSKY, J.; PINSKY, C. B. (Org.). **História da Cidadania**. São Paulo: Contexto. 2013. p. 29-47.

HAJE, L. Esferas públicas feministas na internet. **Revista Logos**, Rio de Janeiro, ano 10, n. 19, 2º semestre 2003.

HALAVAI, A. Prefácio. In: FRAGOSO, S.; RECUERO, R.; AMARAL, A. **Métodos de Pesquisa Para Internet**. Porto Alegre: Sulina, 2015.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. Mulher no mercado de trabalho: perguntas e respostas. **Pesquisa Mensal de Emprego**, [on-line], p. 1-18, 8 mar. 2010. Disponível em: <<https://goo.gl/SXDG29>>. Acesso em: 23 mar. 2017.

_____. **Acesso à internet e à televisão e posse de telefone móvel celular para uso pessoal**: 2014. Rio de Janeiro: IBGE, 2016. Disponível em: <<https://goo.gl/U2KkwX>>. Acesso em: 20 jul. 2017.

KIEFER, S. Documentos revelam detalhes da tortura sofrida por Dilma em Minas na ditadura. **Estado de Minas Gerais**, [on-line], 17 jun. 2012. Política. Disponível em: <<https://goo.gl/ekpn73>>. Acesso em: 26 set. 2017.

KOKAY, E. O golpe é machista! **Brasil 247**, [on-line], 3 jun. 2016. Disponível em: <<https://goo.gl/MEojag>>. Acesso em: 20 jul. 2017.

LEMOS, M. G. **Ciberfeminismo: novos discursos do feminino em redes eletrônicas**. 2009. 129 f. Dissertação (Mestrado em Comunicação) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2009.

LÉVY, P. **Cibercultura**. São Paulo: Ed 34, 1999.

LIMA, A.M.L; PANKE, L. **Da Primeira Candidata à Primeira Eleita à Presidência do Brasil: tipologias femininas no HGPE de TV e de Livia Maria e de Dilma Rousseff**. Porto Alegre, 2017

- LUZ, M. D.; BARON, L. A Relação Entre as Redes Sociais e a Mídia Tradicional na Articulação Discursiva do Impeachment de Dilma Rousseff. In: ENCONTRO DA COMPOLÍTICA, 7., 2017, Porto Alegre. **Anais...** Rio de Janeiro: Compolítica, 2017. p. 1-22.
- MAIA, R. C. M. Internet e esfera civil: limites e alcances da participação política. In: MAIA, R. C. M., GOMES, W.S.; MARQUES, F. P. J. A. (Org.). **Internet e Participação Política no Brasil**. Porto Alegre: Editora Sulina, 2011. p. 47-91.
- MATOS, M. Movimento e teoria feminista: é possível reconstruir a teoria feminista a partir do sul global? **Revista Sociologia e Política**, Curitiba, v. 18, n. 36, p. 67- 92. jun. 2010.
- _____. A Quarta onda feminista e o Campo crítico-emancipatório das diferenças no Brasil: entre a destradicionalização social e o neoconservadorismo. In: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 38., 2014, Caxambu. Anais... São Paulo: ANPOCS, 2014.
- MATUOKA, I. As mulheres marcham contra trump. **Carta Capital**, [on-line], 20 jan. 2017. Disponível em: <<https://goo.gl/YA7Nhw>>. Acesso em 23 jan. 2017.
- MIGUEL, L. F.; BIROLI, F. **Feminismo e política**. São Paulo: Boitempo. 2014.
- MORAES, D. Comunicação alternativa, redes virtuais e ativismo: avanços e dilemas. **Revista de Economía Política de las Tecnologías de la Información y Comunicación**. v. 9, n. 2, mayo/ago. 2007.
- MORAES, M. L. Q. Cidadania no feminino. In: PINSKY, J.; PINSKY, C. B. (Org.). **História da Cidadania**. São Paulo: Contexto. 2013. p. 000-000.
- MORENO, Jorge Bastos. **Ascensão e Queda de Dilma Rousseff**: tuites sobre os bastidores do governo petista e diário da crise que levou à ruína. São Paulo. Globo Livros, 2017.
- MULHERES em marcha. **Marcha Mundial das Mulheres**, [on-line], [20--]. Disponível em: <<http://bit.ly/2FAeam4>>. Acesso em: 26 set. 2017.
- NATANSOHN, G.; BRUNET, K. S.; PAZ, M. D. **Mulheres na Cultura Digital**: perspectivas e desafios. Maceió. 2011
- NOGUEIRA, M. A. Dilma, o feminismo e o machismo. **Estadão**, [on-line], 27 jul. 2016. Disponível em: <<https://goo.gl/WvYBhw>>. Acesso em: 20 jul. 2017.
- OLMO E A GAIVOTA. Sinopse. **Olmo e a Gaivota**, [on-line], [20--]. Disponível em: <<https://goo.gl/Wiib3s>>. Acesso em: 26 set. 2017.
- ONU MULHERES. Gênero na Escola e na Universidade. **ONU Mulheres**, [on-line], 13 abr. 2016. Disponível em: <<https://goo.gl/uvvWjw>>. Acesso em: 26 set. 2017.
- ONU MULHERES. Sobre a ONU Mulheres. **ONU Mulheres**, [on-line], [20--]. Disponível em: <<https://goo.gl/YLZCSR>>. Acesso em: 26 set. 2017.
- PANKE, L. **Campanhas Eleitorais Para Mulheres: desafios e tendências**. Paraná: Editora UFPR, 2016.
- PESSOA, B. O golpe é uma questão de gênero. **Blog da Marcha Mundial das Mulheres**, [on-line], 11 maio 2016. Disponível em: <<https://goo.gl/KMKaHN>>. Acesso em: 20 jul. 2017.

- PINTO, L. F. **O fim da Amazônia: grilagem e desmatamento**. Manaus: UEA Edições, 2014.
- _____. O Mote da Misoginia. **Blog Lúcio Flávio Pinto**, [on-line], 29 agosto 2016. Disponível em: <<https://goo.gl/yKFPV2>>. Acesso em: 20 set. 2017.
- PINTO, L. F.; KZAM, Á. L. **A Amazônia decifrada**. Belém: Edição dos Autores, 2012.
- PISCITELLI, A. Re-criando a (categoria) mulher? In: ALGRANTI, L. (Org.). **A Prática Feminista e o Conceito de Gênero**. Campinas: IFCH/ Unicamp, 2002. p. 7-42.
- SADA, J. 16 filmes para debater os direitos das mulheres. **Educação Integral**, [on-line], 28 nov. 2014. Disponível em: <<https://goo.gl/XQyKE9>>. Acesso em: 26 set. 2017.
- SAFFIOTI, H. **O Poder do Macho**. São Paulo: Moderna, 1987.
- SANTOS, L. A. Estudo da interface entre ciberativismo e mídia radical alternativa nos movimentos de militância virtual anti-drogas e *psicotropicus*. In: FREITAS, R. O. (Org.). **Mídia alternativa: estratégias e desafios para a comunicação hegemônica**. Ilhéus: Edutus, 2009. p. 249-275.
- SANTOS, N. O.; BARROS, J. F. O movimento feminista no Facebook: uma análise das páginas Moça, você é machista e Feminismo sem demagogia – Original. In: SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE TECNOLOGIA E NARRATIVAS DIGITAIS, 1., São Luís. **Anais...** São Luís: LABCOM, 2015. p. 1-11.
- SARMENTO, R. **Das sufragistas às ativistas 2.0: feminismo, mídia e política no Brasil (1921 a 2016)**. 2017. 220 f. Tese (Doutorado) – Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Belo Horizonte, 2017.
- SILVA, J. M. **Corruptos de Estimação: e outros textos sobre o golpe hiper-real**. Porto Alegre: Editora Sulina, 2016.
- SOS CORPO – Instituto Feminista Para a Democracia, [on-line], [20--]. Página do Facebook. Disponível em: <<https://goo.gl/AeL3Pd>>. Acesso em: 20 fev. 2018
- SOUZA, J. **A Radiografia do Golpe: entenda como e por que você foi enganado**. Rio de Janeiro. Leya, 2016
- STEIN, P. Na Posse de Trump, o Levante das Mulheres. **Estadão**, [on-line], 5 jan. 2017. 2017. Disponível em: <<https://goo.gl/NL8Y0A>>. Acesso em: 20 jul. 2017.
- TANDERØ, N. P. BRICS styrer veksten i verden. **Nordic News**, [on-line], 1 maio 2014. Disponível em: <<https://goo.gl/2Y1PQx>>. Acesso em: 26 set. 2017.
- TELES, M. A. **Uma breve história do feminismo no Brasil**. São Paulo. Brasiliense. 1999.
- TERRA. Governo faz denúncia ao MP de adesivo com ofensa a Dilma. **Terra**, [on-line], 2 jul. 2015. Brasil. Disponível em: <<https://goo.gl/WGf8Pe>>. Acesso em: 07 ago. 2017.
- TÔRRES, M. R. Considerações sobre a condição da mulher na Grécia Clássica (sécs. V e IV a.C.). *Mirabilia Journal*, n. 1, p. 1-8 dez. 2001.
- UOL. Dilma Rousseff. **UOL**, [on-line], 7 fev. 2016. Brasil. Disponível em:<<https://goo.gl/hG8Pux>>. Acesso em: 23 set. 2017.
- VICENTE, E. M. **Redes Sociais – Ciberespaço: novas formas de interações das redes sociais**. Santa Cruz do Rio Pardo: Editora Viena, 2014.

VICENTE, M. M. **História e Comunicação na Ordem Internacional**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2009.

WALBY, S. Cidadania e transformações de gênero. In: GODINHO, T.; SILVEIRA, M. L. (Org.). **Políticas públicas e igualdade de gênero**. São Paulo. Prefeitura Municipal. Coordenadoria Especial da Mulher, 2004. p. 169-182.

WATTS, J. A warrior to the end: Dilma Rousseff a sinner and saint in impeachment fight. **The Guardian**, [on-line], 12 maio 2016. Brazil. Disponível em: <<https://goo.gl/defHKH>>. Acesso em: 07 ago. 2017.

WOLTON, D. **É Preciso Salvar a Comunicação**. São Paulo. Paulus, 2006

YAROCHEWSKY, L. I. Isto é abominável. **Carta Capital**, [on-line], 3 abr. 2016. Política. Disponível em: <<https://goo.gl/q3A4Sw>>. Acesso em: 07 ago. 2017.

ANEXO A - NOTA DE REPÚDIO DO FÓRUM DE MULHERES DE IMPERATRIZ

NOTA DE REPÚDIO

Quando olhamos para a história política do Brasil percebemos que a mulher sempre foi excluída desse espaço, para impedi-las de ocuparem os espaços públicos do poder. Alguns dos argumentos contrários ao direito ao voto das mulheres no Brasil e no mundo, eram que “elas eram incapazes”, de que “o voto das mulheres era um risco para as famílias brasileiras” ou que o direito ao voto traria “anarquia” para a política nacional, e ou como afirmou o Dep. Lacerda Coutinho, em meio a seu discurso contraria ao voto feminino em 1891, “a mulher não tem capacidade (de votar), porque a mulher não tem no Estado o mesmo valor que o homem”.

Cento e vinte e cinco anos depois a mulher continua sendo tratada com desigualdade no jogo político, no que pese a conquista do voto, a conquista de legislação eleitoral que exige a participação mínima das mulheres nos processos eleitorais com 30% de concorrentes.

A sub representação das mulheres nos espaços públicos do poder executivo e legislativo se dá pelas históricas barreiras que impedem as mulheres de ocupar os espaços de poder. Barreiras essas que perpassa as questões políticas e partidárias e estão ancoradas no preconceito e nos estereótipos do papel da mulher na sociedade, que lhe impõe a dupla jornada de trabalho, além de trabalhar fora são responsáveis pelas tarefas domésticas lhes restando pouco tempo para se dedicar a política. Ainda por cima tem que enfrentar o machismo e o sexismo todos dias, de alguns conservadores de nossa sociedade, que de forma categórica desqualificam, denigrem e continuam afirmando que as mulheres são incapazes para administrar a coisa pública, como fez o apresentador de televisão de Imperatriz, o Sr. Timóteo, ontem nas redes sociais. Sua misoginia é de longa data, piadas, comentários jocosos e preconceituosos sempre estiveram presentes na vida profissional de tal apresentador. O Fórum de Mulheres de Imperatriz, tomará as medidas cabíveis, ao ataque deferido as mulheres pelo referido apresentador de televisão.

Continuaremos na luta em defesa dos direitos das mulheres de participarem dos espaços públicos de poder sem serem violentadas nos seus direitos humanos e de cidadania. Contra o machismo, o sexismo e a discriminação!

Imperatriz, 12 de Abril de 2016.

Link: <https://www.facebook.com/notes/feministas-de-imperatriz-f%C3%B3rum-de-mulheres/nota-de-rep%C3%ADdio/1076823422379355/>

